



**RESOLUÇÃO nº620/2025,
de 03 de fevereiro de 2025**

Kaio Henrique Coelho do Amarante, Reitor da Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac), no uso de suas atribuições e de acordo com o Parecer Consuni n. 9 de 24 de julho de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Letras, da Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac).

Art. 2º- Esta resolução terá efeito retroativo a 24 de julho de 2024.

Kaio Henrique Coelho do Amarante
Presidente do Consuni

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE

PRÓ-REITORIA DE ENSINO



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LETRAS LÍNGUA
PORTUGUESA E LÍNGUA INGLESA**

LAGES

2024

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE

PRÓ-REITORIA DE ENSINO



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA E LÍNGUA INGLESA

Projeto Pedagógico do Curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa, com Disciplinas Institucionais, apresentado ao Conselho Universitário da Universidade do Planalto Catarinense - Uniplac.

**LAGES
2024**

SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE	7
1.1	Nome da Mantenedora	7
1.2	Base Legal da Mantenedora	7
1.3	Nome da Mantida	7
1.4	Base Legal da IES	7
1.5	Perfil e Missão da IES	8
1.5.1	Perfil	8
1.5.2	Missão	8
1.5.3	Visão	8
1.5.4	Princípios e Valores	8
1.6	Dados socioeconômicos e socioambientais da região da IES	9
1.7	Breve Histórico da IES	13
2	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	16
2.1	Nome do Curso	16
2.1.1	Grau	16
2.2	Atos Legais	16
2.3	Carga Horária Total do Curso	17
2.4	Número de Vagas	17
2.5	Periodicidade	17
2.6	Integralização	17
2.7	Turno de Funcionamento do Curso	17
2.8	Modalidade de Oferta	17
2.9	Formas de Acesso	18
3	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	19
3.1	Políticas Institucionais no Âmbito do Curso	19
3.1.1	Políticas das Licenciaturas da Uniplac	20
3.1.2	Política das Licenciaturas Compartilhadas da Uniplac	20
3.1.3	Licenciatura com Disciplinas Compartilhadas	21
3.1.4	Princípios Articuladores das Licenciaturas	22
3.1.5	Justificativa para a criação do curso	25
3.2	Pesquisa e Extensão no Contexto do Curso	26
3.2.1	Curricularização da Extensão/Práticas Extensionistas	30
3.3	Objetivos do Curso	33

3.3.1	Objetivo Geral	33
3.3.2	Objetivos Específicos	33
3.4	Perfil Profissional do Egresso	34
3.5	Áreas de Atuação do Profissional	35
3.6	Estrutura Curricular, Ementário e Referências	35
3.6.1	Estrutura Curricular do Curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa	37
3.6.2	Resumo Explicativo	40
3.6.3	Ementário e Referências	40
3.7	Conteúdos Curriculares	65
3.7.1	Distribuição das Disciplinas por Conteúdos Curriculares	66
3.7.2	Representação Gráfica do Perfil de Formação	68
3.7.3	Requisitos Legais	68
3.7.3.1	Educação Ambiental	68
3.7.3.2	Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.	71
3.7.3.3	Direitos Humanos	72
3.7.3.4	Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)	72
3.8	Metodologia	73
3.9	Estágio Curricular Supervisionado	75
3.9.1	Estágio Curricular Obrigatório	76
3.9.2	Estágio Curricular Obrigatório – Relação com a Rede de Escolas de Educação Básica	78
3.9.3	Estágio Curricular Obrigatório – Relação entre Teoria e Prática.	79
3.9.4	Estágio Curricular Não-Obrigatório	80
3.10	Atividades Complementares	81
3.11	Apoio ao Discente	82
3.11.1	Apoio e Acompanhamento Pedagógico	84
3.11.2	Acessibilidade ao Estudante com Deficiência ou Mobilidade Reduzida, Transtornos de Conduta e Altas Habilidades/Superdotação	86
3.12	Gestão do Curso e os Processos de Avaliação Interna e Externa	86
3.12.1	A Autoavaliação da Uniplac	87
3.12.2	Diretrizes e Função da Avaliação Institucional da Uniplac	90
3.12.3	Gestão do Curso em Relação aos Processos de Avaliação	91
3.12.4	Ações do Curso em Relação ao Enade	92
3.12.5	Participação dos Discentes no Acompanhamento e na Avaliação do PPC	94
3.13	Atividades de Tutoria	94
3.14	Conhecimentos, Habilidades e Atitudes Necessárias às Atividades de Tutoria	95
3.15	Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem	95

3.16 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)	97
3.17 Material Didático	97
3.18 Encontros Presenciais	99
3.19 Procedimentos de Acompanhamento e de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem	99
3.20 Número de Vagas	101
3.21 Integração com as Redes Públicas de Ensino	103
3.21.1 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid)	103
3.21.2 Residência Pedagógica (PRP)	105
3.21.3 Programa de Desenvolvimento Regional – Proesde/Licenciatura	107
3.21.4 Convênio entre Secretaria de Estado da Educação e Universidade	108
3.21.5 Convênio entre a Secretaria Municipal de Educação e Universidade	109
3.22 Atividades práticas de ensino para licenciaturas	109
3.22.1 Prática como Componente Curricular	110
4 CORPO DOCENTE E TUTORIAL	112
4.1 Núcleo Docente Estruturante – NDE	112
4.2 Equipe Multidisciplinar	113
4.3 Atuação do Coordenador do Curso	114
4.3.1 Regime de trabalho do Coordenador	114
4.4 Corpo Docente: Titulação	115
4.5 Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso	116
4.6 Experiência Profissional do Docente	117
4.7 Experiência no Exercício da Docência na Educação Básica	117
4.8 Experiência no Exercício da Docência Superior	118
4.9 Experiência no Exercício da Docência na Educação a Distância	118
4.10 Experiência no Exercício da Tutoria na Educação a Distância	119
4.11 Atuação do Colegiado de Curso	120
4.12 Titulação e Formação do Corpo de Tutores do Curso	120
4.13 Experiência do Corpo de Tutores em Educação a Distância	121
4.14 Interação entre Tutores, Docentes e Coordenador	121
4.15 Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica	122
5 INFRAESTRUTURA	123
5.1 Espaço de Trabalho para Docentes em Tempo Integral	123
5.2 Espaço de Trabalho para o Coordenador do Curso	123
5.3 Sala Coletiva de Professores	124
5.4 Salas de Aula	124
5.5 Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática	124

5.6 Biblioteca	126
5.6.1 Instalações	128
5.6.2 Informatização	128
5.6.3 Política de Expansão	129
5.6.4 Periódicos Especializados	129
5.7 Bibliografia Básica	130
5.8 Bibliografia Complementar	132
5.9 Laboratórios Didáticos de Formação Básica	134
5.10 Laboratórios Didáticos de Formação Específica	135
5.11 Comitê de Ética em Pesquisa	135
6 REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS	137
7 REFERÊNCIAS	140

1 IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

1.1 Nome da Mantenedora

Razão Social: Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense.

CNPJ: 84.953.579/0001-05.

1.2 Base Legal da Mantenedora

A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE (Fundação UNIPLAC), CNPJ n. 84.953.579/000-05, foi criada pela Lei nº 5, de 14 de março de 1969, alterada pelas leis nº 32, de 29 de agosto de 1969 e 01, de 03 de abril de 1.973, e consolidadas pela lei 92, de 01 de abril de 1.998, registrada no livro A-4, sob o n. 1.240 de pessoas jurídicas, em 13/04/1998, no Cartório do Registro Civil, Registro de Títulos, Documentos e outros Papéis e Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Lages/SC. É entidade educacional, com abrangência nacional, com prioridade regional, de caráter comunitário e sem fins lucrativos, pública de direito privado, com prazo de duração indeterminado.

Endereço: Av. Marechal Castelo Branco, 170 - Bairro: Universitário - Lages/SC

CEP: 88.509-900

Contato: Fone: (49) 3251-1002

Email: secfundacao@uniplaclages.edu.br

homepage: <http://www.uniplaclages.edu.br>

1.3 Nome da Mantida

Universidade do Planalto Catarinense – Uniplac.

1.4 Base Legal da IES

Reconhecida mediante Resolução n. 031/CEE/SC, Parecer n. 312/CEE/SC de 15/06/1999 e pelo Decreto n. 312, de 23/06/1999, do Governo do Estado, publicado no DOE.

Renovação do Credenciamento mediante Resolução n. 058/CEE/SC, Parecer n. 334/CEE/SC de 09/11/2004 e pelo Decreto n. 2.717, de 10/12/2004, do Governo do Estado,

publicado no DOE.

Renovação do Credenciamento por mais 5 anos (2010-2015) mediante Resolução n. 070/CEE/SC e Parecer n. 243/CEE/SC de 23/11/2010, e pelo Decreto n. 038, de 10/02/2011, do Governo do Estado, publicado no DOE.

Endereço: Av. Marechal Castelo Branco, 170 - Bairro: Universitário.

Município: Lages/SC.

CEP: 88.509-900.

Contato: Fone: (49) 3251-1022

email: gabinetedoreitor@uniplaclages.edu.br

homepage: <http://www.uniplaclages.edu.br>

1.5 Perfil e Missão da IES

1.5.1 Perfil

A Uniplac é IES mantida pela Fundação Uniplac, que foi criada por Lei Municipal, de caráter privado e comunitário, se encontra vinculada ao Sistema Federal de Ensino, através do Edital n. 4, de 10 de julho 2014, de Migração das Instituições de Educação Superior Privadas e Portaria Normativa n. 840, de 24 de agosto de 2018, do Gabinete do Ministro da Educação, e Resolução do Conselho Universitário (Consuni), n. 134, de 25 de julho de 2014.

1.5.2 Missão

Promover conhecimento, inovação e formação cidadã na perspectiva do desenvolvimento regional sustentável, para o mundo do trabalho e para uma sociedade justa e democrática.

1.5.3 Visão

Ser uma universidade comunitária de referência, na promoção do conhecimento, inovação e desenvolvimento sustentável, comprometida com as demandas da sociedade e do mercado.

1.5.4 Princípios e Valores

Ética. Justiça social. Respeito a diferença e a diversidade. Criatividade e inovação. Trabalho colaborativo. Transparência, eficiência, excelência. Desenvolvimento ambiental, cultural, econômico, pessoal e social.

1.6 Dados socioeconômicos e socioambientais da região da IES

O Estado de Santa Catarina possui um perfil diversificado: uma agricultura forte, baseada em minifúndios rurais, divide espaço com um parque industrial atuante. Indústrias de grande porte e milhares de pequenas empresas espalham-se pelo estado.

O bom desempenho econômico e social do Estado foi reconhecido no Ranking de Competitividade dos Estados, elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP – 2022). Santa Catarina obteve a segunda colocação geral pelo sexto ano consecutivo. Entre os indicadores avaliados na promoção da competitividade e na melhoria da gestão pública, Santa Catarina se destacou nos seguintes pilares: 1º lugar em Segurança Pública Sustentabilidade Social Eficiência da Máquina Pública; 2º lugar em Infraestrutura; 3º lugar em Educação e 4º lugar em Sustentabilidade Ambiental Inovação Potencial de Mercado.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, Lages é um município do estado de Santa Catarina, na região sul do Brasil, possui 164.981 habitantes, tem uma densidade demográfica de 62,55 habitantes por quilômetro quadrado. Lages é um dos municípios com área territorial de 2.637.660 km² e faz parte da mesorregião (política) e região (geográfica) serrana do Estado. Lages também se caracteriza por ter altitude elevada, que varia de 850 a 1200 metros acima do nível do mar.

A ocupação da Região Serrana de Santa Catarina, no Século XVIII, articulou pecuária extensiva, concentração fundiária e coronelismo político. O 1º ciclo econômico foi a pecuária extensiva e o 2º ciclo econômico regional: extração de madeira (*Araucariaangustifolia*), que iniciou nos anos 30, do século XX. Em 1940, a extração da madeira, superou a pecuária em importância econômica e o apogeu deu-se nos anos 50. Porém, nos anos 60 e 70, iniciou o esgotamento do ciclo madeireiro, um dos fatores que contribuiu para o IDH abaixo da média do Estado.

Novas propostas surgiram para o desenvolvimento de Lages e Região, a saber: 1) Industrialização, com ênfase na agroindústria, inclusive indústria madeireira; 2) Setor de

serviços (Educação, inclusive Ensino Superior); 3) Agropecuária de bases intensivas; 4) Fruticultura de clima temperado; 5) Vitivinicultura; 6) Silvicultura; 7) Turismo Rural.

Lages é conhecida como "Princesa da Serra", município de maior extensão territorial de Santa Catarina, possui perfil agrícola e pecuária, com expressiva produção florestal, fator decisivo para a alavancagem e consolidação dos segmentos de celulose e papel, madeireiro e moveleiro da Macrorregião.

A nossa região se destaca com novos projetos industriais, desenvolvimento regional sustentável e tecnológico que possui papel importante na geração de emprego e renda do município. Existem empresas multinacionais nos ramos de máquinas e implementos agrícolas, indústrias no ramo cervejeiro, exportadora de alimentos e empresas de papel e celulose.

Lages também é um centro regional de comércio. A população de municípios vizinhos encontra um ambiente propício para compras e negócios na cidade. No inverno, o comércio é bastante fortalecido com o turismo rural e com a Festa Nacional do Pinhão, o segundo maior evento gastronômico e cultural de Santa Catarina.

O turismo rural é um dos grandes atrativos da Macrorregião Serra Catarinense. O planalto serrano por suas paisagens bucólicas e pela neve que se precipita em algumas cidades faz com que todos os anos a região receba milhares de visitantes no inverno.

A cidade possui uma extensa malha viária urbana, com mais de 600 quilômetros de ruas, com várias avenidas interligando todos os pontos da cidade. Além disso, o município de Lages é cortado por 3 rodovias federais e estaduais, que propicia a logística adequada para o escoamento dos produtos desenvolvidos no município.

Visando o fortalecimento e a elevação da competitividade de todos os segmentos econômicos da serra catarinense, há a necessidade de uma boa estrutura como o capital humano, infraestrutura, inovação e empreendedorismo, internacionalização, investimento e política pública, educação, mercado, saúde e segurança.

O município de Lages conta com uma universidade pública, um instituto federal, um centro universitário e a Uniplac sendo a única universidade comunitária que atende o município de Lages, os 18 municípios da região da Amures e municípios limítrofes do estado do Rio Grande do Sul. Há também no município a inserção de instituições de ensino superior com ofertas de cursos na modalidade a distância. As universidades e instituições de ensino possuem papel fundamental no suporte à inovação, melhoria da qualidade da educação e na liderança de políticas públicas em direção a uma abordagem inclusiva, social, cultural e empreendedora.

Resumo dos dados socioeconômicos e socioambientais de Lages.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	FONTES: IBGE/ Amures/ Sebrae/ Prefeitura de Lages/ Ministério da Saúde/ Ministério Educação...
Aspectos Populacionais Gerais	Habitantes	164.981 pessoas	2022
	Densidade demográfica	62,55 hab. km ²	2022
	Área Superficial	2.637,660 km ²	2022
	IDH-M	0,770 (alto)	2010
	Empresas	9.079	2010
	Empregos formais	43.053	2015

	Ganha até $\frac{1}{2}$ salário mínimo	31,5%	2014
	Salário médio	2.200	2020
	Pessoal ocupado	50.422 pessoas	2015
	População ocupada	32,0%	2020
	Renda “per capita”	31,5%	2010
	Renda média per capita	R\$ 856,00	2010
Saúde	Natalidade	15.0 a cada mil habitantes	2015
	Mortalidade infantil	13,33 por mil nascidos vivos	2022
	Leitos de internação	453	2010
	Esperança de vida ao nascer	77 anos	2010
	Estabelecimentos de saúde	554	2010
	Profissionais	1.217	2016

	ligados à saúde		
	Cadastrados como hipertensos	10,1%	2014
	População com plano de saúde	16,7%	2014
	Taxa de analfabetismo adulto	5%	2013
	Médicos por mil habitantes	2,3	2016
	Óbitos por neoplasia maligna	236/ano	2013
Território/ambiente	Área superficial	2.637 Km²	2010
	População exposta a risco	9%	2010
	Bioma	Mata atlântica	2020
	Arborização vias públicas/Lages		
Educação	Adultos com ensino fundamental completo	57%	2010

	Adultos com ensino médio completo	39%	2010
	Adultos com ensino superior completo	14%	2010
	IDHM	0,770 (alto)	2015
	Matrículas nas diversas modalidades de ensino	40.667	2016
	Taxa de abandono escolar	10,5%	2015
	Escolarização (6 a 14 anos)	97,3 %	2010
	Taxa de analfabetismo adulto	5%	2013
	Distorção idade-série	23,3%	2015
Trabalho /Renda	Rendimento médio <i>per capita</i>	R\$ 856,	2017
	Benefício Bolsa Família	6.758 famílias	2010
	Média Salarial emprego formal	1.889 homens 1.591	2015

		mulheres	
	Média salarial por escolaridade	R\$ 834 – analfabeto R\$ 1.228 – Ensino Médio R\$ 3.216 - Ensino Superior	2015
	Empresas	9.079	2014
	Potencial de Consumo	R\$ 20.888 - Classe A R\$ 768, – Classe E	2017
Infraestruturas	Energia Elétrica (consumo)	Total Kwh 328.892.093	2012
	Abastecimento de Água Encan.	99% da população	2010
	Coleta de Esgoto	84,9% dos domicílios	2010
	Coleta de Lixo	99% dos domicílios	2010
	Transportes	59% da população utiliza	2010

Economia	Receitas	R\$ 422.248.480, bi	2015
	Despesas	R\$ 444.127.598 bi	2015
	Transferência da União	29,7%	2015
Aspectos Econômicos	Produto Interno Bruto – PIB	R\$ 4,3 bilhões	2010
	Taxa média de Cres. do PIB	11,4%	2014
	Estratificação do VAB (Valor Adicionado Bruto)	VAB Agropecuária 1,8% VAB Indústria 25,4% VAB Comércio. 13,2% Prestação Serviços 33,3%	2014
	Comércio Exterior	US\$ 178 milhões exportações US\$ 29,9 milhões importações	2016

FONTE: Dados da pesquisa 2024.

1.7 Breve Histórico da IES

A história da Universidade do Planalto Catarinense teve seu início com a Associação Catarinense de Cultura, criada em julho de 1959 e tinha como finalidade a manutenção de estabelecimentos de ensino superior e de ensino médio - escolas técnicas do comércio.

Em 1965, a partir de lei municipal, é criada a Fundação Educacional de Lages–FEL, para reger o ensino superior de Lages, que em 1969 se transformaria na Fundação Universidade do Planalto Catarinense, como entidade de direito público e de administração indireta que contaria com autonomia plena em questões didático-científicas, disciplinares, administrativas e financeiras. Em 1966 foram implantadas as faculdades de Ciências Econômicas e Contábeis de Lages (Facec), como era chamada, com os cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis. Em 1970, foi autorizado o funcionamento, da Faculdade de Ciências e Pedagogia de Lages (Facip), com os cursos de Ciências Sociais, Letras, Pedagogia e Matemática. Em 1974, cria-se a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense (Uniplac). Mesmo ano em que se iniciaram as construções dos blocos A, B e C que abrigariam as duas unidades de ensino da Uniplac – Facec e Facip, que funcionavam nas instalações da escola normal Vidal Ramos, antigo Colégio Estadual Aristiliano Ramos e Colégio Franciscano Diocesano, respectivamente.

Já com as duas faculdades funcionando na nova estrutura, na área do antigo aeroporto Correia Pinto, em 1980, a Uniplac obteve parecer favorável à criação do curso de Direito, efetivamente autorizado em 1985. Com as crescentes mudanças que aconteciam no ensino superior em Lages, no início da década de 90 surge a necessidade de transformações na estrutura do ensino superior e em 1994 é tomada a decisão de acionar o processo de transformação da Uniplac em Universidade. No ano seguinte em 1996, foi lançado o Projeto da Universidade.

E assim, o ano de 1999 foi o ano decisivo, pois em 15 de junho, através de autorização do Conselho Estadual de Educação, foi reconhecida a Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac) e, em 23 de junho, o governo do estado também reconhece a Uniplac como Universidade, por meio do Decreto n. 312, de 23 junho de 1999, sendo em 27 de julho de 1999, instalada oficialmente, passando assim a usar de todas as prerrogativas inerentes ao status de Universidade. A partir desta data, foram sendo criados os mais diversos cursos de Graduação e Pós-Graduação. Dentre tantos, destaca-se o Curso de Medicina.

Com a autonomia didático-pedagógica, técnica e científica própria da Universidade, foram criadas extensões de alguns cursos, nos seguintes municípios: Campo Belo do Sul, São Joaquim, Urubici, Santo Amaro da Imperatriz e Otacílio Costa, ofertados conforme demanda.

A Resolução n. 295, de 21 de dezembro de 2017 consolida a normatização dos Núcleos Docentes Estruturantes - NDEs – que representa a delegação de poder para docentes definirem uma série de decisões relacionadas à vida acadêmica docente e discente.

As Resoluções 114, 115 de 1 de novembro de 2013 e 127 de 12 de junho de 2014 tornaram, respectivamente, obrigatória a inclusão da “Educação das Relações Étnico-raciais”, da “Educação Ambiental” e da “Educação dos Direitos Humanos” nas estruturas curriculares de todos os Cursos de Graduação da Uniplac.

A Uniplac, de acordo com a Resolução n. 134 de 25 de julho de 2014, migrou para o Sistema Federal de Ensino.

O Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico (PAAP) teve sua consolidação por meio de Resolução n. 219, de 08 de junho de 2016 e foi reestruturado em 20 de março de 2017, passando a ser vinculado ao Setor de Apoio Pedagógico (Seape) da Pró-Reitoria de Ensino, com o objetivo de atender aos estudantes com dificuldades na aprendizagem e apoiar os estudantes com deficiências, no acesso, permanência e conclusão dos estudos no ensino superior. Este programa é apoiado pela Comissão Institucional de Acessibilidade (CIA) instalada por meio da Resolução n. 235, de 11 de agosto de 2016, tem como finalidade acompanhar e propor medidas à universidade que visem garantir os requisitos de acessibilidade, aos acadêmicos e funcionários, com deficiência.

A Uniplac conta também com a Comissão Própria de Avaliação – CPA – regulamentada pela Resolução n. 456, de 03 de fevereiro de 2021, sendo que tem por atribuição acompanhar os processos internos de avaliação da Instituição, conforme determina o Art. 11 da Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. A CPA tem como propósito contribuir para reafirmar e redefinir a missão institucional e seus valores, bem como sedimentar uma cultura de avaliação universitária. Atua diretamente: na análise dos instrumentos do processo de autoavaliação; sistematização dos procedimentos do processo de autoavaliação, estabelecendo metodologias de trabalho; acompanhamento do tratamento dos dados coletados e aprovação dos relatórios emitidos; sugestão e recomendações com base nos dados dos relatórios; aprovação do relatório de autoavaliação, levando em consideração a legislação vigente; garantia da visibilidade à comunidade universitária dos resultados. A comissão em conformidade à Lei 10.861, art. 11, inciso I, por ato do dirigente máximo da instituição, assegurando a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade

civil organizada.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, foi atualizado em 2024 e tem vigência até 2028.

A Uniplac busca constantemente atualizar-se fazendo investimentos nas áreas pedagógicas, de tecnologia, ciência, cultura, esporte e infraestrutura.

2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1 Nome do Curso

Curso de Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa

2.1.1 Grau

Licenciado (a).

2.2 Atos Legais

Autorização: Decreto n. 66.849, de 06/07/1970 do MEC. Parecer n. 323, 15/12/1993 do CEE/SC.

Reconhecimento: Decreto 79.943 de 13/07/1977 do MEC.

Decreto nº. 312, de 23/06/1999, do Governo do Estado de Santa Catarina, Resolução n. 031, de 15/06/1999 e Parecer n. 134, de 15/06/1999 do CEE/SC, juntamente ao credenciamento da Universidade.

Renovação de Reconhecimento: Decreto n. 2.717, de 10/12/2004, do Governo do Estado de Santa Catarina, Resolução n. 058, de 09/11/2004 e Parecer n. 334, de 09/11/2004 do CEE/SC, juntamente com o credenciamento da Universidade.

Renovação de Reconhecimento: Decreto n. 597, de 18/10/2011, do Governo do Estado de Santa Catarina, Resolução n. 051, de 09/08/2011 e Parecer n. 123 de 09/08/2011.

Reestruturação: Parecer CONSEPE n. 227¹, de 13/12/2012.

Renovação de Reconhecimento: Decreto n. 2.380, de 28/08/2014 do Governo do Estado de Santa Catarina, Resolução n. 185, de 03/06/14 e Parecer n. 207, de 03/06/14 do CEE/SC.

Em 15/06/2018, sob **Parecer Consuni n. 035 e Resolução n. 364, de 27/06/2018**, o Curso de Letras foi reestruturado para atender as Resoluções internas do Consuni n. 291, 292/2017, 342, 347 e 355/2018.

Por meio da **Portaria MEC n. 948, de 30/08/2021**, o Curso de Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa teve renovado o seu reconhecimento.

¹ O projeto foi reestruturado e aprovado pelo CONSUNI, através do Parecer n. 001 de 07/03/2007, no qual foi instituído o compartilhamento de disciplinas e, posteriormente, pelo Parecer n. 227, de 13/12/12, em que foi instituída a semipresencialidade.

Em 07/11/2022, com Parecer Consuni n. 049 e a Resolução n. 526 de, 16/11/2022, foi aprovado o primeiro semestre do Curso de Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa, e em 13/12/2023 com o Parecer n. 42 e Resolução n. 575 de, 20/02/2024 foi aprovada a nova estrutura curricular do curso.

2.3 Carga Horária Total do Curso

O curso integraliza a estrutura curricular em 3.520 horas.

2.4 Número de Vagas

40 vagas anuais

2.5 Periodicidade

Semestral.

2.6 Integralização

Mínima: 4 anos/8 semestres.

Máxima: 8 anos/16 semestres, conforme Resolução n. 172, de 25 de maio de 2015.

2.7 Turno de Funcionamento do Curso

Noturno, em regime regular. Matutino, vespertino e noturno incluindo finais de semana quando em regime especial (conforme edital).

2.8 Modalidade de Oferta

Presencial, com 5 (cinco) disciplinas institucionais que totalizam 400 horas (11,36% da carga horária total do curso) na Modalidade a Distância, conforme Portaria n. 1.134, de 10/10/2016, do Ministério da Educação.

2.9 Formas de Acesso

Vestibular ou processo seletivo, conforme edital.

3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

Os cursos de Graduação na Uniplac se constituíram ao longo dos anos na atividade mais significativa da Instituição, isto é, a partir deles são pensadas, também, as políticas de formação continuada em nível de Pós-Graduação lato e stricto sensu. Assim sendo, os cursos de Graduação são entendidos como espaços de formação inicial que capacitam seus egressos para atuação em diferentes áreas, ancorados nos princípios da ética, da competência técnica e científica do exercício da cidadania, conforme explicitado no PDI (2024/2028).

Assegurada nas legislações pertinentes, nas necessidades de seu entorno, a Uniplac vem proporcionando cursos de Graduação em diferentes modalidades, turnos de funcionamento, regimes de oferta e flexibilizações curriculares necessárias. Estes cursos oferecem titulação a licenciados, bacharéis e tecnólogos, sempre em observância às demandas emergentes e às expectativas da Região Serrana de Santa Catarina.

O ensino da Uniplac é trabalhado como espaço efetivo de aprendizagens fundamentais para a vida pessoal e profissional, levando em conta aspectos como a globalização e a integração regional, conduzindo o aluno à descoberta e entendimento dos quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser.

Diante disso, preocupa-se em proporcionar atividades acadêmicas em espaços pedagógicos estratégicos para o exercício da cidadania, construindo conhecimentos através da participação crítica de alunos e professores, na forma de trabalhos, estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios, projetos de extensão e de pesquisa, realização de semanas acadêmicas, viagens de estudos e eventos. Assim, amplia-se e aprofunda-se a formação do profissional cidadão e suas possibilidades de inserir-se ao mercado de trabalho. As políticas para o Ensino de Graduação da Uniplac estão atentas às novas metodologias de apropriação e produção do conhecimento, com a finalidade de promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação.

A partir dessa perspectiva, os cursos de Graduação da Uniplac constroem um processo de aprendizagem holístico que legitima a sua identidade enquanto universidade e a sua relevância para a comunidade onde está inserida.

3.1.1 Políticas das Licenciaturas da Uniplac

O Projeto Pedagógico do Curso de Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa faz parte do contexto das Licenciaturas da Uniplac e suas atividades estão voltadas para o compartilhamento de disciplinas, fato que teve seu início no final de 2006, quando foram aprovadas as políticas das licenciaturas na Uniplac. Essa implantação representou e representa uma inovação pedagógica em vários sentidos: envolve o compartilhamento de disciplinas totais e parciais, ultrapassa a perspectiva disciplinar e articula no planejamento das atividades acadêmicas a integração das diferentes áreas do conhecimento, disciplinas e conceitos, de modo a estabelecer a relação entre os conhecimentos teóricos e práticos necessários ao desempenho da profissão.

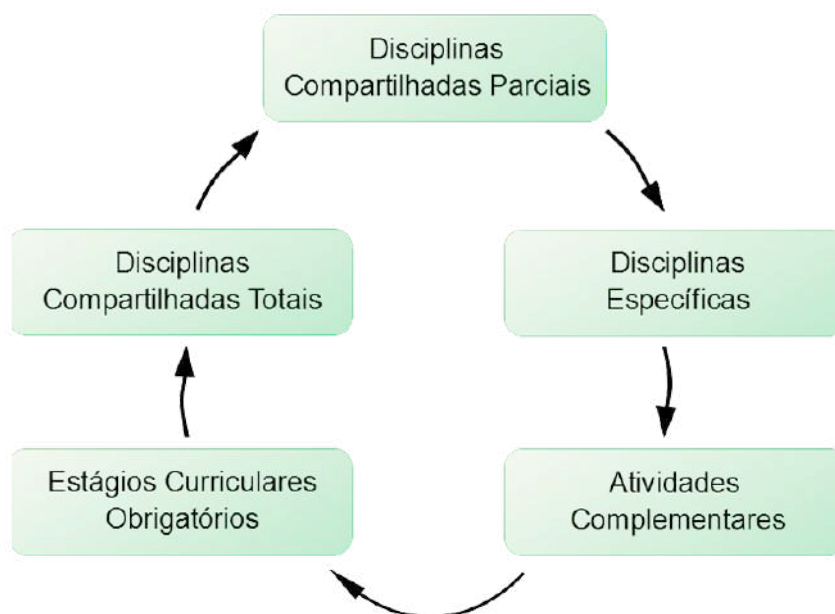


3.1.2 Política das Licenciaturas Compartilhadas da Uniplac

Nesse sentido, a carga horária total do curso está dividida em disciplinas compartilhadas totais, disciplinas compartilhadas parciais, disciplinas específicas e estágios curriculares obrigatórios, atividades complementares e práticas de extensão.

Nessa política, é necessário planejar a formação continuada para construir no processo a formação de professores do ensino superior que irão trabalhar nas disciplinas compartilhadas, nas disciplinas integradoras do currículo e em todas as disciplinas da estrutura curricular.

O planejamento não poderá ser feito individualmente, requer a profissionalização da docência no ensino superior, tanto quanto é fundamental a apropriação dos saberes científicos para o crescente domínio de cada área, como também a apropriação dos saberes pedagógicos para o exercício competente da docência.



3.1.3 Licenciatura com Disciplinas Compartilhadas

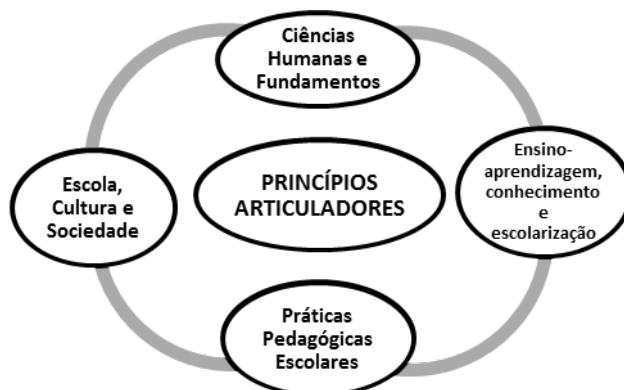
Com a proposta das disciplinas compartilhadas, o movimento da sala de aula e nos cursos de licenciatura da Uniplac inclui flexibilidade, dialogicidade, dialeticidade, pluralidade, o erro, o relativo, a contradição, a ambiguidade, a criatividade, como elementos constitutivos essenciais de todo e qualquer processo de desenvolvimento.

O espaço da Universidade pode e deve ser um espaço que possibilita ao professor refletir, investigar e planejar sua prática pedagógica, pois se entende que "a formação não se constrói por acumulação de cursos, conhecimentos e técnicas, mas sim, através de um trabalho de reflexibilidade crítica sobre práticas e de reconstrução permanente da identidade pessoal". (Nóvoa, 1995, p. 25).

Espera-se que o processo de formação docente desenvolva nos alunos conhecimentos e habilidades, atitudes e valores, que lhes possibilitem permanentemente ir construindo seus saberes-fazeres docentes, a partir das necessidades e desafios que o ensino, como prática social, lhes coloca no cotidiano. A partir da ideia de historicidade e provisoriade da Ciência, a concepção de produção do conhecimento que deverá sustentar a proposta tem a seguinte base:

- a) problematização e compreensão dos limites e possibilidades do trabalho educativo escolar;
- a) aprofundamento epistemológico e metodológico das ciências que integram o currículo;
- a) compreensão do cotidiano escolar como um dos parâmetros balizadores da competência do profissional de Educação.

As atividades curriculares têm como princípios articuladores as dimensões das Ciências Humanas e Fundamentos; da Escola, Cultura e Sociedade; do Ensino e Aprendizagem, Conhecimento e Escolarização; das Práticas Escolares e das Atividades Complementares da Graduação.



3.1.4 Princípios Articuladores das Licenciaturas

Diante disso, os cursos de Licenciatura da Uniplac articulam-se entre si e com a Instituição por meio de ações que possibilitam um processo de ensino e aprendizagem consistente e em constante avaliação e em observância das Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso.

Já em 2012, a Instituição foi contemplada com bolsas de estudos referentes ao projeto Pibid (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), em ação promovida pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). O programa tem como proposta oportunizar aos alunos/bolsistas dos Cursos de Licenciatura uma aproximação com a realidade escolar com o exercício da docência supervisionada, na perspectiva de proporcionar a construção da identidade profissional, a superação da dicotomia entre teoria e prática e também maior aproximação da IES e da Unidade Escolar.

No Brasil, a formação de professores para a educação infantil, o ensino fundamental e o médio é responsabilidade dos Estados e Municípios, cabendo à União o papel de incentivar, traçar diretrizes por meio do Plano Nacional de Educação, financiar parcialmente e regular as políticas regionais.

Sendo assim, o cenário da Educação Básica no Brasil não é animador. O país é um dos líderes mundiais em reprovação no primeiro ano do ensino fundamental. A metade dos alunos que ingressam no ensino fundamental não consegue avançar na aprendizagem, pois o sistema não oferece as condições de apropriação dos conhecimentos básicos – ler e escrever. A má qualidade perpassa todo o sistema, também para aqueles que conseguem superar as fases

iniciais.

A este propósito, é preciso ponderar que o panorama de dificuldade na educação brasileira é resultado de um conjunto de fatores. Um deles, não o menor, é a falta de políticas públicas para a educação e para a carreira dos professores, coerentes com as necessidades do país. A formação dos professores é outro desafio para as políticas governamentais.

Os dados do contexto educacional do Brasil se reproduzem também na Região Serrana de Santa Catarina, embora - reconheça-se -, não na mesma proporção e dimensões de outras partes do país.

A região carrega ainda hoje Índices de Desenvolvimento Humano – IDH – abaixo da média do estado, realidade que comanda as preocupações, as concepções, o planejamento e as práticas da Universidade do Planalto Catarinense, por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional (2024/2028).

Diante de tal quadro, hoje, após décadas de existência, quais serão as expectativas da UNIPLAC na relação com a sua Região? Se a melhor parte da história é a que está por vir, quando pensamos na UNIPLAC será preciso voltarmos-nos para o futuro e mostrá-la como intenção e esforço teórico e prático para não frustrar as expectativas de seu entorno.

Nesse sentido é que, com Mello, Almeida Filho e Ribeiro (2007), quando tratam de definir uma Universidade socialmente relevante, os grandes desafios da Educação Superior situam-se em 3 níveis principais:

- A luta por padrões de qualidade;
- A universalidade de acesso;
- A implementação de programas sociais relevantes.

Ao aceitar tais premissas, a instituição Uniplac, antes de mais nada buscará garantir formação qualitativa e quantitativa de quadros competentes e adequados às exigências do desenvolvimento local e regional, em contexto de globalização da economia e da sociedade. A isso podemos chamar de pertinência científica. O segundo desafio refere-se à garantia de educação superior para todos, ou, pelo menos, para o mais amplo leque possível de pessoas interessadas. O terceiro, obviamente deve ser uma decorrência dos outros dois, remete à conquista da relevância social. (Op. cit., 2007).

É recorrente que, para cumprir suas finalidades sociais e não frustrar as expectativas da Região, a Uniplac deve formar profissionais capazes de projetar as mudanças e transformações no nível em que o mundo local e regional precisa. Daí decorre que as políticas

institucionais e as estruturas curriculares têm que estar comprometidas com as metas da relevância social. Assim, ensino, pesquisa, extensão e Pós-Graduação terão que estar intimamente inter-relacionados, não apenas como opção, mas como atividades curriculares obrigatórias e estruturantes.

No âmbito do Curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa - Licenciatura, a pesquisa universitária desenvolver-se-á a partir de critérios de relevância social e científica, priorizando os processos de interação com o ensino e a extensão. As políticas adotadas estarão voltadas para esta indissociabilidade, em consonância com a missão da Universidade.

As ações concretas em pesquisa, associadas ao Ensino e à Extensão, estão propostas para o Curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa na perspectiva de uma cultura universitária que entenda pesquisa e extensão como elos com as atividades de ensino produção do conhecimento, responsabilidade e compromisso social. Dessa forma, participará o curso no diuturno processo de superação do histórico institucional apenas voltado ao ensino-transmissor-de-conhecimento.

O Curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa, considerando sua natureza de Licenciatura, deverá se inserir no contexto do desenvolvimento local e regional sustentável - compromisso da Universidade - como um elemento-chave e impulsionador do desenvolvimento local e regional sustentável da Educação como um todo e do conhecimento histórico, mais especificamente.

Em particular, as políticas de pesquisa da Uniplac para o Curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa – Licenciatura, atenderão à consolidação de uma cultura de pesquisa na instituição, por meio do apoio à criação ou fortalecimento de grupos de pesquisa; da ampliação de atividades de iniciação científica junto aos alunos de graduação; da valorização de projetos interdisciplinares; do incentivo à apresentação de trabalhos científicos em eventos; da divulgação dos resultados das pesquisas desenvolvidas; do estímulo à publicação em revistas científicas indexadas de alto impacto; da constante busca de integração Ensino, Pesquisa e Extensão; da implementação de sistemática mais adequada de acompanhamento e avaliação das pesquisas, incorporando critérios de qualidade e relevância científica e social (PDI, 2024/2028).

3.1.5 Justificativa para a criação do curso

A ofertas do Curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa, na modalidade de Licenciatura da Uniplac, justifica-se pela constante necessidade de formação inicial de

professores para atuarem na Educação Básica na região da serra catarinense a partir dos componentes curriculares de língua portuguesa e língua inglesa.

Nesse aspecto, inicialmente, ressalta-se a importância da língua portuguesa no contexto atual, constituindo-se como o idioma mais falado do hemisfério sul. De acordo com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), o português tem hoje mais de 270 milhões de falantes no mundo, sendo o maior número deles no Brasil. Especificamente no país, além de ser a língua materna ensinada nas escolas, tem sido tematizada com amplitude em concursos públicos e processos seletivos, bem como seu domínio é apreciado com destaque como um diferencial em qualquer área de atuação profissional.

Sendo assim, tem-se observado uma demanda crescente por professores de língua portuguesa, não somente em escolas públicas e privadas, como também em diversos cursos preparatórios e de aperfeiçoamento.

No caso da língua inglesa, isso também ocorre. Com o aumento das escolas de idiomas na região, sobretudo com cursos focados na língua inglesa, essa demanda por professores se torna ainda maior. É preciso, também, atender os profissionais que já atuam na rede pública ou privada de educação catarinense sem a formação necessária em língua inglesa.

Ademais, os documentos oficiais norteadores da educação brasileira asseguram o ensino de língua inglesa obrigatório na Educação Básica, a partir do sexto ano do ensino fundamental, de acordo com o que preconizam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996 – LDBEN – e a Lei nº 13.415 de 2017. Do mesmo modo, com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017) e do Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense (SANTA CATARINA, 2019), a língua inglesa é vista como língua franca, globalizada e presente no cotidiano dos estudantes.

Nesse contexto, concebe-se o Curso de Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa da Uniplac de modo a atender as necessidades da Educação Básica no momento atual, estruturado a partir da interculturalidade de seus falantes, partindo da oralidade e do seu uso real em situações de comunicação. Dessa forma, os egressos do curso de Letras da Uniplac contribuem para o desenvolvimento regional, especialmente na formação de alunos proficientes na leitura e na escrita, na formação continuada de professores e na atuação em outras áreas atreladas aos meios de comunicação, assessorias em empresas e escolas de idiomas, por exemplo.

Lages é o município com maior extensão territorial de Santa Catarina e conta com 33 unidades escolares do ensino fundamental na rede pública municipal e 24 escolas na rede estadual. Além disso, desempenha um protagonismo de grande influência para os municípios circundantes da região do Planalto Catarinense. Mais especificamente, como polo regional da Amures (Associação dos Municípios da Região Serrana), entidade composta por 18 municípios, a Uniplac desempenha um papel fundamental na formação de professores para atuar nas 54 escolas estaduais da área.

Assim, o curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa colabora no desenvolvimento regional da serra de Santa Catarina por meio da excelência na formação de profissionais capacitados para o trabalho com língua portuguesa, quanto com língua inglesa.

Portanto, ressalta-se a importância da continuidade de oferta da Licenciatura em Letras da Uniplac, pois na região onde se localiza, é a única universidade que desde 1970 vem formando, na modalidade presencial, profissionais comprometidos e competentes para atuarem na educação, sendo que grande parte dos atuais docentes são egressos do próprio curso.

3.2 Pesquisa e Extensão no Contexto do Curso

A Uniplac, na condição de universidade, sustenta-se na tríade Ensino, Pesquisa e Extensão, uma vez que esse “tripé” é o articulador e o sustentáculo daquilo que a universidade se propõe a ser, ou seja, uma entidade que deveria ajudar as pessoas a descobrir o seu lugar no universo e, acima de tudo, contribuir com a formação de talentos humanos para o desenvolvimento social (FOX, 1988).

A missão de uma universidade não está pautada apenas no Ensino, mas também na produção de conhecimento, por meio da Pesquisa acadêmica, e na sua aplicação – Extensão - na sociedade em que a instituição se insere, com vistas a formação humana e cidadã, comprometida com o bem-estar coletivo e com o desenvolvimento econômico e social regional.

Essas três esferas não existem de forma isolada, elas articulam-se num movimento dialógico que enriquece o processo de aprendizado por meio da geração do conhecimento e sua consolidação por meio da prática, o que corrobora com um processo de ensino holístico à medida que compreende o desenvolvimento das mais diversas atitudes, competências e habilidades inerentes e imprescindíveis ao profissional e cidadão do mundo contemporâneo.

Nesse contexto ressalta-se a redefinição das linhas de Pesquisa da Uniplac, que aconteceu durante o IV Diálogos Integradores (08/11/2011), que resultaram em 6 linhas, aprovadas pelo Consuni em 15/12/2011, com Parecer n. 080. As novas linhas de pesquisa são:

- a) Planalto Serrano Catarinense: desenvolvimento territorial.
- a) Educação, cultura e políticas públicas.
- a) Trabalho, educação e sistemas produtivos.
- a) Democracia, cidadania e sociedade.
- a) Saúde, ambiente e qualidade de vida.
- a) Ciência, política e tecnologia.

As linhas de pesquisa trabalham na ótica do respeito ao contexto histórico, porém, de forma mais ampla, e contemplando um número expressivo de cursos de graduação e Pós-Graduação. Além disso, destaca-se a apresentação em forma de categorias, eixos temáticos, com o cuidado de que a primeira categoria sempre seja a macro (principal) e que a segunda faça a mediação desta com a terceira e de que as especificidades sejam trabalhadas nos grupos de pesquisa e nos cursos de graduação e Pós-Graduação.

No curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa, bem como nos demais cursos da universidade, tem-se muito clara a necessidade de constante promoção de ações de pesquisa e de extensão cada vez mais atreladas ao ensino. Sendo assim, a pesquisa e a extensão percebem-se bastante claras através de algumas disciplinas, como Práticas Extensionistas – oferecida do segundo ao sétimo semestre do curso, com 320h dedicadas às atividades de extensão; Iniciação à Pesquisa Científica – oferecida no 4º semestre do curso, com carga horária de 80h; e Pesquisa e Prática Pedagógica – oferecida do sexto ao oitavo semestre, com carga horária total de 120h.

Como atividade de iniciação à pesquisa, o curso conta com o projeto intitulado “Linguística aplicada e a formação do professor de línguas com foco na construção do professor-pesquisador”, com o objetivo de estudar metodologias de ensino de línguas que contemplem melhor a realidade de estudantes da educação básica. Esse projeto conta com a participação de professores do curso e alunos que recebem bolsas de pesquisa do governo estadual de SC.

Na articulação da pesquisa e da extensão temos a efetivação de projetos que problematizam a realidade de vida da comunidade, levantando questões que se tornem objetos de investigação para projetos de iniciação científica e de estágio, bem como de atividades de extensão que efetivem o conhecimento científico produzido por meio da pesquisa como uma ferramenta para a formação humana, profissional e cidadã.

Nessa interligação entre os pilares da tríade universitária, as práticas de ensino, pesquisa e extensão favorecem a consolidação de uma formação acadêmica que propicia a competência técnico-científica associada à sensibilidade para as questões sociais. Além disso, o princípio da indissociabilidade reestrutura outra relação entre o professor e os acadêmicos, a partir de uma prática pedagógica que projeta o discente como o centro do processo de aprendizagem, destituindo uma prática engessada que atribui ao aluno o papel de mero receptáculo do conhecimento.

A Uniplac oferece atualmente bolsas de iniciação científica, através de recursos do Artigo 170, da Constituição Estadual de SC; bolsas do Artigo 171 provenientes do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES), previstos em Lei Orçamentária Anual (LOA); bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação

Científica (PIBIC), que é um Programa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica (PIBITI/CNPq); bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Ensino Médio (PIBIC-EM); bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid/Capes); bolsas do Programa Residência Pedagógica (PRP/Capes).

Outra atuação importante da pesquisa na Uniplac é a apreciação dos aspectos éticos dos protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, que se dá através do CEP/Uniplac. O CEP/Uniplac tem tido, atualmente, atuação legitimada pelos docentes e discentes da universidade, à medida que funciona como setor próprio, com ações de informação, capacitação, fiscalização e apreciação sobre os processos de pesquisa que envolvem seres humanos.

No bojo de todo o processo a Uniplac, por meio do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – 2024-2028, preconiza uma política de extensão voltada para a constituição de um processo educativo, cultural e científico a partir da articulação com o Ensino e a Pesquisa, viabilizando uma relação entre a universidade e a sociedade.

Dentre as regulamentações que viabilizam a extensão, podemos citar o Decreto n.7.416, de 30 de dezembro de 2010 (MEC), que regulamenta a concessão de bolsas para o desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária; Lei n. 12.155 de 23 de dezembro de 2009, que em seu artigo décimo reitera a concessão de bolsas para o desenvolvimento das atividades de ensino e extensão e o Decreto n. 6.495 de 30 de junho de 2008, que instituiu o Programa de Extensão Universitária – PROEXT, fomentando o financiamento a projetos de extensão universitária para estreitar os laços da universidade com a sociedade na transformação social. Além dessas, podemos ainda citar a Lei n. 13.005, de 25/06/2014 do Plano Nacional de Educação (PNE), que reitera a relevância da extensão no âmbito da graduação por meio de programas e projetos de extensão universitária.

Em toda essa legislação se percebe a extensão como um espaço de produção do conhecimento, onde existe a convergência com o ensino e a pesquisa de forma articulada com a mudança social e comprometida com o desenvolvimento econômico e social das regiões abarcadas pelas instituições universitárias.

Trata-se de uma busca pela ligação entre teoria e prática, a fim de produzir conhecimento e compor um processo de formação de cidadãos e profissionais capacitados para o trato social e profissional. O PDI da Uniplac 2024-2028 também preconizou o foco dos Programas de Extensão para o período por ele compreendido, sendo eles:

- Promoção da educação e do trabalho;
- Assistência jurídica a família;
- Assistência social a família;
- Manutenção dos alunos carentes na universidade;
- Promoção do esporte e cultura;
- Promoção da inclusão social de pessoas com necessidades especiais;
- Promoção do direito à assistência de crianças, adolescentes, mulheres e idosos;
- Ações comunitárias com vistas ao Desenvolvimento Regional sustentável;
- Promoção da educação continuada, qualificação e cursos de curta duração.

As linhas de ação acima citadas, juntamente às políticas nacionais de incentivo à extensão universitária, constituem o embasamento por meio do qual se desenvolvem as atividades extensionistas na universidade e, por consequência, incidem nas ações desenvolvidas no âmbito do ensino de graduação, bem como na pesquisa universitária.

Isso porque a extensão, em uma IES Comunitária como a Uniplac, nos remonta à função social da universidade, uma vez que a junção da tríade sustentadora deste título permite o desenvolvimento de um trabalho na democratização do conhecimento, por meio da interdisciplinaridade e do compromisso com a busca de alternativas para as demandas sociais da região de abrangência da instituição, pois:

No conjunto das finalidades da instituição educadora, conforme a definição constitucional, está a formação humana, a capacitação profissional e a qualificação para a cidadania, promovida por meio do ensino, da Pesquisa e da Extensão. Neste caso a extensão cumpre um papel importante na medida em que posiciona a instituição, junto com todo o seu projeto pedagógico, no horizonte das novas fronteiras do conhecimento e das construções sociais. (Siveres, 2011, p. 26)

A partir dessa concepção de necessária convergência entre o ensino e a extensão, é que a IES, por meio da Pró-Reitora de Pesquisa e Extensão e Pós-Graduação, por meio de sua Coordenação de Extensão, promove um movimento de formação extensionista para docentes e discentes, no sentido de construir sólidas bases para que os cursos de graduação possam ampliar e fortalecer as suas atividades de extensão.

No contexto da graduação, a extensão universitária se faz presente por meio de diversas atividades de extensão, sendo estas, Programas de Extensão, Projetos de Extensão (Curta Duração e Permanentes), eventos e cursos de extensão e disciplinas de Práticas Extensionistas.

Ao colegiado do curso compete a reflexão a respeito da relevância das atividades extensionistas para cada etapa do processo de formação no curso, bem como a execução

destas, seja por meio de submissão de propostas nas diversas modalidades acima mencionadas.

3.2.1 Curricularização da Extensão/Práticas Extensionistas

A Uniplac apresenta, na estrutura curricular dos cursos, atividades de extensão. Tal ação é realizada em cumprimento à Resolução n. 7 do MEC, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n. 13.005/2014, a qual aprova o Plano Nacional da Educação (PNE). Para tanto, instituiu-se a Resolução do Consuni n. 447, de 10 de novembro de 2020, que estabelece a inclusão da Extensão na Estrutura Curricular para todos os cursos de graduação da universidade.

Especificamente no curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa, fazem parte da estrutura curricular as disciplinas de Práticas Extensionistas e Pesquisa e Prática Pedagógica. A disciplina de Práticas Extensionistas é ministrada de forma interdisciplinar, num processo político educacional, social, cultural, científico e tecnológico. Assim, promove a produção de mudanças na própria IES e nos demais setores da sociedade, nos diversos espaços da comunidade, proporcionando a aplicação dos conhecimentos construídos no ambiente escolar na transformação das realidades sociais. Dessa forma, é possível estimular a formação de cidadãos éticos, críticos e responsáveis, que cuidem e zelem pelo meio ambiente, respeitem as diversas culturas e a diversidade humana e os direitos humanos. Além disso, a disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica, por seu perfil essencialmente articulado ao contexto escolar, também integraliza parte de sua carga-horária com a previsão de atividades de extensão.

A disciplina de Práticas Extensionistas está prevista na estrutura curricular do curso entre o 2º semestre e o 7º semestre, enquanto a disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica, ocorre do 6º ao 8º semestre do curso. Ao final, tem-se uma carga-horária de 352 horas de extensão, com a seguinte organização:

Semestre	Carga Horária	Disciplina Ofertada
2º	40h	Práticas Extensionistas

semestre		
3º Semestre	40h	Práticas Extensionistas
4º Semestre	60h	Práticas Extensionistas
5º Semestre	60h	Práticas Extensionistas
6º Semestre	72h	Práticas Extensionistas e Pesquisa e Prática Pedagógica
7º Semestre	70h	Práticas Extensionistas e Pesquisa e Prática Pedagógica
8º Semestre	10h	Pesquisa e Prática Pedagógica
Total	352h	

Para detalhar o trabalho realizado a cada semestre, no 2º semestre, na disciplina de Práticas Extensionistas, os alunos têm aulas teóricas sobre os conceitos e a fundamentação do que é a extensão universitária e como ela pode ser colocada em prática. Além disso, inicia-se fase de elaboração de esboços de pré-projetos que atenderão aos anseios da comunidade externa. Para tanto, é preciso lançar um olhar para questões sociais do entorno universitário que necessitam de alguma intervenção. Isso está contemplado na ementa prevista para a disciplina: “Princípios da extensão universitária. Atividades de extensão integradoras e articuladas aos conhecimentos específicos do semestre.” A avaliação é realizada por meio da elaboração e apresentação dos pré-projetos em um seminário integrativo ao final do semestre.

Na ocasião, são selecionados os trabalhos mais viáveis, relevantes e exequíveis,

enquanto os demais passam a compor um banco de projetos do curso, podendo ser colocados em prática a qualquer momento.

Dando continuidade ao trabalho da disciplina de Práticas Extensionistas, a partir do 3º semestre, para atender à ementa “Atividades de extensão integradoras e articuladas aos conhecimentos específicos do semestre”, os estudantes são divididos em grupos, com o objetivo de finalizar os projetos de extensão a serem executados, os quais já foram selecionados no semestre anterior. Nesse momento, a avaliação corresponde ao engajamento dos estudantes nas atividades em grupo, bem como pela capacidade de assimilar, refletir e posicionar-se criticamente sobre os conteúdos da disciplina, especialmente nas atividades de leitura, pesquisa e produção dos materiais necessários para a execução dos projetos propostos.

Cabe ressaltar que os projetos desenvolvidos devem envolver as áreas de atuação definidas conforme o perfil do curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa, com atividades de apoio pedagógico, oficinas, minicursos, cursos, seminários, entre outras, que se caracterizem enquanto práticas extensionistas para a comunidade e envolvam as temáticas da língua portuguesa e língua inglesa. A proposição, seleção e avaliação dos projetos ocorre no início de cada semestre, a partir do banco de projetos previamente constituído.

Já no 4º e 5º semestre, os estudantes executam, em grupos, os projetos anteriormente produzidos, a partir do cronograma elaborado. Para tanto, há a orientação dos professores da disciplina que acompanham o trabalho e conduzem os processos de avaliação constante e aprimoramento das práticas extensionistas. Para a finalização do processo, a cada semestre, deve-se elaborar um relatório composto pela descrição do percurso e análise reflexiva dos resultados obtidos para possíveis ajustes na metodologia e nas estratégias adotadas.

Por sua vez, no 6º e 7º semestres, além de dar continuidade aos projetos executados nos semestres anteriores e finalizá-los, os estudantes iniciam a produção de uma pesquisa científica na disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica, aproveitando o público-alvo e as temáticas dos projetos das práticas extensionistas, com vistas à elaboração de um artigo científico, que será publicado em revistas ou periódicos da área. Por fim, no 8º semestre ocorre a finalização do artigo científico e a apresentação para a comunidade acadêmica, com o compartilhamento dos principais resultados alcançados e o detalhamento do percurso percorrido.

3.3 Objetivos do Curso

Os objetivos do curso, constantes no PPC, estão implementados, considerando o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular, o contexto educacional, características locais e regionais e novas práticas emergentes no campo do conhecimento relacionado ao curso, bem como o PDI da Uniplac (2024-2028) e as Diretrizes Curriculares Nacionais do próprio curso. Além disso, os objetivos estão de acordo com a legislação educacional e a política curricular nacional vigentes, fundamentando-se em documentos como: a Constituição Federativa do Brasil (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCNs), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo Base do Território Catarinense.

3.3.1 Objetivo Geral

Formar profissionais de educação com o domínio ativo e crítico da Língua Portuguesa, da Língua Inglesa e de suas literaturas, nas suas manifestações orais e escritas, a partir da articulação entre teoria e prática, com atuação ética, humanística e interdisciplinar no aprimoramento dos processos de recepção e produção de textos.

3.3.2 Objetivos Específicos

Destacam-se, ainda, como objetivos do Curso:

- a) Preparar profissionais capazes de atuar na formação de leitores, intérpretes e produtores de textos, fomentando o desenvolvimento da cultura, da estética e das relações sociais pela linguagem;
- b) Qualificar profissionais que entendam os diferentes contextos interculturais e especificidades locais e que sejam capazes de adequar o ensino da língua/línguas a essas especificidades;
- c) Capacitar profissionais para que possam atuar junto às classes populares, a partir do reconhecimento das variedades linguísticas existentes;
- d) Desenvolver as competências relacionadas ao conhecimento das linguagens para a atuação na educação ou em outras áreas;
- e) Promover o desenvolvimento de um perfil crítico, autônomo, pesquisador e reflexivo acerca das línguas e das literaturas como principais meios de comunicação e expressão do ser humano;
- f) Estudar novas metodologias para o ensino de línguas, incluindo o uso das

tecnologias na educação, de modo que contemplem a realidade dos estudantes da educação básica;

g) Estimular o desenvolvimento de um perfil pesquisador, com a busca constante pela qualificação profissional e formação continuada;

h) Possibilitar uma visão ampla da realidade social em que sujeito está inserido, de modo a refletir criticamente sobre os caminhos para transformá-la.

3.4 Perfil Profissional do Egresso

O licenciado em Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa da Uniplac deve ser um profissional interculturalmente competente, capaz de lidar, de forma crítica, com as linguagens, nos contextos oral e escrito, e consciente de sua inserção na sociedade e nas relações com o outro. Esses saberes precisam ser articulados em suas atividades enquanto professor e pesquisador, de modo a disseminar boas práticas de leitura e escrita em todos os níveis de ensino.

Além disso, o profissional formado em Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa deve ter domínio do uso das línguas portuguesa e inglesa, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variedades linguísticas e dos diferentes contextos sociais. Nesse sentido, precisa combater todas as formas de preconceito atrelados a costumes, tradições, religiões, etnias ou questões linguísticas.

O egresso do curso deve, ainda, ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como um processo contínuo, autônomo e permanente, bem como ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos linguísticos e literários. O licenciado em Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa deverá também ser identificado por múltiplas competências e habilidades adquiridas durante a sua formação acadêmica convencional, teórica e prática, ou fora dela. Deve ter, também, a capacidade de resolver problemas, tomar decisões, trabalhar em equipe e comunicar-se dentro da multidisciplinaridade dos diversos saberes que compõem a formação universitária em Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa. O profissional de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa deve, ainda, estar comprometido com a ética, com a responsabilidade social e educacional, e com as consequências de sua atuação no mundo do trabalho. Finalmente, deverá ampliar o senso crítico necessário para compreender a importância da busca permanente da educação continuada e do desenvolvimento profissional.

3.5 Áreas de Atuação do Profissional

O licenciado em Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa contempla o exercício da docência da língua portuguesa e da língua inglesa na Educação Básica, mais especificamente no ensino fundamental e ensino médio, e em outros espaços educativos como escolas de idiomas.

Além disso, pode-se atuar, ainda, com assessoria linguística e literária, revisão de textos, tradução, ou como intérprete, pesquisador, roteirista, secretário, assessor cultural. Outras atividades também estão previstas, de acordo com competências desenvolvidas no próprio curso e conforme Parecer CNE/CES 492/2001, de 03/04/2001. Para isso, além da graduação, estimula-se o aprofundamento dos conteúdos inerentes à área de atuação em cursos de especialização, mestrado e doutorado.

3.6 Estrutura Curricular, Ementário e Referências

A Estrutura Curricular contempla o que preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Letras em termos de conteúdos e carga horária, procurando ser flexível e adaptada às diversas situações, numa abordagem integral do processo.

Para tanto, considera a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a acessibilidade metodológica compatível com a carga horária do curso. Esta estrutura é baseada na factibilidade da articulação da teoria com a prática. Além das disciplinas regulares, o acadêmico pode optar por cursar disciplinas optativas, sendo estas focadas em assuntos inovadores de acordo com a evolução da profissão. As disciplinas e cargas horárias do curso são baseadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, sendo que o curso possui disciplinas na Modalidade a Distância, que totalizam 400 horas (11,36% da carga horária total do curso), ou seja, inferiores a observância dos 40% exigidos sobre a carga horária total do curso, conforme Portaria MEC n. 2.117, de 06 de dezembro de 2019.

A carga horária total do curso prevista é de 3520 horas, distribuídas em 08 semestres letivos, contemplando as áreas do conhecimento de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa em disciplinas compartilhadas totais, disciplinas compartilhadas parciais, disciplinas específicas e estágios curriculares obrigatórios, atividades complementares e práticas de extensão.

A proposta curricular para o Curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa da Uniplac foi estruturada em regime regular presencial, que prevê um período 8 semestres para

a integralização e cujos conteúdos devem ser trabalhados articulando os diferentes conteúdos através de práticas laboratoriais e ações pedagógicas que extrapolem o ambiente tradicional da sala de aula.

Os conteúdos curriculares caracterizadores básicos, segundo as orientações das Diretrizes Curriculares do Curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa, devem estar ligados à área dos Estudos Linguísticos e Literários, contemplando o desenvolvimento de competências e habilidades específicas. Há também a proposição de conteúdos caracterizadores de formação profissional em Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa, que incluem os estudos linguísticos e literários, práticas profissionalizantes, estudos complementares, estágios, projetos de pesquisa, de extensão e de docência. São incluídos, ainda, os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam.

O processo articulatório entre habilidades e competências no curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa pressupõe o desenvolvimento de atividades de caráter prático durante o período de integralização do curso.

A Estrutura Curricular foi idealizada com vistas a preparar profissionais para o exercício das atividades relativas as diversas áreas de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa, na perspectiva do “aprender a aprender”, bem como, atender às novas exigências requeridas do ambiente externo que, encontra-se em constante movimentação impondo inovações também no processo de desenvolvimento da educação. Com isso busca-se:

- oportunizar o conhecimento técnico, científico e humano, orientado à Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa;
- desenvolver capacidades no aluno como resultado de uma melhor qualificação para o mundo do trabalho;
- possibilitar a vivência em situações reais e simuladas do contexto educacional;
- proporcionar uma formação profissional dotada de visão crítico construtiva, habilidades técnicas e humanas, com compromisso ético, social e ambiental.

Além dessa estrutura, em atenção à legislação, Decreto-Lei n. 5.625 de 22 de dezembro de 2005 em seu artigo 3º, parágrafo 2º, que normatiza a oferta do ensino de Língua Brasileira de Sinais (Libras), e a regulamentação interna através do Consuni, instituiu-se a Resolução n. 086 de 21 de dezembro de 2009, normatizando o oferecimento da disciplina de

Libras como obrigatória nos cursos de licenciaturas e optativa nos demais cursos da Universidade.

Ademais, procurando seguir o que preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei n. 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP n. 01 de 17/06/2004), o curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa tem contemplado tais temas transversalmente e, particularmente, nas ementas das disciplinas de Cultura Diferença e Cidadania, Cultura Brasileira, Literatura Portuguesa, Literatura Brasileira e Literatura em Língua Inglesa.

Em relação às Políticas de Educação Ambiental (Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto n. 4.281 de 25 de junho de 2002), o curso oferece a disciplina de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável que contempla conceitos sobre o tema. Já os temas referentes à Educação em Direitos são contemplados pelo curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa na ementa da disciplina de Cultura, Diferença e Cidadania.

A prática como componente curricular (PCC) faz parte de todo o currículo de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa. As disciplinas de 4 créditos possuem 14h de PCC cada, enquanto as disciplinas de 2 créditos têm 7h de PCC, com exceção das disciplinas institucionais, estágios e práticas extensionistas.

As disciplinas do curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa podem ser agrupadas em cinco núcleos:

- 1) Formação Geral;
- 2) Educação Básica;
- 3) Formação Profissional;
- 4) Atividades Complementares; e
- 5) Curricularização da Extensão.

3.6.1 Estrutura Curricular do Curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa

1º Semestre						
Disciplina	C/H	Créditos	Lab.	Ext.	Sala de Aula	Extraclasse (PCC)
Fundamentos da Linguística	40	2	-	-	33	7
Língua Inglesa I	80	4	-	-	66	14
Língua Portuguesa I	40	2	-	-	33	7
Profissão Docente*	40	2	-	-	33	7

Teoria Literária	80	4	-	-	66	14
Tecnologia da Informação e Comunicação**	80	4	-	-	-	-
Total da carga horária do semestre	360	18	-	-	231	49
2º Semestre						
Disciplina	C/H	Créditos	Lab.	Ext.	Sala de Aula	Extraclasse (PCC)
Cultura Brasileira	40	2	-	-	33	7
Filologia Românica	40	2	-	-	33	7
Língua Inglesa II	80	4	-	-	66	14
Língua Portuguesa II	40	2	-	-	33	7
Políticas Públicas da Educação Básica*	40	2	-	-	33	7
Psicologia da Educação*	40	2	-	-	33	7
Cultura, Diferença e Cidadania**	80	4	-	-	-	-
Práticas Extensionistas*	40	2	-	40	-	-
Total da carga horária do semestre	400	20	-	40	231	49
3º Semestre						
Disciplina	C/H	Créditos	Lab.	Ext.	Sala de Aula	Extraclasse (PCC)
Currículos e Saberes*	40	2	-	-	33	7
Língua Portuguesa III	80	4	-	-	66	14
Língua Inglesa III	80	4	-	-	66	14
Literatura Portuguesa	80	4	-	-	66	14
Língua Portuguesa**	80	4	-	-	-	-
Práticas Extensionistas*	40	2	-	40	-	-
Total da carga horária do semestre	400	20	-	40	231	49
4º Semestre						
Disciplina	C/H	Créditos	Lab.	Ext.	Sala de Aula	Extraclasse (PCC)
Educação e Necessidades Especiais*	40	2	-	-	33	7
Língua Inglesa IV	40	2	-	-	33	7
Língua Portuguesa IV	40	2	-	-	33	7
Linguística Aplicada	80	4	-	-	66	14
Literatura Brasileira	80	4	-	-	66	14
Iniciação à Pesquisa Científica**	80	4	-	-	-	-
Práticas Extensionistas*	60	3	-	60	-	-
Total da carga horária do semestre	420	21	-	60	231	49
5º Semestre						
Disciplina	C/H	Créditos	Lab.	Ext.	Sala de Aula	Extraclasse (PCC)
Didática*	80	4	-	-	66	14
Estágio Curricular Obrigatório I	80	4	-	-	-	-

Língua Inglesa V	40	2	-	-	33	7
Língua Portuguesa V	80	4	-	-	66	14
Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**	80	4	-	-	-	-
Práticas Extensionistas*	60	3	-	60	-	-
Total da carga horária do semestre	420	21	-	60	165	35
6º Semestre						
Disciplina	C/H	Créditos	Lab.	Ext.	Sala de Aula	Extraclasse (PCC)
Estágio Curricular Obrigatório II	120	6	-	-	-	-
Libras I*	40	2	-	-	33	7
Língua Inglesa VI	80	4	-	-	66	14
Língua Portuguesa VI	80	4	-	-	66	14
Produção de Texto I	40	2	-	-	33	7
Pesquisa e Prática Pedagógica I*	40	2	-	12	21	7
Práticas Extensionistas*	60	3	-	60	-	-
Total da carga horária do semestre	460	23	-	72	219	49
7º Semestre						
Disciplina	C/H	Créditos	Lab.	Ext.	Sala de Aula	Extraclasse (PCC)
Estágio Curricular Obrigatório III	80	4	-	-	-	-
Libras II*	40	2	-	-	33	7
Língua Inglesa VII	80	4	-	-	66	14
Língua Portuguesa VII	80	4	-	-	66	14
Monografia	40	2	-	-	33	7
Produção de Texto II	40	2	-	-	33	7
Pesquisa e Prática Pedagógica II*	40	2	-	10	23	7
Práticas Extensionistas*	60	3	-	60	-	-
Total da carga horária do semestre	460	23	-	70	254	56
8º Semestre						
Disciplina	C/H	Créditos	Lab.	Ext.	Sala de Aula	Extraclasse (PCC)
Estágio Curricular Obrigatório IV	120	6	-	-	-	-
Gestão de Processos Educacionais*	40	2	-	-	33	7
Língua Inglesa VIII	80	4	-	-	66	14
Língua Portuguesa VIII	40	2	-	-	33	7
Literatura em Língua Inglesa	80	4	-	-	66	14
Pesquisa e Prática Pedagógica III*	40	2	-	10	23	7
Total da carga horária do semestre	400	20	-	10	221	49
Total da Carga Horária	3.320	166	-	-	-	-
Atividades Complementares	200	-	-	-	-	-
Carga Horária Total do Curso	3.520	166	-	352	1.783	385

* Disciplinas Compartilhadas com as demais licenciaturas

**Disciplina Institucional, de acordo com a Resolução Consuni n. 355, de 19/06/2018.

Observação: O Decreto n. 5.626 em seu art. 3º, parágrafo 2º, publicado em 22 de dezembro de 2005, normatizou a oferta da disciplina de Libras (Língua Brasileira de Sinais) em todos os cursos de Graduação. Tornando-o obrigatório nos cursos de Licenciatura e facultando o seu oferecimento em outros cursos de Graduação.

3.6.2 Resumo Explicativo

Composição da Estrutura Curricular	Carga Horária
Disciplinas Compartilhadas*	520
Disciplinas Institucionais**	400
Disciplinas Específicas	1.648
Estágio Curricular Obrigatório	400
Atividades Complementares	200
Atividades de Extensão	352
TOTAL	3.520

3.6.3 Ementário e Referências

1º Semestre	
Fundamentos da Linguística	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	A história da linguística. O estruturalismo linguístico. A gramática gerativa e outras correntes.
Referências	Básicas: FREITAG, Raquel Meister Ko; SEVERO, Cristine Gorski; GÖRSKI, Edair Maria (org.). Sociolinguística e política linguística: olhares contemporâneos. São Paulo: Blucher, 2016. MUSSALIM, Fernanda. Introdução à linguística: domínios e fronteiras, v. 1, 9. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 2012. SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de linguística geral. 11. ed. São Paulo: Cultrix. 1986. Complementares: FIORIN, José Luiz (Org) Introdução à linguística: objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2015. MARTELOTTA, Mário Eduardo. Manual de Linguística. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017. MENDES, Andréia Almeida <i>et al.</i> Linguística textual e ensino. Porto Alegre: SAGAH, 2020. MOLLICA, Maria Cecilia; BRAGA, Maria Luiza. Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação, 4. ed, São Paulo: Contexto, 2017. MUSSALIM, Fernanda.; BENTES, Anna Christina Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos. v. 3. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
Língua Inglesa I	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Mundo globalizado e a realidade brasileira: influência da língua inglesa no contexto sociocultural econômico brasileiro. Papel e o lugar da língua inglesa na formação de cidadãos inseridos no seu contexto. Fundamentos da língua inglesa através da prática

	comunicativa com ênfase na compreensão oral e escrita. Estratégias de leitura, compreensão de textos a nível básico e aquisição de vocabulário.
Referências	Básicas: ALVES, Ubiratã Kickhöfel; BRAWERMAN-ALBINI, Andressa; LACERDA, Mariza. Fonética e fonologia do inglês. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2017. MICHAELIS. Dicionário Escolar Inglês. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2016. RICHARDS, Jack C. Interchange Intro: Student book. 5. ed. 2005. Complementares: ANDERSON, Neil J. Active: skills for reading: book 1. 2. ed. Canadá: Thomson, 2007. ABRANTES, Elisa Lima <i>et al.</i> Oficina de tradução, versão e interpretação em inglês. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2018. Cambridge Online Dictionary. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/> Acesso em: 17 abr. 2023. ELBAUM, Sandra. Grammar in context 1: international student edition. 4. ed. Boston: Thomson Heinle, 2005. HAINZENREDER, Larissa Schmitz <i>et al.</i> Semântica do inglês. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2018.
Língua Portuguesa I	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Comunicação e linguagem. Signos: verbal e não verbal. Linguagem nas sociedades primitivas. Níveis de linguagem. Origens e evolução da gramática dos gregos à Novíssima Gramática Brasileira – NGB. Classes e categorias nominais, pronominais e verbal.
Referências	Básicas: CASTILHO, Ataliba T. de. Nova gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2019. CORTINA, Asafe <i>et al.</i> Fundamentos da língua portuguesa. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2018. MENDES, Andréia Almeida <i>et al.</i> Linguística textual e ensino. Porto Alegre: SAGAH, 2020. Complementares: MASIP, Vicente. Gramática sucinta de português. Rio de Janeiro: LTC, 2011. MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. Tradição gramatical e gramática tradicional. São Paulo: Contexto, 2002. MOYSÉS, Carlos Alberto. Língua Portuguesa: atividades de leitura e produção de texto. 3. ed. ver. e anual. São Paulo: Saraiva, 2009. NEVES, Maria Helena de MOURA. Gramática na escola. São Paulo: Contexto, 2005. VIARO, Mário Eduardo. Morfologia Histórica. São Paulo: Cortez, 2014.
Profissão Docente	
Carga horária	40 horas – 2 créditos
Ementa	Profissão professor: identidade e exigências atuais. Formação pedagógica e os desafios contemporâneos. Formação inicial e continuada dos professores e profissionalização. Função da aula no processo de construção do conhecimento.
Referências	Básicas: ALARCÃO, I. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005. CHARLOT, B. Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005. MEIRIEU, P. Carta a um jovem professor. Porto Alegre: Artmed, 2008.

	Complementares: FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022. IMBERNÓN, Francisco. Formação continuada de professores. Porto Alegre: ArtMed, 2015. LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente. 13. São Paulo: Cortez, 2015. NÓVOA, A. (Org.). Profissão professor. 2. ed. Portugal: Porto, 1995. SILVA, Gabriele Bonotto; FELICETTI, Vera Lucia. Formação docente e teoria dos campos conceituais: impacto na aprendizagem discente. Ijuí: Unijuí, 2021.
Teoria Literária	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Literatura: conceitos. Gêneros literários. Leitura crítica dos diversos textos midiáticos e de seu subtexto de gênero, raças e classes. Análise e interpretação de textos narrativos. Correntes críticas: Fenomenologia, Hermenêutica e Teoria da Recepção. Formalismo. Estruturalismo. Teorias Críticas Pós-Modernas.
Referências	Básicas: ARISTÓTELES. Arte poética. São Paulo: Blucher, 2020. SECCHIN, Antonio Carlos. Percursos da poesia brasileira: do século XVIII ao século XXI. São Paulo: Autêntica, 2018. WOOLF, Virginia. A arte da brevidade: contos. São Paulo: Autêntica, 2017. Complementares: AGAMBEN, Giorgio. Ideia da prosa. São Paulo: Autêntica, 2012. BROM, Luiz Guilherme; AGUIAR, Tânia. Educação, mito e ficção. São Paulo: Cengage Learning, 2018. LUZ, Luís Gustavo. Construção de personagens. São Paulo: Conteúdo Saraiva, 2021. TEZZA, Cristovão. O espírito da prosa: uma autobiografia literária. Rio de Janeiro: Record, 2012. TEZZA, Cristóvão. Literatura à margem. Porto Alegre: Dublinense, 2018.
Tecnologias da Informação e Comunicação	
Carga horária	80 horas – 4 créditos
Ementa	Ensino superior e educação a distância. Informática básica. Comunidades de aprendizagem virtual. Ambientes colaborativos. Softwares e sistemas de informação direcionados para as áreas do conhecimento.
Referências	Básicas: FAVA, Rui. Educação para o século XXII: a era do indivíduo digital. São Paulo: Saraiva, 2016. GABRIEL, Martha. Educar: a (r)evolução digital na educação. São Paulo: Saraiva, 2013. TAJRA, Sanmya Feitosa. Desenvolvimento de projetos educacionais: mídias e tecnologias. São Paulo: Erica, 2014. Complementares: FREIRE, Emerson; BATISTA, Sueli Soares dos Santos. Sociedade e tecnologia na era digital. São Paulo: Erica, 2014. LEVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010. MUNHOZ, Antonio Siemsen. Qualidade de ensino nas grandes salas de aula. São Paulo: Saraiva, 2014. REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline França de. Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais. 9. São Paulo: Atlas, 2014. SANTOS, Vanice dos. Ágora digital: o cuidado de si no caminho do diálogo entre tutor e aluno em um ambiente de aprendizagem. Jundiaí: Paco, 2013.

2º Semestre	
Cultura Brasileira	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Definição de cultura. Aspectos históricos da formação cultural brasileira. Miscigenação étnica e cultural. Cultura popular. Indústria cultural e meios de comunicação de massa. Influência de outras culturas na cultura brasileira. Construção da identidade nacional, a partir de um mapeamento territorial.
Referências	Básicas: CALDAS, Waldenyr. Iniciação à música popular brasileira. 5. São Paulo: Amarilys, 2010. CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2003. SOUZA, Ricardo Luiz de. Identidade nacional e modernidade brasileira. São Paulo: Autêntica, 2007. Complementares: BAUMAN, Z. A cultura no mundo líquido moderno. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. BHABHA, H. K. O local da cultura. 1 reimp. Belo Horizonte: UFMG, 2001. CASCUDO, L. da C. Civilização e cultura: pesquisas e notas de etnografia geral. São Paulo: Global, 2004. MOLES, Abraham <i>et al.</i> Teoria da cultura de massa. 6. ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2002. SAID, E. W. Cultura e Imperialismo. São Paulo: Schwarcz, 2011.
Filologia Românica	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Línguas indo-europeias. História externa: Península Ibérica, os romanos, os árabes e os germanos. Formação das línguas românicas. Geografia das línguas românicas. Constituição do vocabulário e contribuição de outras línguas. Principais metaplasmos. Presença da analogia. Arcaísmo e neologismo. Teorias sobre o surgimento do Português no Brasil.
Referências	Básicas: CANUDO, H. K.P. Do latim ao português. 1.ed. Curitiba: Apris. 2019. ILARI, Rodolfo. Linguística românica. São Paulo: Ática, 1999. REZENDE, Antônio Martinez de; BIANCHET, Sandra Braga. Dicionário do latim essencial. 2. São Paulo: Autêntica, 2014. Complementares: BASSETTO, Bruno Fregni. Elementos de filologia românica. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013. BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. 50.ed. São Paulo: Cultrix, 2001. CORREIA, Margarita. Neologia em português. São Paulo: Parábola, 2012. GONÇALVES, Rodrigo Tadeu; BASSO, Renato Miguel. História concisa da língua portuguesa. Petrópolis/ RJ: Vozes. 2014. MENDES, Andréia Almeida <i>et al.</i> Linguística textual e ensino. Porto Alegre: SAGAH, 2020.
Língua Inglesa II	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Desenvolvimento da compreensão e da produção escrita na língua inglesa em nível pré-intermediário, enfatizando os gêneros discursivos. Prática da compreensão e expressão oral comunicativa na língua inglesa, estudo da gramática e pronúncia em nível pré-intermediário. Estruturas correspondentes/divergentes em relação ao português.

Referências	Básicas: DAIJO, Julice. Morfologia da língua inglesa. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2017. MICHAELIS. Dicionário Escolar Inglês. 3.ed. São Paulo: Melhoramentos, 2016. RICHARDS, Jack C. Interchange Intro: Student book. 3. ed, 2005. Complementares: ANDERSON, Neil J. Active: skills for reading : book 1. 2. ed. Canadá: Thomson, 2007. Cambridge Online Dictionary. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/> Acesso em: 17 abr. 2023. ELBAUM, Sandra. Grammar in context 1: international student edition. 4.ed. Boston: Thomson Heinle, 2005. HAINZENREDER, Larissa Schmitz <i>et al.</i> Semântica do inglês. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2018. VILLAS BOAS, Isabela de Freitas. Teaching EFL writing: a practical approach for skills: integrated contexts. São Paulo: Cengage Learning, 2018.
Língua Portuguesa II	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Vocabulo: definição, formas, sistema aberto e fechado. Léxico, lexicalização. Estrutura dos vocabulos: segmentação morfológica. Os morfemas de significação interna e externa. Enriquecimento do léxico. Composição e derivação. Neologismo e outros processos de formação de palavras.
Referências	Básicas: CARVALHO, Paulo Sérgio Rodrigues. Gramática aplicada. 28. ed. Curitiba: Academia de Cultura do Paraná, 2015. MOYSÉS, Carlos Alberto. Língua portuguesa. 4. São Paulo: Saraiva, 2016. SAUTCHUK, Inez. Prática de morfossintaxe: como e por que aprender análise (morfo)sintática. 3. Barueri: Manole, 2018. Complementares: BATTISTI, Juliana; SILVA, Bibiana Cardoso da. Linguística aplicada ao ensino do português. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2017. CORREIA, Margarita. Neologia em português. São Paulo: Parábola, 2012. ILARI, Rodolfo; GERALDI, João Wanderley. Semântica. 11. ed. São Paulo: Ática, 2006. KEHDI, Valter. Morfemas do português. 7. ed. São Paulo: Ática, 2007. MENDES, Andréia Almeida <i>et al.</i> Linguística textual e ensino. Porto Alegre: SAGAH, 2020.
Políticas Públicas da Educação Básica	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Educação Básica: objetivos, princípios e diretrizes curriculares. Organização, funcionamento e financiamento da educação básica. Legislação: marcos regulatórios da educação básica. Relação entre educação, estado e sociedade.
Referências	Básicas: BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/19394.htm. BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/julho2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file. SAVIANI, D. Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2017.

	Complementares: BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm BRASIL. Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. [Reforma do Ensino Médio]. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017. Disponível em: basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf DOURADO, L. F. Plano Nacional de Educação: política de Estado para a educação brasileira. Brasília: INEP, 2016. LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
Psicologia da Educação	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	História da psicologia educacional e escolar. Teorias contemporâneas na interface psicologia e educação. Teorias de desenvolvimento e da aprendizagem com inter-relação nas dimensões biológicas, socioculturais, afetivas e cognitivas.
Referências	Básicas: AZZI, R. G. Psicologia e educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. CARRARA, Kester. Introdução à psicologia da educação: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004. WOOLFOLK, Anita E. Psicologia da educação. 7. ed. Porto Alegre: Artmed 2000. Complementares: BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair. TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 13. ed. ref. ampl. São Paulo: Saraiva, 2005. CUNHA, Marcus Vinícius da. Psicologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. GAMEZ, Luciano. Psicologia de educação. Rio de Janeiro: LTC, 2013. OLIVEIRA, Marta Kohl de; SOUZA, Denise Trento R.; REGO, Teresa Cristina (org.). Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea. São Paulo: Moderna, 2002. (Teorias & tendências). VYGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, A.R.; LEONTIEV, Alexis. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 2018.
Cultura, Diferença e Cidadania	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Abordagem conceitual: cultura, etnocentrismo e relativismo cultural. Diversidade cultural: biológica, geográfica e cultural. Identidade cultural: raça, racismo e relações étnico-raciais. Identidade e diferença: gênero e sexualidade. Cidadania no Brasil: desafios e conquistas. Cidadania, movimentos sociais e direitos humanos. Saberes necessários a uma cidadania planetária. Panorama das políticas públicas de direitos humanos e diversidade cultural no Brasil. Fundamentos de ciência política. Políticas públicas de inclusão.
Referências	Básicas: AUGÉ, Marc. Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 9.ed. Campinas: Papirus, 2012. CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 24. ed. Rio de

	Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. DIAS, Jean Carlos; SIMÕES, Sandro Alex de Souza (coord.). Direito, políticas públicas e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Método, 2013. Complementares: BRASIL; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA; ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO. Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2013. DEUS, Zélia Amador de. Caminhos trilhados na luta antirracista. São Paulo: Autêntica, 2020. DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda Costa de. Políticas públicas: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012. MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. Serviço social e luta antirracista: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2020. SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
Práticas Extensionistas	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Princípios da extensão universitária. Função acadêmica e social. Práticas extensionistas integradoras e articuladas de acordo com o perfil do egresso.
Referências	Básicas: MELLO, Cleyson de Moraes; ALMEIDA NETO, José Rogério Moura de; PETRILLO, Regina Pentagna. Curricularização da extensão universitária. 2. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2022. SÁ, Quimelli, Gisele Alves de. Princípios da extensão universitária. Curitiba (PR): CRV, 2022 SERVA, Fernanda Mesquita. A extensão universitária e sua curricularização. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023. Complementares: BAPTISTA, Makilim Nunes. Metodologias pesquisa em ciências: análise quantitativa e qualitativa. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. 18 ed. Campinas: Papirus, 2012. 143. (Magistério: formação e trabalho pedagógico). FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. 12. ed. Trad. de Moacir Gadotti & Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.
3º Semestre	
Currículos e Saberes	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Construção histórica, cultural, epistemológica, social e ideológica do currículo. Currículo, escola e sociedade. Propostas curriculares alternativas.
Referências	Básicas: APPLE, Michael W. Ideologia e currículo. 3. Porto Alegre: Bookman, 2006. BES, Pablo <i>et al.</i> Currículo e desafios contemporâneos. Porto Alegre: SAGAH, 2020. SACRISTÁN, J. G. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

	Complementares: ARROYO, Miguel Gonzáles. Currículo, território em disputa. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. MOREIRA, A. C. B. <i>et al.</i> Currículo: políticas e práticas. 13. ed. Campinas: Cornacchia, 2011. SANTOMÉ, Jurjo Torres. Globalização e interdisciplinaridade: O currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. SAVIANI, Nereide. Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo, método no processo pedagógico. 7.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2018. SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); NELSON, Cary <i>et al.</i> Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
Língua Portuguesa III	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Aspectos morfossemânticos das classes gramaticais: verbo, preposição e interjeição. A nominalização. Constituintes oracionais: palavras de classe aberta, sintagma nominal, verbal e adjetival. As palavras de classe fechada e a funcionalidade na estrutura dos sintagmas preposicional e adverbial.
Referências	Básicas: CASTILHO, Ataliba T. de. Nova gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2019. ILARI, Rodolfo; GERALDI, João Wanderley. Semântica. 11.ed. São Paulo: Ática, 2006. NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. 2.reimp. São Paulo: UNESP, 2000. Complementares: BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019. ILARI, Rodolfo (org.). Gramática do português culto falado no Brasil: palavras de classe aberta. São Paulo: Contexto, 2014. ILARI, Rodolfo. Introdução ao estudo do léxico: brincando com as palavras. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2011. MACAMBIRA, José Rebouças. A estrutura morfo-sintática do português. 9.ed. São Paulo: Enio Matheus Guazzelli, 1999. POSSENTI, Sírio. Questões de linguagem. Passeio gramatical dirigido. São Paulo: Parábola 2011.
Língua Inglesa III	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Ampliação do entendimento e da produção escrita da língua inglesa em nível pré intermediário. Prática de compreensão e expressão oral comunicativa em língua inglesa, estudo da gramática e pronúncia em nível intermediário.
Referências	Básicas: ALVES, Ubiratã Kickhöfel; BRAWERMAN-ALBINI, Andressa; LACERDA, Mariza. Fonética e fonologia do inglês. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2017. ANDERSON, Neil J. Active: skills for reading: book 2. 2.ed. São Paulo: Thomson, 2007. RICHARDS, Jack C. Interchange Intro: Student book. 3. ed. 2005. Complementares: Cambridge Online Dictionary. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/> Acesso em: 17 abr. 2023. ELBAUM, Sandra. Grammar in context 1: international student edition. 4. ed.

	Boston: Thomson Heinle, 2005. HAINZENREDER, Larissa Schmitz <i>et al.</i> Semântica do inglês. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2018. MICHAELIS. Dicionário Escolar Inglês. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2016. VILLAS BOAS, Isabela de Freitas. Teaching EFL writing: a practical approach for skills: integrated contexts. São Paulo: Cengage Learning, 2018.
Literatura Portuguesa	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Trovadorismo. Camões e o classicismo. Romance romântico. Prosa e a poesia realista. Simbolismo. Conto e poesia de Florbela Espanca. Fernando Pessoa e seus veteranos. Romance contemporâneo. Literatura africana e timorense.
Referências	Básicas: CAGNETI, Sueli de Souza; SILVA, Cleber Fabiano da. Literatura infantil juvenil: diálogos Brasil-África. São Paulo: Autêntica, 2013. MACEDO, J.R. História da África. São Paulo: Contexto, 2017. SANTOS, B. de S. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2013. Complementares: COELHO, Nelly Novaes. Panorama histórico da literatura infantil/juvenil: das origens indo-europeias ao Brasil contemporâneo. 5. São Paulo: Amarilys, 2010. MOISÉS, Massaud. A literatura portuguesa. 28.ed. São Paulo: Cultrix, 1999. MOISÉS, M. Literatura portuguesa através dos textos. 30. ed. São Paulo: CULTRIX, 2006. ONDJAKI. Bom dia, camaradas. São Paulo: Schwarcz, 2014. PEDROSA, I. Desamparo: romance. São Paulo: Leya, 2016.
Língua Portuguesa	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Introdução à comunicação. Ato comunicativo. Noção de texto. Níveis de leitura do texto. Hipertexto. Comunicação e o texto. Especificidades da estrutura frásica no texto. Qualidade da frase. Relações sintáticas na expressividade: concordância, regência e colocação.
Referências	Básicas: GUIMARÃES, Thelma de Carvalho. Comunicação e linguagem. São Paulo: Pearson Education, 2012. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. ELIAS, Vanda Maria. Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas. São Paulo: Contexto, 2018. TERRA, Ernani. Práticas de leitura e escrita. São Paulo: Saraiva, 2018. Complementares: GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna: aprender a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. GOLDSTEIN, Norma; LOUZADA, Maria Silvia; IVAMOTO, Regina. O texto sem mistério: leitura e escrita na universidade. São Paulo: Ática, 2009. MARTINO, Agnaldo; LENZA, Pedro. Português esquematizado: gramática interpretação de texto, redção oficial, redação discursiva. São Paulo: Saraiva, 2022. MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. Português instrumental. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2019. MASIP, Vicente. Fundamentos lógicos da interpretação de textos e da argumentação. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

Práticas Extensionistas	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Práticas extensionistas integradoras e articuladas de acordo com o perfil do egresso.
Referências	Básicas: PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; FERNANDES, Valdir (ed.). Práticas da interdisciplinaridade no ensino e pesquisa. Barueri: Manole, 2015. SILVEIRA, Daniel da Silva; MORAES, Maritza Costa (Orgs.). Formação de professores na extensão universitária: contribuições e desafios a prática docente. Rio Grande: Ed. FURG, 2020. ZAMBONE, Alessandra Maria Sabatine <i>et al.</i> (org.). A extensão universitária como componente curricular. São Paulo: Metodista, 2022. Complementar: BAPTISTA, Makilim Nunes. Metodologias pesquisa em ciências: análise quantitativa e qualitativa. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017. CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014. FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. 12. ed. Trad. de Moacir Gadotti & Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.
4º Semestre	
Educação e Necessidades Especiais	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Educação especial. Fundamentos históricos, epistemológicos e pedagógicos da educação especial. Necessidades educacionais especiais. Especificidades nas áreas visual, auditiva, mental, motora e sócio emocional e de altas habilidades/superdotação.
Referências	Básicas: BAPTISTA, Cláudio Roberto; BARRETO, Maria Aparecida Santos Côrrea; VICTOR, Sonia Lopes (Org.). Inclusão: práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2007. BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Mara (orgs.). Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. 6. ed. São Paulo: Papyrus, 2004. DE CARLO, M. M. R. P. Se essa casa fosse nossa...: instituições e processos de imaginação na educação especial. São Paulo: Plexus, 2001. Complementares: CAIADO, K. R. M. Aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos. 2. ed. São Paulo: PUC/Campinas, 2006. CARNEIRO, Maria Sylvia Cardoso. Adultos com Síndrome de Down: a deficiência mental como produção social. São Paulo: Papyrus, 2008. KASSAR, Monica. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva, 2011. PADILHA, Anna Maria Lunardi. Possibilidades de historias ao contrário ou como desencaminhar o aluno da classe especial. São Paulo: Plexus, 2004. RIBAS, João. Preconceito contra as pessoas com deficiência: as relações que travamos com o mundo. São Paulo: Cortez, 2011.

Língua Inglesa IV	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Aperfeiçoamento da compreensão e produção escrita da língua inglesa em nível intermediário. Prática da compreensão e expressão oral comunicativa em língua inglesa e estudo da gramática a nível pós-intermediário.
Referências	Básicas: ANDERSON, Neil J. Active: skills for reading: book 2. 2.ed. São Paulo: Thomson, 2007. DAIJO, Julice. Morfologia da língua inglesa. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2017. RICHARDS, Jack C. Interchange: student's book. 3. ed. Cambridge: Cambridge University, 2005. Complementares: Cambridge Online Dictionary. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/> Acesso em: 17 abr. 2023. DREY, Rafaela Fetzner; SELISTRE, Isabel Cristina Tedesco; AIUB, Tânia. Inglês: práticas de leitura e escrita. Porto Alegre: Penso, 2015. ELBAUM, Sandra. Grammar in context 1: international student edition. 4. ed. Boston: Thomson Heinle, 2005. MICHAELIS. Dicionário Escolar Inglês. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2016. VILLAS BOAS, Isabela de Freitas. Teaching EFL writing: a practical approach for skills: integrated contexts. São Paulo: Cengage Learning, 2018.
Língua Portuguesa IV	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Emprego e colocação das palavras como recurso estilístico. Significação das construções gramaticais. Distinção entre classe gramatical e função sintática. Sintaxe interna. Constituintes oracionais: termos essenciais, integrantes e acessórios.
Referências	Básicas: CASTILHO, Ataliba T. de. Nova gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2019. RONCARATI, Cláudia. As cadeias do texto: construindo sentidos. São Paulo: Parábola, 2010. SAUTCHUK, Inez. Prática de morfossintaxe: como e por que aprender análise (morfo)sintática. 3. Barueri: Manole, 2018. Complementares: BARBOSA, Cláudia Soares (org.). Sintaxe do português. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2016. BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019. GONÇALVES, Francisco de Souza; STUDZINSKI, Nadia; BARBOSA, Cláudia Soares. Morfossintaxe 2. Porto Alegre: SAGAH, 2019. MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. Como escrever textos: gêneros e sequências textuais. São Paulo: Atlas, 2017. NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. 2.reimp. São Paulo: UNESP, 2000.
Linguística Aplicada	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Panorama histórico das pesquisas em linguística aplicada e de seus campos de atuação. Desenvolvimento da linguística aplicada ao ensino de língua materna e estrangeira. Noções introdutórias de psicolinguística e sociolinguística. Processos de aquisição e aprendizagem de línguas. Práticas reflexivas sobre educação, ensino de línguas e multiculturalidade.
Referências	Básicas: LOPES, Luiz Paulo da Moita (Org). Por uma linguística aplicada indisciplinar. São

	Paulo: Parábola, 2020. LOPES. Linguística aplicada na modernidade recente. São Paulo: Parábola, 2013. MENDES, Andréia Almeida <i>et al.</i> Linguística textual e ensino. Porto Alegre: SAGAH, 2020. Complementares: ALMEIDA FILHO, José Carlos de. Linguística aplicada: ensino de línguas & comunicação. 2. ed. Campinas: ArteLíngua, 2007. BATTISTI, Juliana; SILVA, Bibiana Cardoso da. Linguística aplicada ao ensino do português. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2017. LOPES, Luiz Paulo da Moita. Oficina de linguística aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas. 4. reimp. Campinas: Mercado de Letras, 2002. NOBLE, Debbie Mello; SIMÕES, Priscilla Rodrigues. Linguística avançada. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2017. SILVA, Dayse Cristina Ferreira da <i>et al.</i> Linguística aplicada ao ensino do inglês. Porto Alegre: SER-SAGAH, 2018.
Literatura Brasileira	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Formação da literatura brasileira. Estudo das correntes literárias brasileiras do período colonial ao pós-modernismo. Leitura e análise crítica dos aspectos linguísticos, literários, filosóficos, sociais, culturais e políticos das produções literárias brasileiras. Estudo dos autores mais representativos de cada período.
Referências	Básicas: BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. 50. ed. São Paulo: Cultrix, 2015. CANDIDO, Antônio. Formação da literatura brasileira: momentos decisivos. São Paulo e São Paulo: Todavia, 2023. SOBRAL, Gilberto Nazareno Telles; LOPES, Norma da Silva; RAMOS, Jânia Martins (org.). Língua, literatura e ensino. São Paulo: Blucher, 2015. Complementares: CANDIDO, Antônio. Iniciação à literatura brasileira. São Paulo: Todavia, 2023. COUTINHO, Afrânio. Conceito de literatura brasileira. 4. ed. São Paulo: Vozes, 2014. FREITAS, Fernanda; AMARO, Vagner. Machado de Assis por jovens leitores. São Paulo: Autêntica, 2011. NICOLA, José de. Literatura brasileira: das origens aos nossos dias. 11. ed. São Paulo: Scipione, 1995. SORRENTI, Neusa. A poesia vai à escola: reflexões, comentários e dicas de atividades. 2. São Paulo: Autêntica, 2007.
Iniciação à Pesquisa Científica	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Interação entre ciência, pesquisa e inovação. Elaboração de protocolos de pesquisa: pergunta de pesquisa, justificativa/problema, objetivos, hipóteses, revisão de literatura, métodos e técnicas da pesquisa científica. Organização e análise de dados científicos. Pesquisa em bases de dados. Normas de produção e apresentação de trabalhos científicos. Normas de publicações específicas por área do conhecimento.
Referências	Básicas: CRESWELL, John W; CRESWELL, J. David. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5. Porto Alegre: Penso, 2021. HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; COLLADO, Carlos Fernández; BAPTISTA LUCIO, Pilar. Metodologia de pesquisa. 5.ed. Porto Alegre: Penso, 2013. VOLPATO, Gilson Luiz. Ciência: da filosofia à publicação. 7. ed. Botucatu: Best Writing,

	2019. Complementares: ALMEIDA, Mário de Souza. Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva. 2. São Paulo: Atlas, 2014. APPOLINÁRIO, Fabio. Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016. KROKOSZ, Marcelo. Outras palavras para autoria e plágio. São Paulo: Atlas, 2015. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 9. São Paulo: Atlas, 2021. VIEIRA, Sonia. Introdução à bioestatística. 6. Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2021.
Práticas Extensionistas	
Carga horária	60 horas - 3 créditos
Ementa	Práticas extensionistas integradoras e articuladas de acordo com o perfil do egresso.
Referências	Básicas: OLIVEIRA, Andrea. Extensão universitária como práxis dialógica: o olhar das instituições comunitárias de educação superior brasileiras. Curitiba: CRV, 2022. OLIVEIRA, Irlane Mais de; CHASSOT, Attico. Saberes que sabem à extensão universitária. Jundiaí: Paco, 2019. TAVARES, Christiane Andrade Regis; FREITAS, Katia Siqueira de. Extensão universitária. o patinho feio da academia? Jundiaí: Paco, 2016. Complementares: BAPTISTA, Makilim Nunes. Metodologias pesquisa em ciências: análise quantitativa e qualitativa. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. 18 ed. Campinas: Papyrus, 2012. FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. 12. ed. Trad. de Moacir Gadotti & Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1986.
5º Semestre	
Didática	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Planejamento escolar. Conteúdos curriculares. Metodologia de ensino e aprendizagem. Políticas de avaliação e avaliação da aprendizagem.
Referências	Básicas: CANDAU, Vera Maria (org.). A didática em questão. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudo e proposições. 22. São Paulo: Cortez, 2013. VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 14. ed. São Paulo: Libertad, 2005. Complementares: CANDAU, Vera Maria (Org.). Reinventar a escola. 9. ed. Petrópolis: Vozes 2013. COMÊNIO, J. A. Didática magna. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. MACHADO, N. J. Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento. 2. ed. São

	Paulo: Cortez, 1996. MENEGOLLA, M; SANT'ANNA, I. M. Por que planejar? Como planejar? Currículo, área, aula. 22. ed. São Paulo, Vozes, 2014. SAVIANI, D. Escola e democracia. 37. ed. São Paulo: Autores Associados, 2005.
Estágio Curricular Obrigatório I	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Objetivos e concepções do ensino de línguas. Formação docente em língua portuguesa, língua inglesa e respectivas literaturas. Língua portuguesa e a língua inglesa nos documentos curriculares do Ensino Fundamental. Análise e reflexão sobre as concepções metodológicas vigentes no ensino de línguas. Práticas docentes simuladas. Elementos para a análise das observações do contexto escolar e da prática docente. Investigação e elaboração de projetos e planos de ensino para a intervenção em escolas do Ensino Fundamental. Registro e a socialização das experiências.
Referências	Básicas: ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido (org.). Estágios supervisionados na formação docente: educação básica e educação de jovens e adultos. São Paulo: Cortez, 2015. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017. MATEUS, Elaine; TONELLI, Juliana Reichert Assunção (org.). Diálogos (im)pertinentes entre formação de professores e aprendizagem de línguas. São Paulo: Blucher, 2017. Complementares: GONÇALVES, Maria Silvia. O mundo na sala de aula: intertextualidade nos anos finais do ensino fundamental. São Paulo: Parábola. 2017. LAGO, Andreza. Jogos divertidos: para sua aula de inglês. Barueri: Disal, 2010. NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática na escola. São Paulo: Contexto, 2005. POTTER, Louise. Guia para o Ensino de Língua Estrangeira, Orientações sobre a Arte de Ensinar Idiomas. Disal, 2012. SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Currículo Base do Território Catarinense. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2019.
Língua Inglesa V	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Introdução à compreensão e à produção escrita de textos acadêmicos em língua inglesa em nível pré-avançado. Prática de compreensão e expressão oral comunicativa em língua inglesa e estudo da gramática em nível pré-avançado.
Referências	Básicas: ANDERSON, Neil J. Active: skills for reading : book 3. 2 ed. Canadá: Thomson Heinle, 2008. DREY, Rafaela Fetzner; SELISTRE, Isabel Cristina Tedesco; AIUB, Tânia. Inglês: práticas de leitura e escrita. Porto Alegre: Penso, 2015. RICHARDS, Jack C. Interchange: intro student's book. 3.ed. Cambridge: Cambridge University, 2005. Complementares: ALVES, Ubiratã Kickhöfel; BRAWERMAN-ALBINI, Andressa; LACERDA, Mariza. Fonética e fonologia do inglês. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2017. Cambridge Online Dictionary. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/> Acesso em: 17 abr. 2023. ELBAUM, Sandra. Grammar in context 1: international student edition. 4. ed. Boston: Thomson Heinle, 2005. HAINZENREDER, Larissa Schmitz <i>et al.</i> Semântica do inglês. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2018.

	MICHAELIS. Dicionário Escolar Inglês . 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2016.
Língua Portuguesa V	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Sintaxe externa. Sentenças simples: tipologia. Hipotaxe e parataxe. Nexos oracionais: os articuladores e o sentido. Articuladores de coesão nas estruturas subordinadas e coordenadas. Pronomes relativos. Regência e concordância. Pontuação. Conceitos de discurso.
Referências	Básicas: CASTILHO, Ataliba T. de. Nova gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2019. NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática de usos do português. 2.reimp. São Paulo: UNESP, 2000. RONCARATI, Cláudia. As cadeias do texto: construindo sentidos. São Paulo: Parábola, 2010. Complementares: BARBOSA, Cláudia Soares (org.). Sintaxe do português. Porto Alegre: SAGAH, 2016. GONÇALVES, Francisco de Souza; STUDZINSKI, Nadia; BARBOSA, Cláudia Soares. Morfossintaxe 2. Porto Alegre: SAGAH, 2019. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas. São Paulo: Cortez, 2018. MASIP, Vicente. Interpretação de textos: curso integrado de lógica e linguística. São Paulo, EPU, 2014. SILVA, Alessandro; PESSOA, Ana Cláudia; LIMA, Ana. Ensino de gramática: reflexões sobre a língua portuguesa na escola. São Paulo: Autêntica, 2012.
Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Estrutura, funcionamento e dinâmica dos ecossistemas. Conceitos ambientais. Desenvolvimento sustentável. Globalização e meio ambiente. Educação ambiental. Aspectos e impactos das atividades humanas no ambiente. Controle de poluição do solo, ar e água. Tratamento de resíduos e conservação de recursos naturais. Políticas públicas e legislação ambiental. Objetivos do desenvolvimento sustentável – ODS.
Referências	Básicas: CORTESE, Tatiana Tucunduva Philippi; KNISS, Claudia Terezinha; MACCARI, Emerson Antonio (org.). Cidades inteligentes e sustentáveis. Barueri, SP: Manole, 2017. LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006. LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez, 2012. SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. Complementares: LOUREIRO, Carlos Frederico; TORRES, Juliana Rezende (Org.). Educação ambiental: dialogando com Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 2014. MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro. 24. ed.rev. ampl. e atual. São Paulo: Malheiros, 2016. MILARÉ, Édís. Direito do ambiente. 11. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters, 2018. Organização das Nações Unidas BRASIL - ONU/BR. 17. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. ROSA, André Henrique; FRACETO, Leonardo F; CARLOS, Viviane Moschini (org.). Meio ambiente e sustentabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2012.
Práticas Extensionistas	
Carga horária	60 horas - 3 créditos

Ementa	Práticas extensionistas integradoras e articuladas de acordo com o perfil do egresso.
Referências	Básicas: CAVALCANTI, Francisco Rodrigo P; SILVEIRA, Jarbas A. N. Fundamentos de gestão de projetos. São Paulo: Atlas, 2016. SILVA, Girlene Feitosa da. Formação de professores e as tecnologias digitais: a contextualização da prática na aprendizagem. Jundiaí: Paco, 2019. TAJRA, Sanmya Feitosa (org.). Metodologias ativas e as tecnologias educacionais. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021. Complementares: BAPTISTA, Makilim Nunes. Metodologias pesquisa em ciências: análise quantitativa e qualitativa. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017. CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014. FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. 12. ed. Trad. de Moacir Gadotti & Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.
6º Semestre	
Estágio Curricular Obrigatório II	
Carga horária	120 horas - 6 créditos
Ementa	Planejamento educacional e avaliação da aprendizagem. Prática docente em língua portuguesa e língua inglesa no ensino fundamental. Registro e a socialização das experiências. Elaboração do relatório parcial com as vivências no ensino fundamental.
Referências	Básicas: ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido (org.). Estágios supervisionados na formação docente: educação básica e educação de jovens e adultos. São Paulo: Cortez, 2015. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017. MENDES, Andréia Almeida <i>et al.</i> Linguística textual e ensino. Porto Alegre: SAGAH, 2020. Complementares: GONÇALVES, Maria Silvia. O mundo na sala de aula: intertextualidade nos anos finais do ensino fundamental. São Paulo: Parábola, 2017. LAGO, Andreza. Jogos divertidos: para sua aula de inglês. Barueri: Disal, 2010. NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática na escola. São Paulo: Contexto, 2005. POTTER, Louise. Guia para o ensino de Língua Estrangeira: orientações sobre a arte de ensinar idiomas. Barueri: Disal, 2012. SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Currículo Base do Território Catarinense. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2019. Disponível em: <https://www.cee.sc.gov.br/index.php/curriculo-base-do-territorio-catarinense>. Acesso em: 17 abr. 2023.
Libras I	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Fundamentos históricos e epistemológicos da Língua de Sinais. Surdez e linguagem. Culturas e identidades surdas. Sinal e seus parâmetros. Noções gramaticais e vocabulário básico.
Referências	Básicas:

	GESSER, A. Libras?: que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F. dos. Tenho um aluno surdo, e agora?: introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: Universidade de São Carlos, 2014. SKLIAR, C. A surdez: um olhar sobre as diferenças. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. Complementares: FERNANDES, Eulalia (org.). Surdez e bilinguismo. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011. LACERDA, Cristina B. Feitosa de. Intérprete de libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação, 2015. LODI, Ana Claudia Balieiro; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de (org.). Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Porto Alegre: Mediação, 2009. LOPES, Maura Corcini. Surdez e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.
Língua Inglesa VI	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Prática de compreensão e expressão oral comunicativa em língua inglesa e estudo da gramática em nível pré-avançado. Iniciação à pesquisa científica através da compreensão e produção escrita de textos acadêmicos em língua inglesa em nível pré-avançado. Leitura intensiva de textos relevantes sobre ensino-aprendizagem de língua inglesa.
Referências	Básicas: ANDERSON, Neil J. Active: skills for reading : book 3. 2 ed. Canadá: Thomson Heinle, 2008. RICHARDS, Jack C. Interchange: intro student's book. 3.ed. Cambridge: Cambridge University, 2005. VILLAS BOAS, Isabela de Freitas. Teaching EFL writing: a practical approach for skills: integrated contexts. São Paulo: Cengage Learning, 2018. Complementares: ALVES, Ubiratã Kickhöfel; BRAWERMAN-ALBINI, Andressa; LACERDA, Mariza. Fonética e fonologia do inglês. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2017. Cambridge Online Dictionary. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/> Acesso em: 17 abr. 2023. DAIJO, Julice. Morfologia da língua inglesa. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2017. ELBAUM, Sandra. Grammar in context 1: international student edition. 4. ed. Boston: Thomson Heinle, 2005. VIDAL, Aline Gomes; ABRANTES, Elisa Lima; BONAMIN, Márcia Costa. Oficina de textos em inglês avançado. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2019.
Língua Portuguesa VI	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Teorias semânticas. A significação das palavras: sinonímia, antonímia, hiponímia, homonímia, polissemia e ambiguidade. Figuras de linguagem. Análise dos fenômenos semânticos nos níveis: estrutural, textual e discursivo. Pragmática. Dêixis, atos de fala e inferências.
Referências	Básicas: KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas. São Paulo: Cortez, 2018. KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e escrever: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2011. KÖCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetti; PAVANI, Cinara Ferreira. Prática

	textual: atividade de leitura e escrita. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. Complementares: BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019. FIORIN, José Luiz. Linguagem e ideologia. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007. ILARI, Rodolfo; GERALDI, João Wanderley. Semântica. 11. ed. São Paulo: Ática, 2006. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A coerência textual. 15. ed. São Paulo: Eventos, 2012. MASIP, Vicente. Interpretação de textos: curso integrado de lógica e linguística. São Paulo, EPU, 2014.
Produção de Texto I	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Texto e suas propriedades. Coesão. Coerência. Parágrafo. Processos de reescritura do texto: revisão e retextualização. Multiletramentos e práticas de produção textual em diferentes gêneros e suportes.
Referências	Básicas: CLAVER, Ronald. A arte de escrever com arte. São Paulo: Autêntica, 2007. GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. JERÔNIMO SOBRINHO, Patrícia. A construção dos processos de leitura, escrita e raciocínio lógico. São Paulo: Cengage Learning, 2015. Complementares: KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e escrever: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2011. KÖCHE, Vanilda Salton; MARINELLO, Adiane Fogali. Gêneros textuais: práticas de leitura, escrita e análise linguística. Petrópolis: Vozes, 2015. MARQUESI, Sueli Cristina; PAULIUKONIS, Aparecida Lino; ELIAS, Vanda Maria. Linguística textual e ensino. São Paulo: Contexto, 2017. MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. Como escrever textos: gêneros e sequências textuais. São Paulo: Atlas, 2017. TERRA, Ernani. Leitura e escrita na era digital. São Paulo: Expressa, 2020.
Pesquisa e Prática Pedagógica I	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Pesquisa em educação. Pesquisa educacional no Brasil. Pesquisa no processo ensino aprendizagem. Práticas extensionistas integradoras e articuladas de acordo com o perfil do egresso.
Referências	Básicas: DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006. FAZENDA, I. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. 18. ed. Papirus. Campinas. 2012. SANTOS FILHO, J. C. dos. Pesquisa educacional: quantidade – qualidade. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007. Complementares: KINCHELOE, J. L.; BERRY, K. S. Pesquisa em educação: conceituando a bricolagem. Porto Alegre: Artmed, 2007. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatórios, publicações. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001. OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo. 2. ed. rev. São Paulo: Paralelo, 2000. SAVIANI, Demerval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 5. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2019.

	SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
Práticas Extensionistas	
Carga horária	60 horas - 3 créditos
Ementa	Práticas extensionistas integradoras e articuladas de acordo com o perfil do egresso.
Referências	Básicas: ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10ª. São Paulo: Atlas, 2012. BACICH, Lilian. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2017 CALGARO NETO, Silvio. Extensão e universidade: a construção de transições paradigmáticas por meio das realidades sociais. Curitiba: Appris, 2016. Complementar: BAPTISTA, Makilim Nunes. Metodologias pesquisa em ciências: análise quantitativa e qualitativa. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017. CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014. FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. 12. ed. Trad. de Moacir Gadotti & Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.
7º Semestre	
Estágio Curricular Obrigatório III	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Objetivos e concepções do ensino de línguas. Agir escolar no ensino de língua materna e língua estrangeira. Questão da oralidade no universo escolar. Letramento literário. Língua portuguesa e a língua inglesa nos documentos curriculares do ensino médio. Análise e reflexão sobre as concepções metodológicas vigentes no ensino de línguas. Práticas docentes simuladas. Elementos para a análise das observações do contexto escolar e da prática docente. Investigação e elaboração de projetos e planos de ensino para a intervenção em escolas do ensino médio. Registro e a socialização das experiências.
Referências	Básicas: ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido (org.). Estágios supervisionados na formação docente: educação básica e educação de jovens e adultos. São Paulo: Cortez, 2015. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017. IWASA, Akemi <i>et al.</i> Tópicos contemporâneos para o ensino de idiomas. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2021. Complementares: ARAÚJO, Júlio César; DIEB, Messias. Linguagem e educação: fios que se entrecruzam na escola. São Paulo: Autêntica, 2007. CARVALHO, Ana Maria Pessoa de. Formação continuada de professores: uma releitura das áreas de conteúdo. 2016. GONÇALVES, Maria Silvia. O mundo na sala de aula: intertextualidade nos anos finais do ensino fundamental. 1.ed. São Paulo: Parábola. 2017. LAGO, Andreza. Jogos divertidos: para sua aula de inglês. Barueri: Disal, 2010. SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Currículo Base do Território

	Catarinense. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2019. Disponível em: < https://www.cee.sc.gov.br/index.php/curriculo-base-do-territorio-catarinense >. Acesso em: 17 abr. 2023.
Libras II	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Noções gramaticais e vocabulário intermediário. Uso da Libras em contextos.
Referências	Básicas: CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe da língua de sinais brasileira. Libras. 3. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F. dos. Tenho um aluno surdo, e agora?: introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: Universidade de São Carlos, 2014. QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. Complementares: CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte (ed.). Enciclopédia da língua de sinais brasileira: o mundo do surdo em libras. São Paulo: Edusp, 2019. v. 2. CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte (ed.). Enciclopédia da língua de sinais brasileira: o mundo do surdo em libras. São Paulo: Edusp, 2005. v. 4. CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte (ed.). Enciclopédia da língua de sinais brasileira: o mundo do surdo em libras. São Paulo: Edusp, 2005. v. 3. GESSER, Audrei. Libras?: que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. QUADROS, Ronice Müller de. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2007.
Língua Inglesa VII	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Prática de compreensão e expressão oral comunicativa em língua inglesa e estudo da gramática em nível avançado. Sistematização de estratégias de redação de trabalho acadêmico em língua inglesa.
Referências	Básicas: ANDERSON, Neil J. Active: skills for reading : book 4. Boston: Thomson Heinle, 2008. RICHARDS, Jack C. Interchange: Level 2 student's book. 5. ed. Cambridge: Cambridge University, 2017. VIDAL, Aline Gomes; ABRANTES, Elisa Lima; BONAMIN, Márcia Costa. Oficina de textos em inglês avançado. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2019. Complementares: ALVES, Ubiratã Kickhöfel; BRAWERMAN-ALBINI, Andressa; LACERDA, Mariza. Fonética e fonologia do inglês. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2017. Cambridge Online Dictionary. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/> Acesso em: 17 abr. 2023. DREY, Rafaela Fetzner; SELISTRE, Isabel Cristina Tedesco; AIUB, Tânia. Inglês: práticas de leitura e escrita. Porto Alegre: Penso, 2015. ELBAUM, Sandra. Grammar in context 1: international student edition. 4. ed. Boston: Thomson Heinle, 2005. HAINZENREDER, Larissa Schmitz et al. Semântica do inglês. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2018.
Língua Portuguesa VII	
Carga horária	80 horas - 4 créditos

Ementa	Categorias semânticas no texto. Identificação do conteúdo mínimo, padrões de organização do conteúdo e estrutura textual. Modos e meios de reprodução, recuperação da informação técnica. Níveis de análise: linguístico e vocabular, morfossintático e discursivo, informativo. Conhecimento técnico, legibilidade e usabilidade.
Referências	Básicas: CASTILHO, Ataliba T. de. Nova gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2019. MASIP, Vicente. Interpretação de textos: curso integrado de lógica e linguística. São Paulo, EPU, 2014. NEVES, Maria Helena de Moura. Texto e gramática. São Paulo: Contexto, 2006. Complementares: MARCUCHI, Luiz Antônio. Produção textual: análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2012. MARTINO, Agnaldo. Português esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2022. NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática funcional: interação, discurso e texto. São Paulo: Contexto, 2018. PERINI, Mário A. Gramática descritiva do português. 4. ed. São Paulo: Ática, 2009. SAUTCHUK, Inez. Prática de morfossintaxe: como e por que aprender análise (morfo)sintática. 3. Barueri: Manole, 2018.
Monografia	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	A escrita do texto monográfico. As normas da ABNT. Elaboração de trabalho monográfico sobre tema específico do curso.
Referências	Básicas: MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2021. NASCIMENTO, Luiz Paulo do. Elaboração de projetos de pesquisa: monografia, dissertação, tese e estudo de caso, com base em metodologia científica. São Paulo: Cengage Learning, 2016. Complementares: ALEXANDRE, Agripa Faria. Metodologia científica: princípios e fundamentos. 3. São Paulo: Blucher, 2021. BRUSCATO, Wilges. Quem tem medo da monografia? São Paulo: Saraiva, 2012. KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Escrever e argumentar. São Paulo: Contexto, 2016. NUNES, Rizzatto. Manual da monografia jurídica: como se faz uma monografia, uma dissertação, uma tese. 11.ed. São Paulo: Saraiva, 2015. SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia. 13. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
Produção de Texto II	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Modos de organização do texto: narrativo, descritivo, argumentativo e enunciativo. Estratégias argumentativas entre os procedimentos discursivos: a dissertação. Características do texto científico: polifonia, argumentatividade e formalidade.
Referências	Básicas: GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna: Aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Escrever e argumentar. São Paulo: Contexto, 2016. MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. Como escrever textos: gêneros e

	seqüências textuais. São Paulo: Atlas, 2017. Complementares: KÖCHE, Vanilda Salton; MARINELLO, Adiane Fogali. Gêneros textuais: práticas de leitura, escrita e análise linguística. Petrópolis: Vozes, 2015. KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e escrever: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2011. MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008. MARQUESI, Sueli Cristina; PAULIUKONIS, Aparecida Lino; ELIAS, Vanda Maria. Linguística textual e ensino. São Paulo: Contexto, 2017. TERRA, Emani. Leitura e escrita na era digital. São Paulo: Expressa, 2020.
Pesquisa e Prática Pedagógica II	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	A educação, a escola e a sala de aula como campo de pesquisa. Práticas extensionistas integradoras e articuladas de acordo com o perfil do egresso.
Referências	Básicas: BAGNO, M. Pesquisa na escola: o que é, como se faz. 26. ed. São Paulo: Loyola, 2014. DUSSEL, I.; CARUSO, M. A invenção da sala de aula: uma genealogia das formas de ensinar. São Paulo: Moderna, 2003. LUDKE, Menga. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 2013. Complementares: ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite (org.). O sentido da escola. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. BERGMANN, J.; SAMS, A. Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem. Rio de Janeiro: LTC, 2019. COSTA, M. C. V. Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. DUBET, F. O que é uma escola justa? a escola das oportunidades. São Paulo: Cortez 2008. GARCIA, R. L. (Org.). Método: pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
Práticas Extensionistas	
Carga horária	60 horas - 3 créditos
Ementa	Práticas extensionistas integradoras e articuladas de acordo com o perfil do egresso.
Referências	Básica: CAMARGO, Fausto F. A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso, 2018. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (coord.). Práticas interdisciplinares na escola. 13. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2021. PHILIPPI JR., Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. (ed.). Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação. Barueri: Manole, 2011. Complementares: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.); GODOY, Herminia Prado (coord.). Interdisciplinaridade: pensar, pesquisar, intervir. São Paulo: Cortez, 2014. LOUREIRO, L. F. et al. Interdisciplinaridade: Uma Proposta Epistemológica para a Ciência Pós-Moderna. InterSciencePlace, v.14, n. 4, p. 127-147. 2019. PAVIANI, Jayme. Interdisciplinaridade: conceitos e distinções. Caxias do Sul: EDUCS, 2014. PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; FERNANDES, Valdir; PACHECO, Roberto C. S. Ensino, pesquisa e inovação: desenvolvendo a interdisciplinaridade. Barueri: Manole, 2017.

	ZABALA, Antoni. Enfoque globalizador e pensamento complexo : Uma proposta para o currículo escolar. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2002.
8º Semestre	
Estágio Curricular Obrigatório IV	
Carga horária	120 horas - 6 créditos
Ementa	Planejamento educacional e avaliação da aprendizagem. Prática docente em língua portuguesa e língua inglesa no ensino médio. Registro e a socialização das experiências. Elaboração do relatório final e apresentação dos resultados obtidos durante as práticas de ensino.
Referências	Básicas: ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido (org.). Estágios supervisionados na formação docente: educação básica e educação de jovens e adultos. São Paulo: Cortez, 2015. ARAÚJO, Júlio César; DIEB, Messias. Linguagem e educação: fios que se entrecruzam na escola. São Paulo: Autêntica, 2007. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017. Complementares: CARVALHO, Ana Maria Pessoa de. Formação continuada de professores: uma leitura das áreas de conteúdo. São Paulo: Cengage. 2016. ELIAS, Vanda Maria. Ensino de Língua Portuguesa: oralidade, escrita leitura. São Paulo: Contexto, 2018. GONÇALVES, Maria Silvia. O mundo na sala de aula: intertextualidade nos anos finais do ensino fundamental. 1.ed. São Paulo: Parábola. 2017. SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Currículo Base do Território Catarinense. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2019. Disponível em: <https://www.cee.sc.gov.br/index.php/curriculo-base-do-territorio-catarinense>. Acesso em: 17 abr. 2023. SOBRAL, Gilberto Nazareno Telles; LOPES, Norma da Silva; RAMOS, Jânia Martins (org.). Língua, literatura e ensino. São Paulo: Blucher, 2015.
Gestão de Processos Educacionais	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Gestão e organização da educação. Teorias da administração e da gestão educacional. Avaliação institucional e planejamento estratégico.
Referências	Básicas: DOURADO, Luís Fernandes; PARO, Vitor Henrique. Políticas públicas & educação básica. São Paulo: Xamã Vm Gráfica Ltda, 2001. SANT'ANNA, Geraldo José. Planejamento, gestão e legislação escolar. São Paulo: Erica, 2014. VASCONCELLOS, Celso dos. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 14. ed. São Paulo: Libertad, 2005. Complementares: HARDT, Lúcia Schneider et al. Coordenação pedagógica: (per) formações e cartografias. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2015. LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2010. NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. Projeto político-pedagógico (PPP): guia prático para construção participativa. São Paulo: Erica, 2009. PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. 17.ed. Rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012. SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica. SC, SED:UNIVALI,

	2014.
Língua Inglesa VIII	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Consolidação da competência de compreensão e expressão oral e escrita, com debates a partir de temas polêmicos, assuntos socioculturais e pedagógicos. Fundamentos da análise do discurso oral e escrito em língua inglesa.
Referências	Básicas: ANDERSON, Neil J. Active: skills for reading : book 4. Boston: Thomson Heinle, 2008. RICHARDS, Jack C. Interchange: intro student's book. 3.ed. Cambridge: Cambridge University, 2005. VIDAL, Aline Gomes; ABRANTES, Elisa Lima; BONAMIN, Márcia Costa. Oficina de textos em inglês avançado. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2019. Complementares: ALVES, Ubiratã Kickhöfel; BRAWERMAN-ALBINI, Andressa; LACERDA, Mariza. Fonética e fonologia do inglês. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2017. Cambridge Online Dictionary. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/> Acesso em: 17 abr. 2023. DREY, Rafaela Fetzner; SELISTRE, Isabel Cristina Tedesco; AIUB, Tânia. Inglês: práticas de leitura e escrita. Porto Alegre: Penso, 2015. ELBAUM, Sandra. Grammar in context 1: international student edition. 4. ed. Boston: Thomson Heinle, 2005. VILLAS BOAS, Isabela de Freitas. Teaching EFL writing: a practical approach for skills: integrated contexts. São Paulo: Cengage Learning, 2018.
Língua Portuguesa VIII	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Texto como unidade de significação. Relações e processos de construção de sentido: elementos ideológicos. Enunciado e contexto. Leis e competências do discurso. Bases de análise. Enunciação, pragmática e argumentação. Sintaxe e semântica discursiva.
Referências	Básicas: FIORIN, José Luiz. Linguagem e ideologia. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007. MACHADO, Nilson José; CUNHA, Marisa Ortegoza da. Lógica e linguagem cotidiana: verdade, coerência, comunicação, argumentação. 4. São Paulo: Autêntica, 2019. RONCARATI, Cláudia. As cadeias do texto: construindo sentidos. São Paulo: Parábola, 2010. Complementares: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. Dicionário de análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2016. MAINGUENEAU, Dominique. Discurso e análise do discurso. São Paulo: Parábola, 2015. NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática funcional: interação, discurso e texto. 1.ed.São Paulo: Contexto. 2018. OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). Estudos do discurso: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola, 2013. ORLANDI, Eni Puccinelli. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. 6 ed. Campinas: Pontes, 2011.
Literatura em Língua Inglesa	
Carga horária	80 horas - 4 créditos
Ementa	Panorama das literaturas em língua inglesa com uma abordagem crítica dos aspectos linguísticos, literários, filosóficos, sociais, culturais e políticos de produções literárias em língua inglesa em diferentes épocas e contextos. Questões étnico-raciais, de gênero, e classe em obras de diferentes períodos, estilos e gêneros literários. Considerações sobre o ensino

	de literatura na educação básica.
Referências	Básicas: KLAUS, Carl; SCHOLLES, Robert; COMLEY, Nancy R.; KLAUS, Carl H. Elements of literature: essay, fiction, poetry, drama, film. Oxford: Oxford University Press, 1991. SENA, Jorge de. A literatura inglesa: Ensaio de interpretação e de história. São Paulo: Editora Cultrix Ltda., 1963. THE POCKET. book of modern verse: English and american poetry of last hundred years from walt whitman to the contemporaries. Nova York: Washington Square Press, 1958. Complementares: EAGLETON, Terry. As ilusões do pós-modernismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1998. EAGLETON, Terry. Teoria da literatura: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 1997. MAY, D. J.; HILL, L. A. A new introduction to english literature. Londres: Oxford University Press, 1969. POUND, Ezra; CAMPOS, Augusto de. Abc da literatura. 9.ed. São Paulo: Cultrix, 1990. PRIESTLEY, J. B.; SPEAR, Josephine. Adventures in english literature. Nova York: Harcourt Brace, 1963.
Pesquisa e Prática Pedagógica III	
Carga horária	40 horas - 2 créditos
Ementa	Formação específica como campo de pesquisa. Práticas extensionistas integradoras e articuladas de acordo com o perfil do egresso.
Referências	Básicas: BEHRENS, Marilda Aparecida. O paradigma emergente e a prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 2005. CUNHA, Maria Izabel Da. O bom professor e sua prática. 12. ed. Campinas: Papirus, 2001. GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. As lições de Paulo Freire: filosofia, educação e política. Barueri: Manole, 2012. Complementares: KRAMER, Sônia; SOUZA, Solange Jobim e (org.). Histórias de professores: leitura, escrita e pesquisa em educação. São Paulo: Ática, 1996. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. MUNHOZ, Antonio Siemsen. ABP: Aprendizagem Baseada em Problemas: ferramenta de apoio ao docente no processo de ensino e aprendizagem. São Paulo: Cengage Learning, 2016. TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2004. THUMS, Jorge. O acesso à realidade: técnicas de pesquisa e construção do conhecimento. 3. ed. Canoas: ULBRA, 2003.

3.7 Conteúdos Curriculares

Os conteúdos curriculares, segundo as orientações das Diretrizes Curriculares do Curso de Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa - Licenciatura são diferenciados em Conteúdos Básicos e Conteúdos Específicos. Os conteúdos básicos são aqueles relacionados tanto à parte comum do curso quanto às diferentes habilitações. Os conteúdos específicos são aqueles que cada instituição, livremente, deve eleger para seu currículo pleno, tendo como referência os objetivos e os perfis comuns e específicos anteriormente definidos.

A carga horária total de integralização curricular do curso é de 3.200 (três mil e duzentas) horas, distribuídas em, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos e no máximo 16 semestres ou 8 anos, com ofertas em período noturno, sendo 3.000 (três mil) horas de disciplinas obrigatórias, 200 (duzentas) horas de atividades complementares, 400 (quatrocentas) horas para estágio curricular obrigatório.

Contempla conteúdos curriculares em 05 (cinco) disciplinas institucionais, aprovadas a partir de novembro de 2017, pelo Consuni da Uniplac, de acordo com as Resoluções n. 291, de 21/11/2017, n. 292, de 27/11/2017, 342, de 20/03/2018, n. 347, de 30/04/2018 e 355, de 19/06/2018, estas oferecidas na modalidade a distância sendo 01(uma) a cada semestre, do primeiro ao quinto semestre, todas com 04 créditos, correspondente a 80 horas, como apresentado a seguir:

I - Tecnologias da Informação e Comunicação;

II - Cultura, Diferença e Cidadania;

III - Língua Portuguesa;

IV – Iniciação à Pesquisa Científica;

V - Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Dentro dos conteúdos curriculares, há a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena estão contemplados na disciplina institucional de Cultura, Diferença e Cidadania, do 2º semestre, com 4 créditos, correspondentes a 80 horas, ofertada na modalidade a distância.

As questões da educação ambiental são abordadas na disciplina de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, do 5º semestre, com 4 créditos, correspondentes a 80 horas e também ofertada na modalidade a distância. Além disso a Uniplac vem desenvolvendo o Programa Permanente e Institucional de Educação Ambiental na Graduação/PPIEAG, que visa integrar a Educação para inteireza e atividades de extensão, no intuito de efetivar a

Educação Ambiental nos Cursos de Graduação.

3.7.1 Distribuição das Disciplinas por Conteúdos Curriculares

A proposta curricular para o Curso de Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa da Uniplac foi estruturada em regime regular presencial, cujos conteúdos devem ser trabalhados articulando as diferentes áreas (disciplinas) através de práticas laboratoriais e ações pedagógicas que extrapolem o ambiente tradicional da sala de aula.

Os conteúdos curriculares, segundo as orientações das Diretrizes Curriculares do Curso de Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa, são desenvolvidos a partir das ementas de cada uma das disciplinas e procuram aproximar de forma vertical e horizontal estabelecidas no PPC com os objetivos geral e específicos e dividem-se em núcleos de Conteúdos Caracterizadores Básicos, Conteúdos Específicos caracterizadores de Formação Profissional.

O quadro abaixo representa as disciplinas que compõem cada um dos conteúdos:

CONTEÚDOS	DISCIPLINAS	C/H	Disciplinas e %
Formação Geral	- Tecnologia da Informação e Comunicação	80	05 disciplinas
	- Cultura, Diferença e Cidadania	80	
	- Língua Portuguesa	80	
	- Iniciação à Pesquisa Científica	80	
	- Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	80	
Total da Carga Horária do Conteúdo		400	11%
Educação Básica	- Profissão Docente	40	12 disciplinas
	- Políticas Públicas da Educação Básica	40	
	- Psicologia da Educação	40	
	- Currículos e Saberes	40	
	- Educação e Necessidades Especiais	40	
	- Didática	80	
	- Libras I	40	
	- Libras I	28	
	- Pesquisa e Prática Pedagógica I	40	
	- Libras II	30	
	- Pesquisa e Prática Pedagógica II	40	
	- Gestão de Processos Educacionais	30	
	- Pesquisa e Prática Pedagógica III		
Total da Carga Horária do Conteúdo		488	14%
	Língua Inglesa I	80	
	Língua Portuguesa I	40	
	Teoria Literária	80	
	Fundamentos da linguística	40	
	Cultura Brasileira	40	
	Língua Inglesa II	80	
	Língua Portuguesa II	40	

Formação Profissional	Filologia Românica	40	31 disciplinas
	Literatura Portuguesa	80	
	Língua Inglesa III	80	
	Língua Portuguesa III	80	
	Língua Inglesa IV	40	
	Língua Portuguesa IV	40	
	Linguística Aplicada	80	
	Literatura Brasileira I	80	
	Estágio Curricular Obrigatório I	80	
	Língua Inglesa V	40	
	Língua Portuguesa V	80	
	Estágio Curricular Obrigatório II	120	
	Língua Inglesa VI	80	
	Língua Portuguesa VI	80	
	Produção de Texto I	40	
	Estágio Curricular Obrigatório III	80	
	Língua Inglesa VII	80	
	Língua Portuguesa VII	80	
	Monografia	40	
	Produção de Texto II	40	
	Estágio Curricular Obrigatório IV	120	
	Língua Inglesa VIII	80	
	Língua Portuguesa VIII	40	
	Literatura em Língua Inglesa I	80	
Total da Carga Horária do Conteúdo		2.080	59%
Atividades Complementares	Atividades de Pesquisa	200	-
	Atividades de Extensão		
	Atividades de Monitoria		
	Estágio Não Obrigatório		
	Eventos Científicos ou Culturais		
Disciplinas cursadas na Uniplac ou em outra IEs e que não faça parte da estrutura curricular do curso.			
Total da Carga Horária das Atividades Complementares		200	6%
Curricularização da Extensão	Prática Extensionistas	320	02 disciplinas
	Pesquisa e Prática Pedagógica	32	
Total da Carga horária da Curricularização da Extensão		352	10%
Carga Horária Total do Curso		3.520	100%

3.7.2 Representação Gráfica do Perfil de Formação



3.7.3 Requisitos Legais

3.7.3.1 Educação Ambiental

A Lei 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002 e a regulamentação interna através do Conselho Universitário (Consuni) (Resolução n. 115, de 1º de novembro de 2013) determinam a inclusão da Educação Ambiental nos cursos de graduação da Uniplac.

O projeto do curso de Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa prevê a integração da educação ambiental por meio da disciplina Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 5º semestre - 4 créditos - 80 horas.

A Uniplac, desde 2015, desenvolve o Programa Permanente e Institucional de Educação Ambiental na Graduação PPIEAG que é uma estratégia de integração de atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelos professores da Uniplac voltadas à educação ambiental. O Projeto é coordenado por uma professora do mestrado em Educação e do Mestrado em Ambiente e Saúde – Interdisciplinar e pela Pró-Reitoria de Ensino. Consiste em reuniões sistemáticas com os coordenadores dos cursos de graduação com o objetivo de garantir a ambientalização curricular dos cursos. O programa realiza formação continuada

com os coordenadores para que estes articulem e potencializem as atividades educativas realizadas pelos docentes nos diversos componentes curriculares, entendendo a educação ambiental como um campo de conhecimento interdisciplinar. O programa está vinculado ao grupo de pesquisa certificado pela Instituição: Ambiente, Educação e Saúde – GEPES AMBIENS que objetiva investigar as relações do ser humano com o ambiente, tendo como espaço de mediação interdisciplinar a educação ambiental, considerando as políticas públicas e a gestão ambiental como estratégias de ambientalização das instituições e de desenvolvimento territorial sustentável em áreas de abrangência do Aquífero Guarani/ Serra Geral. Objetiva ainda, discutir teorias do conhecimento para a formação humana no âmbito teórico metodológico no ensino superior.

Esse Programa apresenta aspectos inéditos por discutir temas inovadores e possibilitar a discussão sobre ambientalização curricular de forma articulada à Educação para a Inteiraza. De acordo com a gestão da Política Nacional de Educação Ambiental é preciso promover a articulação das ações educativas voltadas as atividades de proteção, recuperação e melhoria socioambiental potencializando a função da educação para as mudanças culturais e sociais relacionadas à educação ambiental.

Outros projetos são desenvolvidos na universidade e envolvem estudantes de iniciação científica que se referem: Uso e ocupação do solo urbano; as praças públicas e qualidade de vida; Paisagem em Área de abrangência do Aquífero Guarani; Nós e os Cães: A água do futuro; compostagem de resíduos sólidos, entre outros.

A Cidade de Lages tem uma condição especial no que se refere ao Aquífero Guarani. É uma área de recarga e descarga do referido aquífero o que torna essa região muito vulnerável quanto a proteção e preservação destas águas subterrâneas.

Assim em 2008, foi consolidada a Rede Guarani Serra Geral para realizar pesquisa e extensão que contribuam com gestão eficiente e sustentável dos recursos hídricos, buscando intensificar, atualizar e desenvolver políticas públicas de preservação dessa reserva hídrica subterrânea.

A REDE GUARANI/SERRA GERAL surgiu, assim, da proposta de reunir pesquisadores de diversas áreas, pertencentes a instituições e localidades diferentes no Estado de Santa Catarina, num trabalho comum de estudo e ação ambiental na área do aquífero. Durante os primeiros passos para a elaboração do projeto, organizou-se a REDE de pesquisadores, partindo da Uniplac, somando-se a Unoesc, Ufsc, Udesc, Epagri, Funjab, Fapesc, Fapeu, Unochapecó e Furb. O projeto foi, então, apresentado à Agência Nacional das Águas (ANA), A coordenação de REDE ficou sob responsabilidade da ANA, a qual repassou

ao CNPq recursos do CTHidro (Fundo Setorial dos Recursos Hídricos) que compõem uma das fontes de recursos financeiros do projeto. O projeto continua em andamento, sendo previstos recursos para continuidade do mesmo também em 2019.

Entre 2015 e 2017, foi realizada uma pesquisa em Rede com 8 Universidades: Uniplac, Univali, Udesc, Unisul, Unidavi, Unifebe, Unoesc e Unesc.

O projeto Ambientalização e Sustentabilidade na Educação Superior: Subsídios às Políticas Institucionais em Santa Catarina, teve como objetivo geral contribuir com as Políticas de ambientalização e sustentabilidade na Educação Superior em Santa Catarina, identificando indícios, elaborando subsídios e estratégias aplicáveis ao ensino, pesquisa, extensão e gestão ambiental nas Instituições de Educação Superior (IES). A pesquisa foi desenvolvida de forma concomitante por equipes de pesquisadores (as) de oito Instituições de Educação Superior (IES), uma pública e sete comunitárias, localizadas em cinco mesorregiões de Santa Catarina. Como objetivos específicos, pretende averiguar o estágio do processo de ambientalização e sustentabilidade de cada IES; identificar indícios de ambientalização, a partir da análise dos documentos institucionais (PDI, PPI) e curriculares (PPC e planos de ensino das disciplinas de graduação nas IES); elaborar subsídios e propor estratégias, ações e práticas sustentáveis inovadoras e de responsabilidade socioambiental, aplicáveis às IES, no âmbito do ensino, pesquisa, extensão e gestão ambiental dos campi universitários; fortalecer a parceria, integração e colaboração entre pesquisadores das IES participantes em torno da consolidação de Políticas de ambientalização e sustentabilidade no âmbito das IES participantes; criar uma rede temática de ambientalização e sustentabilidade vinculada à Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental - REASul, para fortalecer a integração e colaboração com pesquisadores nacionais e da Red de Indicadores de Sostenibilidad en las Universidades (RISU), vinculada à Alianza de Redes Iberoamericanas de Universidades por la Sustentabilidad y el Ambiente (ARIUSA). A abordagem metodológica caracteriza-se pelo enfoque quanti-qualitativo com base na pesquisa-ação participante (Thiollent, 2008; Haguette, 2003) e o uso de técnicas de análise documental e de Análise de Conteúdo (Bardin, 2008; Franco, 2008).

Complementar à análise documental, foram aplicados questionários em formulário on-line, e realizadas entrevistas semiestruturadas (Szymanski, 2002). Os resultados serão utilizados para propor estratégias de ambientalização curricular nos cursos de graduação, ações e práticas sustentáveis inovadoras e de responsabilidade socioambiental que possam contribuir para criar, implementar, avaliar ou aperfeiçoar Políticas de ambientalização e sustentabilidade nas IES.

A avaliação e socialização dos resultados deu-se por meio da realização de três

workshops e um Seminário final. Também foi organizada uma publicação no formato de livro, e a produção de artigos para apresentação em eventos acadêmicos e publicação em periódicos nacionais. Como produtos deste projeto foi publicado um livro com parte dos resultados de cada uma das universidades participantes e também um Guia para contribuir com os coordenadores dos cursos de graduação das universidades participantes.

Em 2017 a Universidade desenvolveu estudo para elaboração e oferta de disciplinas institucionais. Foram aprovadas pelo Consuni e incorporadas as estruturas curriculares de todos os cursos 5 disciplinas. Uma delas é a disciplina: Ambiente e desenvolvimento Sustentável com a seguinte ementa: Estrutura, funcionamento e dinâmica dos ecossistemas. Conceitos ambientais. Desenvolvimento sustentável. Globalização e meio ambiente. Educação ambiental. Aspectos e impactos das atividades humanas no ambiente. Controle de poluição do solo, ar e água. Tratamento de resíduos e conservação de recursos naturais. Políticas públicas e legislação ambiental. Objetivos do desenvolvimento sustentável – ODS. Esta disciplina pretende contribuir para que todos os estudantes da universidade tenham a oportunidade de discutir a respeito de seus compromissos e responsabilidades e modo de ser e estar no planeta.

Cabe ressaltar que a Uniplac tem forte compromisso com as questões ambientais, sendo que um dos Programas de Mestrado é em Ambiente e Saúde que articula as temáticas do cuidado do ambiente bem como promove eventos e executa projetos importantes como alguns acima citados.

3.7.3.2 Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.

Para atender o que dispõe a Resolução CNE/CP n. 1 de 17 de junho de 2004, que instituiu “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (Lei n. 9.394/1996 e Lei nº. 10.639/2003) a Uniplac constituiu a Resolução n. 114, de 1º de novembro de 2013, que determina a inclusão desses conteúdos em todos os Cursos de Graduação.

O projeto do curso de Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa prevê a integração da educação étnico-racial por meio das disciplinas de Políticas Públicas da Educação Básica - 2º semestre – 2 créditos – 40 horas e Cultura, Diferença e Cidadania, 2º semestre - 4 créditos - 80 horas.

A Uniplac, através do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (NEAb) tem trabalhado de forma continuada com esta temática, envolvendo vários seguimentos da universidade.

O Núcleo de Estudos Afrobrasileiro “Negro e Educação / Indígena” foi constituído no ano de 2000, aprovado pelo Parecer n. 503, de 09/10/2007, do Consuni e, desde então, realiza atividades de ensino, pesquisa e extensão, na perspectiva de investigar a educação e a memória do povo afrodescendente.

3.7.3.3 Direitos Humanos

Para atender o que dispõe o Parecer CNE/CP n. 8, de 06 de março de 2012, que instituiu “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos” (Leis n. 9.131, de 24 de novembro de 1995 e n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), a Uniplac emitiu a Resolução n. 127, de maio de 2014, que determina a abordagem da Educação para Direitos Humanos em todos os cursos de graduação.

O curso de Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa incluiu a temática por meio das disciplinas de Políticas Públicas da Educação Básica - 2º semestre – 2 créditos – 40 horas e Cultura, Diferença e Cidadania, 2º semestre - 4 créditos - 80 horas.

3.7.3.4 Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Uniplac há bom tempo vem se dedicando às questões relacionadas à inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência. Nessa direção, desde 2012 constituiu a sua Comissão Institucional de Inclusão e Acessibilidade (CIA), pela Portaria n. 099, de 22 de outubro de 2012, modificada de tempos em tempos para proceder alterações de componentes, mantendo sempre a mesma linha de finalidades e objetivos.

Entre as finalidades está a de acompanhar e propor medidas à Universidade, que visem a garantir os requisitos de acessibilidade aos acadêmicos com deficiência. Sempre bom lembrar que o trabalho da Comissão tem sido desde sempre voluntário e não remunerado.

Uma dessas medidas, em 29/08/2013 foi a criação do Programa de Acompanhamento Pedagógico ao Aluno da Uniplac (PAAP), cuja regulamentação interna foi aprovada em 23/04/2015. Em 29/03/2016, através do Ato Normativo n. 007/16 foram suspensas as atividades do PAAP e na reunião do Consuni em 04 de abril de 2016, o Consuni aprovou o

retorno imediato do Programa.

Em 07 de abril de 2016 o PAAP foi definitivamente aprovado (Resolução n. 213). Ainda em junho deste ano, através da Resolução n. 219, o Programa foi revigorado, para oferecer atendimento aos alunos dos diversos cursos da universidade, visando a oportunizar formação qualificada e adequada às suas necessidades educacionais.

Ainda por influência direta da Comissão de Inclusão e Acessibilidade, a Universidade enfim aprovou a sua Política de Inclusão e Acessibilidade, através da Resolução Consuni n. 235, de 11 de agosto de 2016, para dar cumprimento à legislação vigente. É dirigida às pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida, com transtornos globais no desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação (Art. 1º, § 3º). No art. 2º está afixado que “aos estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos globais no desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, ao ingressarem na Universidade serão ofertados ambiente acessível, apoio e acompanhamento pedagógico e ou recursos multifuncionais necessários à sua permanência com qualidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Art. 2º, § 1º O apoio pedagógico deverá contemplar ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes, considerando as necessidades apontadas em sua autodeclaração, registradas no ato de matrícula, ou a qualquer tempo em que estas se manifestarem, enquanto frequentam a Universidade”.

No presente momento, a Universidade não tem alunos autodeclarados como portadores de Transtorno do Espectro Autista, mas independentemente de tal situação, a Instituição, para atender à Lei n. 12.764, de 27/12/2012, ao Decreto n. 8.368, de 02/12/2014 e à Nota Técnica n. 24/2013/MEC/DECADI/DPEEN, dispõe de profissionais especializados neste atendimento e ainda desenvolve no seu Curso de Psicologia projeto de Extensão e Grupo de Estudos e Reflexões sobre o Transtorno do Espectro Autista, em que atende às comunidades, interna e externa, com o objetivo de desmistificar alguns conceitos e atualizar os conhecimentos científicos e práticos de professores e de todos os profissionais interessados no atendimento com qualidade às pessoas com TEA/TGD.

A Universidade possui profissionais credenciados pela Uniplac para esta demanda, uma delas, é indicada para representar as Pessoas com Transtornos Globais de Desenvolvimento na CIA (Portaria n. 058, de 05 de maio de 2015).

3.8 Metodologia

O processo ensino-aprendizagem adotado pelo Curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa é desenvolvido através de conteúdos disciplinares ordenados numa sequência lógica de aprendizagem e complexidade, integrados verticalmente (no semestre) e horizontalmente (no curso). Esta é uma das formas de flexibilizar e organizar um currículo centrado na aprendizagem do estudante e na ampliação de competências, entendidos como um conjunto de conhecimentos profissionais que, estruturados pedagogicamente, respondem a uma etapa do processo de formação.

A integração entre as disciplinas se estabelece através do planejamento dos conteúdos de forma cronológica e concomitante, como também no processo de avaliação, por meio da chamada Avaliação Integrativa, que ocorre de forma articulada com as disciplinas do corrente semestre, estabelecendo relação direta com a realidade e com as experiências vivenciadas pelos estudantes na perspectiva interdisciplinar. Seu resultado compõe parte do conceito de todas as disciplinas envolvidas neste processo.

As formas de organização do trabalho didático/pedagógico desenvolvidos pelo colegiado do curso possibilitam uma aprendizagem significativa através de diferentes metodologias ativas de ensino-aprendizagem. Sendo que a prática pedagógica proposta se pauta na valorização das experiências pessoais do estudante, sejam elas acadêmicas ou de vida, como ponto de partida para a construção dos conhecimentos, habilidades e atitudes e o estímulo à busca de soluções de situações-problema do cotidiano visando a transformação social.

Nesse sentido, essa forma de organização curricular exige um professor disposto a trabalhar métodos lógicos vistos como recursos e não finalidade de educação, colocando o estudante como sujeito ativo no processo de aprendizagem, capaz de atuar criticamente na solução de situações concretas de trabalho, utilizando a tecnologia como produto da ciência que envolve um conjunto de instrumentos, métodos e técnicas que visam à resolução de problemas. Portanto, a construção do conhecimento propõe estratégias de ensino-aprendizagem articulando teoria e prática.

O entendimento de currículo integrado define o papel do professor e do estudante como agente capaz de ensinar e aprender de forma ativa e contextualizada, tendo o ato educativo como uma produção humana em constante construção, exigindo das pessoas envolvidas a vontade, a disponibilidade e o comprometimento com a construção e a reconstrução permanente do processo educativo.

As estratégias de ensino e aprendizagem e acessibilidade metodológica, adotadas no âmbito do curso, atinentes às especificidades dos estudantes, permitem a articulação entre

teoria e prática, o acompanhamento contínuo das atividades, o desenvolvimento da autonomia e habilidades dos mesmos.

A proposta curricular do Curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa está embasada na Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019, que institui a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura, de Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior. Conforme esse documento, a carga horária será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas, e o curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa totaliza 3520 horas, com 352 horas de Extensão.

Ao longo do processo de ensino-aprendizagem, busca-se estar atento às inovações da sociedade, com o estímulo ao desenvolvimento de ações que levem à autonomia do profissional da linguagem. Além disso, são utilizadas estratégias de ensino que abrangem aulas expositivas e dialogadas, estudos dirigidos, dinâmicas de grupo, júris simulados, aulas invertidas, problematizações, seminários e utilização de recursos audiovisuais e Tecnologias da Informação e Comunicação. Os professores ainda oferecem atividades e a disponibilização de materiais complementares por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, nas disciplinas institucionais, e no *Google Classroom*. Especificamente no caso das disciplinas de Língua Inglesa, são utilizados *softwares* educacionais como o *FlipGrid* e o *Duolingo*.

O curso caracteriza-se também por oferecer um acompanhamento individualizado, por meio da orientação individual ou em pequenos grupos, das produções escritas ao longo das disciplinas e, especialmente, do planejamento dos trabalhos apresentados das avaliações integrativas semestrais, que ocorrem no formato do Seminário Interdisciplinar. Destaca-se também o estímulo ao protagonismo acadêmico por meio da organização da Semana Acadêmica do curso pelas turmas do 7º semestre letivo.

Quanto à acessibilidade, o Curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa assegura a seus acadêmicos com necessidades especiais, as condições de igualdade no acesso, na permanência e no término de estudos na educação superior. Tais condições são promovidas institucionalmente a partir da eliminação do conjunto de barreiras, a saber: arquitetônicas, pedagógicas, atitudinais, nas comunicações e digitais.

3.9 Estágio Curricular Supervisionado

A Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, define o “estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o

trabalho produtivo do estudante”. A Resolução CNE/CES 2, de 20 de dezembro de 2019 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso, em seu Art. 7º salienta, “II - reconhecimento de que a formação de professores exige um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, que estão inerentemente alicerçados na prática, a qual precisa ir muito além do momento de estágio obrigatório, devendo estar presente, desde o início do curso, tanto nos conteúdos educacionais e pedagógicos quanto nos específicos da área do conhecimento a ser ministrado;”. Além disso, enfatiza que a carga horária mínima do estágio curricular obrigatório, deverá atingir 400 (quatrocentas) horas.

3.9.1 Estágio Curricular Obrigatório

O Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa da Uniplac, possui **400 h (quatrocentas horas)**, seguindo as DCNs, também segue o que determina a legislação de formação de professores, a partir da LDB, Lei 9.394/96, a Base Comum Curricular (BNCC), e ainda atualizado conforme determinação institucional do Consuni, Resolução n. 232, de 08 de agosto de 2016.

O Estágio, no que se refere à experiência de exercício profissional, e alinhados a essas legislações, caracteriza-se por privilegiar propostas que possibilitem experiências nos diferentes níveis de ensino. Para tanto, tem como objetivo geral, articular a formação acadêmica com o exercício profissional, por meio da efetiva participação do aluno em situações reais de trabalho. Assim, o acadêmico adquire e articula um conjunto de habilidades e competências que possibilitam o aprofundamento dos conteúdos adquiridos durante o curso e sua formação profissional.

O Estágio ocorre, conforme convênio, nas escolas públicas municipais e estaduais, ou ainda nas escolas privadas, localizadas na região da Serra Catarinense, atendendo ao perfil profissional do curso, em turmas de ensino fundamental e médio, nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Língua Inglesa. O estágio realizado no âmbito das Unidades Escolares conta com o acompanhamento sistemático e presencial: do Coordenador do Curso e dos professores orientadores Estágio Curricular Obrigatório, na IES; na Coordenadoria Regional de Educação (CRE) ou Secretaria Municipal de Educação (SMEL), pela Supervisão de Políticas e Planejamento Educacional; na Unidade Concedente de Estágio, pelo Responsável Pedagógico/Administrativo e pelo Professor Regente, habilitado na área de formação do acadêmico.

No final de cada etapa de estágio são promovidos seminários de apresentação de trabalhos desenvolvidos durante a realização de Prática de Ensino e de Estágio Curricular, proporcionando a integração da Uniplac com a Unidade Concedente de Estágio, objetivando a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. Esse processo é desenvolvido em grupos de até quatro estagiários, o que possibilita maior integração e troca de experiências entre os integrantes.

Ao finalizar as atividades, os Professores Regentes e o Responsável Pedagógico da Unidade Concedente de Estágio, que acompanharam o acadêmico em processo de realização de Prática e Ensino e de Estágio Supervisionado, recebem certificados de formação em serviço, expedidos pela Uniplac.

O Estágio Curricular Obrigatório envolve as Unidades Escolares das redes estadual e municipal da região da Serra Catarinense, limitando-se aos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, ou ainda em cursos de extensão nas comunidades, clubes de serviço, ou no espaço físico da universidade.

Dentre os objetivos, destaca-se o de desenvolver nos alunos estagiários a capacidade de analisar criticamente as diversas metodologias que fundamentam o ensino da língua, proporcionando-lhes habilidades necessárias para a sua prática pedagógica docente.

O estágio acontece em processo e é realizado a partir da segunda metade do curso, iniciando-se, portanto, no 5º semestre, e compreende as seguintes etapas:

I. no 5º semestre, cada aluno deverá fazer a observação do Campo de Estágio, com o objetivo de se familiarizar com as rotinas pedagógicas (sala de aula, conselhos de classe, reuniões pedagógicas, biblioteca), nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Língua Inglesa, num total de 32h. A partir da observação, será definido o projeto, condição para o início do processo de estágio obrigatório e escolherá o Orientador. O restante da carga horária da disciplina (48h) é dedicado às aulas teóricas em preparação para as atividades na escola campo, apresentação de microaulas, orientação e produção do projeto de intervenção, plano de ensino e planos de aula;

II. o 6º semestre compreende o desenvolvimento do exercício de intervenção de docência, nos anos finais do Ensino Fundamental, nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Língua Inglesa, com no mínimo 32 horas de regência de classe. O restante da carga horária da disciplina (88h) é dedicado às aulas teóricas em preparação para as atividades na escola campo, apresentação de microaulas, orientação, produção de materiais, planejamento das aulas e elaboração do relatório parcial do estágio;

III. no 7º semestre, cada aluno deverá fazer a observação do Campo de Estágio do Ensino Médio, com o objetivo de se familiarizar com as rotinas pedagógicas (sala de aula, conselhos de classe, reuniões pedagógicas, biblioteca), nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Literatura e Língua Inglesa, num total de 32h. A partir da observação, será definido o projeto, condição para o início do processo de estágio obrigatório. O restante da carga horária da disciplina (48h) é dedicado às aulas teóricas em preparação para as atividades na escola campo, orientação e produção do projeto de intervenção, plano de ensino e planos de aula;

IV. o 8º semestre será dedicado ao desenvolvimento do exercício de intervenção de docência, nas turmas do Ensino Médio, nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Literatura e Língua Inglesa, com no mínimo 32 horas de regência de classe. O restante da carga horária da disciplina (88h) é dedicado às aulas teóricas em preparação para as atividades na escola campo, apresentação de microaulas, orientação, produção de materiais, planejamento das aulas e elaboração do relatório final do estágio.

A participação Unidade Escolar no referido processo, através do acompanhamento efetivo da Equipe Gestora e dos Professores Regentes, é de fundamental importância para que os objetivos dessa prática sejam alcançados.

No Curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa, será elaborado um Relatório Final do Processo de Estágio Curricular Obrigatório. Os elementos que compõem esse relatório estão previstos no Regulamento de Estágio Curricular Obrigatório.

É prevista a realização de seminários (Devolução do Estágio) em espaços da Universidade ou da Unidade Concedente, com apresentação de trabalhos realizados com os alunos durante a Prática de Ensino e de Estágio Supervisionado, objetivando a integração entre acadêmicos, professores e equipe gestora da Unidade Concedente de Estágio.

3.9.2 Estágio Curricular Obrigatório – Relação com a Rede de Escolas de Educação Básica

Tem como objetivo geral, articular a formação acadêmica com o exercício profissional, por meio da efetiva participação do aluno em situações reais de trabalho.

Para a realização do Estágio, existe o termo de Convênio n. 1155/2024 A-1, de 08/02/2024, entre a Prefeitura Municipal de Lages, através da Secretaria Municipal de Educação e a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, mantenedora da Uniplac, e também o Termo de Cooperação Técnica n. 2021TN0745, de 04/08/2021, celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação e a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, que tem como objetivo a regulamentação das condições de realização de Prática de Ensino e de Estágio Supervisionado dos Cursos de Licenciatura da Uniplac, com base na Lei Federal n. 11.788, de 25/09/2008, bem como nas Resoluções n. 18/200 e 2/2019, do CNE/CP, que estabelecem as diretrizes e regulamentam os Cursos Letras e de Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior, para a realização da Prática de Ensino e Estágio Supervisionado da Formação de Professores nas Escolas de Educação Básica.

O referido convênio caracteriza o Estágio Supervisionado e define competências para a Secretaria de Estado da Educação, através da Coordenadoria Regional de Educação – CRE e para a Uniplac, instituição de ensino formadora dos novos profissionais da educação.

O estágio realizado no âmbito das Unidades Escolares conta com o acompanhamento sistemático e presencial do Coordenador do Curso e dos professores responsáveis pela disciplina de Estágio Curricular Obrigatório na IES; e, na CRE, pela Supervisão de Políticas e Planejamento Educacional; na Unidade Concedente de Estágio, pelo Responsável Pedagógico/Administrativo e pelo Professor Regente, habilitado na área de formação do acadêmico.

No final de cada etapa de estágio são promovidos seminários de apresentação de trabalhos desenvolvidos durante a realização de Prática de Ensino e de Estágio Supervisionado, para disponibilizar em capacitações, proporcionando a integração da Uniplac com a Unidade Concedente de Estágio, objetivando a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

Ao finalizar as atividades, os Professores Regentes e o Responsável Pedagógico da Unidade Concedente de Estágio, que acompanharam o acadêmico em processo de realização de Prática e Ensino e de Estágio Supervisionado, recebem certificados de formação em serviço, expedidos pela Uniplac.

3.9.3 Estágio Curricular Obrigatório – Relação entre Teoria e Prática.

O Estágio Obrigatório visa fortalecer a relação teoria e prática no princípio metodológico de que o desenvolvimento de competências profissionais implica em utilizar conhecimentos adquiridos, quer na vida acadêmica quer na vida profissional e pessoal. Sendo assim, o estágio constitui-se em importante instrumento de conhecimento e de integração do aluno na realidade social, econômica e do trabalho em sua área profissional.

A relação teoria e prática é experiência bastante complexa na formação de professores, sobretudo porque suas manifestações estabelecem vínculos tanto no espaço de formação inicial, a universidade, como no espaço de trabalho, a escola-campo, onde os alunos realizam o estágio.

Uma das compreensões do estágio como elemento articulador da relação teoria e prática é testemunhada pelos universitários como uma relação que, apesar dos elementos serem construídos, separadamente, em lugares específicos, é possível relacioná-los em um momento, sobretudo no momento da prática. Também, percebem tal relação como algo indissociável, que é impossível perceber uma demarcação definida do que é a prática e do que é a teoria.

A percepção de que a relação teoria e prática não é uma realidade linear, é apresentada pelos alunos quando eles percebem que, na prática de estágio, vivenciada, automaticamente, acessam teorias, conhecimentos construídos em outras etapas do curso.

O Estágio Supervisionado é o primeiro contato que o aluno-professor tem com seu futuro campo de atuação.

Assim, por meio da observação, da participação e da regência, o licenciado poderá refletir e vislumbrar futuras ações pedagógicas.

Ao estagiar, o futuro professor encarará a educação com outro olhar, procurando entender a realidade da escola e o comportamento dos alunos, dos professores e dos demais profissionais que compõem o quadro educativo.

O Estágio das Licenciaturas é uma exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394/96, sendo necessário à formação profissional, a fim de adequá-la às expectativas do mercado de trabalho onde o licenciado irá atuar. Dessa forma, o estágio dá oportunidade de aliar a teoria à prática.

3.9.4 Estágio Curricular Não-Obrigatório

O Estágio Curricular Não Obrigatório na Uniplac, constitui-se em atividade de formação profissional opcional, contemplando o que preconiza a legislação vigente, podendo ser acrescido à carga horária regular obrigatória, como atividade complementar, não sendo requisito para a obtenção de diploma, mas devendo estar vinculado ao currículo, atendendo às especificidades de cada área de atuação do curso.

É realizado por escolha do aluno, obedecendo à Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, Regimento Geral da Uniplac e Resolução n. 231, de 08/08/2016, que dispõem a carga horária semanal/mensal e as atividades a serem desenvolvidas.

Os critérios e condições deste Estágio estão definidos no Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta n. 81/2008.

De acordo com o art. 2º da referida Lei, “o estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

- § 1º Estágio Obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

- § 2º Estágio Não Obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória”.

3.10 Atividades Complementares

São atividades de cunho educativo teórico prático que têm como objetivo o enriquecimento da formação profissional, através do desenvolvimento de competências e habilidades. Podem acontecer tanto no contexto acadêmico, quanto nas relações com o mundo do trabalho e em projetos de extensão junto às comunidades. As áreas específicas são escolhidas pelo próprio aluno.

São consideradas complementares as atividades que possibilitam a integralização curricular. Podem ser atividades de pesquisa, de extensão, monitorias, estágios curriculares não-obrigatórios, eventos científicos e culturais.

A carga horária prevista de Atividades Complementares no Curso de Letras – Língua

Portuguesa e Língua Inglesa é de 200 (duzentas) horas. As normas pertinentes às formas de execução, controle e registro estão previstas em regulamento próprio

Abaixo o Quadro de Atividades Complementares do Curso de Letras:

Tabela das Atividades Complementares do Curso de Letras da UNIPLAC		
Atividades Complementares	% de horas das atividades	Carga-horária máxima
- Disciplina afins em outros cursos	10%	20h
- Monitorias	20%	40h
- Participação em projetos e programas de iniciação científica ou iniciação à docência	10%	20h
- Participação em grupos de pesquisa vinculado à área de formação	10%	20h
- Publicações e apresentações de trabalhos em eventos científicos	20%	40h
- Atividades diversas de Extensão	10%	20h
- Cursos de idiomas como ministrantes	20%	40h
- Cursos de idiomas como ouvinte	20%	40h
- Organização de eventos culturais	10%	20h
- Participação em eventos na área da educação, relacionados à habilitação do curso como seminário, simpósio, palestra, fóruns, workshops, conferências, congressos, entre outros.	30%	60h
- Estágio Curricular Não Obrigatório	20%	40h
- Organização de cursos e oficinas na área da educação	10%	20h
- Trabalho voluntário em atividades programadas pela UNIPLAC	10%	20h
- Representação estudantil (Colegiado de Curso/CA/DCE)	10%	20h
- Outras atividades não descritas neste anexo	Deverão ser analisadas e emitidos pareceres pelo Colegiado do Curso de Letras.	

3.11 Apoio ao Discente

O atendimento e o apoio ao estudante são prioridades do curso. Acontece de forma particular, pelo trabalho do Coordenador do Curso, que está sempre à disposição, quando necessário. Da mesma forma se dá em nível de Colegiado de Curso, sempre mobilizado para incluir os estudantes nas discussões e na identificação de necessidades, prioridades e possibilidades, na articulação de soluções e nas tomadas de decisão.

Dentre as atividades gerais abrangidas no nível de atenção do Colegiado do Curso estão às ligadas à participação em atividades pedagógicas, na Universidade e fora dela; à participação em eventos como congressos, simpósios, jornadas e outros e à participação em

projetos de pesquisa e extensão. O curso mobiliza seus estudantes para a participação maior possível em eventos acadêmicos, considerando que a qualificação profissional está muito além do ambiente da sala de aula e do próprio campus universitário.

O trabalho de apoio ao estudante acontece desde o momento do ingresso na Universidade. No ato de ingresso, são apresentados à estrutura da instituição e a toda gama de serviços disponibilizados, inclusive programas institucionais em desenvolvimento. Também são equacionadas dúvidas relacionadas ou não ao curso, fato que acontece a cada início de semestre, quando a estrutura de gestores dos diversos setores de decisão, participam de encontros com os estudantes.

Para atualizar os estudantes, no que tange as questões acadêmicas, o site da Uniplac disponibiliza calendários acadêmicos, orientações de como acessar a bolsas de estudo, editais de monitorias, editais de projetos de pesquisa e extensão, estes últimos com a intenção de inserir o estudante oportunamente em projetos de iniciação científica e à pesquisa e também por meio dos registros acadêmicos.

A instituição dispõe, ainda, de setores fundamentais no atendimento e no apoio aos estudantes. Entre eles, mas não limitados a estes, tem-se a Secretaria Acadêmica, guardiã de todas as informações e documentação sobre a vida funcional do estudante, desde o momento de seu ingresso até o momento de sua saída da Universidade, o serviço de atendimento ao estudante oferecido pelo Apoio Comunitário por meio de um núcleo de relacionamento que orienta, encaminha, esclarece as dúvidas dos programas de bolsas de estudos, dos projetos de extensão, da pesquisa, do serviço voluntário, do estágio curricular não obrigatório entre outras atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa e a extensão.

Como suporte do atendimento ao estudante apresenta-se o corpo técnico administrativo envolvido com a operacionalização dos cursos, de acordo com a necessidade apresentada. Justifica-se que para assessorar os projetos pedagógicos, a Pró-Reitoria de Ensino, além de toda a estrutura de técnicos para os setores, conta com uma Coordenação de Graduação, com profissionais que dão assistência técnica e pedagógica aos coordenadores de curso e a seus colegiados. E para qualquer encaminhamento pedagógico há o setor específico de Apoio Pedagógico (Seape).

Considere-se que a experiência na área da educação superior dos profissionais que atuam nos setores de apoio aos cursos possibilita-lhes uma melhor condição de acompanhamento das propostas pedagógicas.

Há, ainda, o atendimento educacional especializado para os estudantes que necessitam de atendimentos específicos, sejam pedagógicos, psicopedagógico, psicológicos e demais ações de acolhimento e permanência, acessibilidade metodológica e instrumental.

A instituição mantém ativa a política de nivelamento, para os estudantes que desejam aprimorar os conhecimentos na Língua Portuguesa e na Matemática básica, sendo disponibilizados professores para os atendimentos às respectivas áreas, atendidos pelo Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico (PAAP).

A política de internacionalização se efetiva por meio de um setor específico que viabiliza intercâmbios nacionais e internacionais, mobilidade acadêmica, manutenção de convênios e novos acordos internacionais.

A IES conta com o Diretório Central dos Estudantes (DCE) que auxilia na composição e organização dos Centros Acadêmicos (CAs) como meio de integração e representação estudantil. O DCE indica a representação estudantil nas Câmaras e no Conselho Universitário (Consuni).

O atendimento aos alunos da EaD, além de gozarem de todas as prerrogativas dos alunos dos cursos presenciais, contam com o apoio de professor-tutor, que realiza todo o acompanhamento, seja através do AVA, ou presencialmente, através de agendamento, quando acadêmico sentir necessidade. Os atendimentos presenciais são realizados no setor de EaD, no qual o acadêmico conta com um laboratório de informática, recebendo orientação do professor-tutor, caso seja necessário.

Com base no exposto evidencia-se que no âmbito do curso há diferentes setores com estratégias e ações que garantem práticas comprovadamente exitosas e/ou inovadoras.

O quadro a seguir apresenta os diversos setores e responsabilidades de apoio aos estudantes:

Função	Responsabilidade
PROENS	Gestão geral de Ensino
SEAPE e PAAP	Apoio Pedagógico
Secretaria Acadêmica	Registro Acadêmico
Central de Atendimento	Processos de matrícula e solicitações gerais dos estudantes
Núcleo de Relacionamentos	Acolhimento, bolsas, estágios não obrigatórios, atividades de extensão e serviço voluntário
EaD	Disciplinas e cursos nas modalidades EaD
PROPEPG	Apoio à Pesquisa
Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	Orientação e análise de pesquisas com seres humanos
Biblioteca	Suporte e acesso às bibliografias

NIU	Suporte de TI
Ouvidoria	Atendimentos a sugestões, melhorias e reclamações
Internacionalização	Encaminhamentos para contatos e Convênios no âmbito da internacionalização
Coordenação de Curso	Apoio Geral ao Estudante
Setor de Meios	Apoio Logístico
Avaliação Institucional/CPA	Processos de Avaliação Institucional e ações de melhorias
DCE e CAs	Representação Estudantil

3.11.1 Apoio e Acompanhamento Pedagógico

O Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico (PAAP) para o estudante da Uniplac surge na perspectiva de promover o bem-estar do estudante desta universidade, facilitando a ambiência acadêmica do ponto de vista da aprendizagem e social. Visa ainda desenvolver o protagonismo dos sujeitos estudantes, na construção de sua história na universidade, bem como no mundo do trabalho.

Considerando que atualmente as universidades vem fazendo jus ao seu próprio nome, momento em que o ensino superior realmente se universaliza diante do acesso às camadas menos favorecidas da população, faz-se necessário que se garanta também a permanência desses estudantes.

Percebe-se que muitos ingressantes chegam à universidade, após vários anos de conclusão do ensino médio, ou mesmo vindos do ensino médio sem os subsídios necessários especialmente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática o que gera a necessidade de apoio e acompanhamento.

O PAAP dá suporte aos coordenadores para organização, comunicação e informações entre docentes e discentes, bem como, realiza oficinas de Língua Portuguesa, Matemática, conhecimentos gerais e específicos, que contribuam para a formação dos estudantes dos cursos de graduação.

Considerando o ingresso de estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação, são garantidos a acolhida e o acompanhamento, com a Comissão Institucional de Acessibilidade, possibilitando-lhes o acesso, mas, sobretudo, a permanência na IES. Os serviços de apoio também se efetivam com acesso em Libras, em sala de aula com o estudante surdo e à comunidade acadêmica por meio de cursos de extensão e ainda aos estudantes cegos ou baixa visão, com atividades, textos, exercícios, avaliações em braile e audiodescrição e acessibilidade de infraestrutura.

Dentro desse contexto universitário, poderão emergir em estudantes e/ou funcionários, dificuldades em lidar com aspectos emocionais. Para isso, a Universidade vem desenvolvendo a estrutura do acompanhamento psicossocial, que concerne simultaneamente à psicologia individual e a vida social dos sujeitos, com objetivo de privilegiar a qualidade de vida as pessoas que passam por sofrimento psíquico.

Convém ressaltar que nesse acompanhamento, são abordadas questões focais, não incluindo psicoterapias, com atendimentos contínuos semanais e quinzenais, porém, quando for levantada essa necessidade, serão realizados encaminhamentos para o Serviço-Escola do curso de Psicologia ou para outros segmentos externos que o profissional à frente deste serviço considerar pertinente.

Sabe-se que para ter qualidade pedagógica, é primordial conhecer os modos de representação do saber e dos processos cognitivos, quanto maior for a consciência dos estudantes e professores sobre esses processos, maior será a efetividade do ensino e aprendizagem. Desse modo, para intervir e buscar a diversidade de fatores que poderão interferir negativamente para a qualidade do ensinar e aprender, a Uniplac vem organizando o acompanhamento psicopedagógico que além de oferecer subsídios para os docentes trabalharem em sala de aula, atua efetivamente com o estudante no desenvolvimento de seu potencial acadêmico, pessoal e social, essenciais à formação profissional, seguindo os mesmos preceitos do acompanhamento psicossocial.

Considerando a relevância e as diferentes ações realizadas pelo programa, a IES garante um trabalho de excelência na educação dos estudantes, desde o ingresso até a formação profissional para o mercado de trabalho, com estratégias inovadoras e exitosas.

3.11.2 Acessibilidade ao Estudante com Deficiência ou Mobilidade Reduzida, Transtornos de Conduta e Altas Habilidades/Superdotação

Para atender as normatizações das Leis n. 10.048/2000 e 10.098/2000, do Decreto n. 5.296/2004, Decreto n. 7.611/2011 e da Portaria n. 3.284/2003, a Uniplac dispõe em seu Requerimento de Matrícula, um campo próprio denominado “Autodeclaração de Deficiência”, em que o discente declara suas necessidades educacionais especiais, decorrentes de deficiências (motora, visual, auditiva, dentre outras) e, acompanhando o instrumento, há a solicitação dos recursos de acessibilidade necessários, que serão disponibilizados conforme legislação vigente.

A IES conta também com uma Comissão Institucional de Acessibilidade (CIA), constituída através da Portaria n. 099, de 22 de outubro de 2012, que vem promovendo discussões e ações, no sentido de melhorar o acesso e a permanência dos alunos com deficiência na Uniplac.

3.12 Gestão do Curso e os Processos de Avaliação Interna e Externa

O Programa de Avaliação Institucional da Uniplac tem como referência legal a regulamentação do Sinaes, os princípios do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Os procedimentos metodológicos adotados são vinculados aos princípios, valores e diretrizes descritas neste documento. A IES adota a metodologia dialética de pesquisa tendo o princípio da participação como norte e vários recursos metodológicos para de forma combinada buscando atingir todos os segmentos que fazem parte da comunidade interna e externa que de alguma forma interagem com a universidade. Atua com metodologias quantitativas e qualitativas de forma que se complementem. As Avaliações Internas e Externas são realizadas de forma que seja possível entrelaçar os dados com plena liberdade de expressão, com o compromisso da manutenção dos princípios éticos e comprometidos com a qualidade social. O envolvimento dos diversos atores, discentes, docentes, técnicos e comunidade externa são fundamentais neste processo avaliativo.

3.12.1 A Autoavaliação da Uniplac

O processo de Autoavaliação é contínuo, busca-se obter a mais ampla participação de todos os sujeitos da comunidade interna, egressos e representantes de setores sociais envolvidos com a Instituição.

Esta abordagem faz uso dos principais métodos da pesquisa participante de forma que os sujeitos envolvidos na Avaliação, comunidade acadêmica (professores, alunos, técnicos e dirigentes) e a própria comunidade externa tenham a compreensão dos indicadores dos 05 (cinco) eixos do Sinaes – e dos processos de como levantar estes indicadores.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) foi estabelecida para a autoavaliação da instituição de ensino superior (IES), conforme exigido pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. A CPA coordena os processos internos de avaliação e fornece informações ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), responsabilizando-se legalmente por sua veracidade. O Setor de Avaliação Institucional, com o apoio da CPA, convoca

regularmente a comissão para analisar os processos desenvolvidos. A CPA acompanha o trabalho do setor, encaminhando os resultados das avaliações aos órgãos acadêmicos pertinentes para contribuir com a melhoria das ações acadêmicas e administrativas. A divulgação das avaliações e ações é feita através do site da IES, além de participar das capacitações semestrais de professores e coordenadores. Em parceria com a CPA, o setor oferece oficinas sobre conceitos de avaliação e prepara os estudantes para o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). A CPA discute e apoia ações derivadas das autoavaliações, fornecendo suporte em avaliações externas e garantindo que os resultados das avaliações internas sejam ferramentas eficazes de gestão, visando à excelência no ensino, pesquisa e extensão na IES.

O Programa de Avaliação Institucional da Uniplac emprega instrumentos de coleta de dados online ou manualmente, direcionados a estudantes, professores, funcionários, egressos, fornecedores e membros da comunidade. Utiliza amostragem significativa (mínimo de 20% dos participantes) e garante sigilo e anonimato. A coleta de dados qualitativos e quantitativos segue princípios democráticos e participativos, utilizando dados primários e secundários. Os dados primários são coletados através de instrumentos desenvolvidos pelo Setor de Avaliação Institucional, discutidos com os envolvidos e adaptados às peculiaridades de cada área.

O Programa de Avaliação Institucional adota algumas estratégias para o seu desenvolvimento, são elas:

a. Sensibilização: Esta estratégia envolve primeiramente a comunidade interna, e em segundo momento a comunidade externa, realizada durante o ano letivo, com mais intensidade nos meses específicos para a realização da coleta de dados. Ocorrer pelos meios eletrônicos, tanto em nível pedagógico quanto administrativo, sendo responsável por esta sensibilização, o setor de Avaliação Institucional, tanto quanto os coordenadores de cursos e seus colegiados, bem como os demais gestores acadêmicos.

b. Desenvolvimento: com a aprovação da reedição deste projeto pela CPA e Conselho Universitário, o Setor de desenvolve-o a partir das seguintes atividades:

- Reunião sistemática com os coordenadores de cursos, colegiados, representantes estudantis e setores administrativos para debater ideias e sugestões para elaboração de instrumentos e formas de coletas dos dados;
- Aplicação, tabulação, sistematização e análise dos dados coletados;
- Apreciação, análise e validação dos relatórios pela CPA, atendendo os princípios da Avaliação Institucional;
- Execução das atividades do cronograma definidos neste projeto seguindo a metodologia de trabalho;
- Definição do formato e elaboração de relatórios parciais e finais dos colegiados de cursos, setores e serviços avaliados;

- Readequação dos instrumentos de coletas de dados, sempre que necessário, para atender as necessidades e demandas dos colegiados, setores pedagógicos e administrativos.

- Definição das condições estruturais, recursos físicos e humanos para a realização dos trabalhos.

c. Formas de divulgação dos resultados: Após a elaboração e aprovação dos Relatórios de Autoavaliação, os mesmos serão encaminhados aos respectivos colegiados e setores administrativos. Usando reuniões setoriais para a análise e interpretação dos dados; sugestões e encaminhamentos para a superação das fragilidades. O Relatório geral de Autoavaliação é disponibilizado, na *homepage* institucional e murais físicos, para acesso de toda a comunidade, interna e externa.

d. Formas de utilização dos resultados das avaliações: A CPA junto com a Avaliação Institucional organiza o Relatório final de Autoavaliação de acordo com as orientações e recomendações do Sinaes, bem como, seguindo o roteiro de elaboração do relatório de Autoavaliação descrito neste documento. O Relatório de Autoavaliação é utilizado para:

- Reconhecimento e renovação dos cursos de graduação;
- Recredenciamento da Universidade;
- Realizar um balanço crítico das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica, para subsidiar as tomadas de decisões.
- Encaminhar à instância superior de educação periodicamente.
- Prestar contas à sociedade das atividades realizadas pela Uniplac.

O sistema utilizado para a tabulação de dados já apresenta os conceitos por categorias, que juntos, formulam o conceito final. Busca-se análises dialéticas para avaliar atitudes e valores nas questões de cunho qualitativo. Os resultados da aplicação de instrumentos avaliativos permitem uma análise probabilística de distribuição de frequência, com

caracterização de classes de desempenho variáveis que irão de “A” (excelente) até “E” (péssimo). Estas variáveis se alinham também nos conceitos da Avaliação Externa que vai de um (1) (insuficiente) a cinco (5) (excelente). Como encaminhamento final, antes de serem enviados aos gestores responsáveis para providências, todos os processos passam obrigatoriamente pela CPA para que sejam analisados e validados.

A análise dos dados tabulados segue as categorias e indicadores utilizados no processo de Avaliação Institucional, segundo os instrumentos utilizados para avaliação do docente pelo discente; autoavaliação docente; autoavaliação da coordenação; avaliação do coordenador pelo discente e docente; avaliação da turma pelos docentes, avaliação dos setores administrativos e pedagógicos pelos docentes, discentes e técnico-administrativos; avaliação dos laboratórios, biblioteca e demais estruturas físicas. A referida avaliação faz uso de categorias de análise, definidas pelo setor de Avaliação, com a aprovação da CPA, as quais levam em conta os princípios defendidos pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes, em suas dez dimensões, bem como o conhecimento acumulado em relação à Metodologia empregada pelo setor de Avaliação Institucional e o referencial teórico em que a construção do mesmo foi sendo elaborada. A análise segue a escala definida pelo Sinaes, que é a seguinte:

- a) 5 - 100% de evidência - evidência completa.
- b) 4 - 75% de evidência.
- c) 3 - 50% de evidência - evidência parcial.
- d) 2 - 25% de evidência.
- e) 1 - 0% de evidência - sem evidência.
- f) NA - não se aplica.

Dentre os instrumentos de Avaliação Institucional aplicados, destacam-se:

- Avaliação do Docente/Tutor (Tutoria Pedagógica e Tutoria Técnica) pelo Discente;
- Avaliação da Tutoria Pedagógica pelo Setor EaD;
- Autoavaliação do Docente/Tutor (Tutoria Pedagógica e Tutoria Técnica);
- Avaliação do (a) Coordenador (a) pelos Discentes;
- Avaliação do (a) Coordenador (a) pelos Docentes/Tutores (Tutoria Pedagógica e Tutoria Técnica);

- Avaliação dos Discentes pelos Docentes/Tutores (Tutoria Pedagógica e Tutoria Técnica);
- Avaliação do AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem);
- Avaliação do Material Didático (Design Instrucional);
- Avaliação da Biblioteca Universitária;
- Avaliação dos Laboratórios;
- Avaliação dos Setores Administrativos e Pedagógicos.

3.12.2 Diretrizes e Função da Avaliação Institucional da Uniplac

- Manter um estreito relacionamento do PDI/PPI com o PPC, primando pelo levantamento de dados e informações importantes para o desenvolvimento dos mesmos;
- priorizar os colegiados de cursos como célula irradiadora e deflagradora das atividades que possuem vínculo com a avaliação, tanto no ensino de graduação e pós-graduação, quanto na pesquisa e na extensão;
- ter como pressuposto metodológico a participação dos colegiados de cursos e setores, no processo de avaliação, desde seu desencadeamento até a análise dos resultados e devolução dos resultados;
- proporcionar a continuidade do processo, através de avaliações semestrais e/ou anuais, subsequentes, tendo em vista o princípio da globalidade;
- integrar as avaliações formais e informais realizadas por outros segmentos e/ou setores da Uniplac, assim como, as de órgãos externos, especificamente as promovidas pelo MEC;
- autorregularão com o objetivo de conhecer sua própria realidade e dar amparo as práticas e os atos regulatórios internos que forem considerados necessários para cumprir com mais qualidade e pertinência os objetivos e missão institucional;
- identificação de problemas e deficiências reais, aumentando a consciência pedagógica e a capacidade profissional dos professores, tornando a universidade mais efetiva e vinculada o seu entorno social;
- prestar contas à sociedade, justificando a sua existência e fornecendo informações que sejam necessárias ao conhecimento da população.

3.12.3 Gestão do Curso em Relação aos Processos de Avaliação

A gestão do Curso de Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa é realizada com base nos resultados das avaliações externas e internas da IES. Em cumprimento a Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes, o Setor foi regulamentado pela Resolução nº 051, que regulamenta a Avaliação Institucional no âmbito da Universidade, que tem como objetivo assegurar o processo de Avaliação Institucional da Universidade, dos cursos de graduação e sequenciais, de pós-graduação “*latu e stricto sensu*”, do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art. 9º, VI, VIII e IX da Lei nº 9.394, de dezembro de 1996.

Com base nos insumos das avaliações, exemplificamos as principais ações realizadas no plano de gestão em consonância com a CPA:

- a. Construção dos relatórios e apresentação dos Resultados das Avaliações Internas na página da CPA e Uniplac, Relatórios enviados às Coordenações e selo da CPA;
- e. Divulgação dos Resultados das Avaliações Externas e do Enade, na página da CPA (<http://www.uniplaclages.edu.br>);
- f. Reuniões com o NDE e o Colegiado docente e discente, para conscientização da necessidade de desenvolver uma cultura de avaliação onde todos se sintam responsáveis pelo sucesso do curso e da IES;
- g. Oficinas com aulas de Interpretação de Texto, Matemática e Atualidades;
- h. Diálogo com Corpo Docente e Discente com cruzamento dos dados de interpretações das Avaliações Internas e Avaliações Externas do curso e da IES;
- i. Implementação das ações solicitados pela Comunidade Acadêmica via Autoavaliação;
- j. Uso dos resultados da Avaliação Interna e Externa como Ferramenta de Gestão Pedagógica e Administrativa do Curso e da IES;
- k. Articulação do Projeto de Apoio Pedagógico e Psicopedagógico para os estudantes em virtude das observações e acompanhamentos;
- l. Visitas às salas de aula para conscientizar os alunos sobre a importância da sua participação na Avaliação Interna, o que é a CPA e o setor de Avaliação Institucional;
- m. Participação na consolidação e capacitação da comunidade acadêmica do novo processo de avaliação de aprendizagem.

O processo avaliativo da Uniplac segue o preconizado pelo Sinaes, adotando instrumentos, procedimentos e orientações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. Assim, trabalha com o entendimento de que “Conceito Preliminar de Curso – CPC” é um indicador de qualidade que pretende instruir o processo de Reconhecimento ou de Renovação de Reconhecimento do Curso. Os indicadores de qualidade definem os conceitos dos cursos demonstrando se a consolidação do processo avaliativo atende ou não aos critérios de qualidade esperados pelo órgão regulador Inep, atendendo a esses critérios, os cursos são reconhecidos ou renovados até o próximo ciclo avaliativo.

3.12.4 Ações do Curso em Relação ao Enade

A Coordenação do Curso de Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa em parceria com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) e a Pró-Reitoria de Ensino (Proens) da Uniplac desempenha um papel estratégico na preparação dos estudantes para a prova operatória do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

O objetivo principal dessas iniciativas conjuntas é conscientizar os estudantes sobre a relevância do ENADE não apenas como uma avaliação individual, mas também como um indicador da qualidade do ensino oferecido pela instituição. Ao destacar a importância da preparação contínua para o exame buscamos não apenas garantir o bom desempenho dos alunos, mas também promover uma cultura de excelência acadêmica e comprometimento com a qualidade do ensino superior.

Trabalhando em conjunto promovemos ações direcionadas para conscientizar a comunidade acadêmica sobre a importância da preparação contínua para o ENADE, sendo:

- a) Avaliação do resultado do ENADE: com base nos dados estatísticos do último Enade, a gestão do curso realizará estudos, junto ao NDE e Colegiado, para identificar oportunidades de melhoria no desenvolvimento dos conhecimentos específicos das disciplinas, para articulação metodológica no âmbito na diversidade de práticas para o ensino e aprendizagem do estudante.
- a) Devolutivas das Avaliações: trabalho individual com os colegiados para conscientização dos professores e reforço das definições de prazos e normas estipuladas pela Uniplac;

- a) Modelo de Avaliação: a Uniplac desenvolveu um projeto com oficinas de elaboração de provas operatórias no intuito de aprimorar a metodologia de avaliação que os professores vêm desenvolvendo até o momento. Este modelo possibilita, também, aproximar os alunos da metodologia do Enade;
- a) Projeto de Nivelamento: Apoio para sanar as dificuldades relacionadas à leitura e escrita – a Uniplac possui atualmente um Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico (PAAP) do estudante que contribui para a ampliação dos conhecimentos em leitura, escrita, interpretação de textos, lógica matemática e atualidades;
- a) Cumprimentos das normas e prazos – foi desenvolvido um Manual do professor para facilitar e qualificar as ações de todo o corpo docente;
- a) Capacitação semestral do corpo docente sobre didática e avaliação;

Desde a oferta de palestras e workshops até a disponibilização de materiais de estudo e a promoção de atividades práticas, essas estratégias são fundamentais para auxiliar os alunos a desenvolverem as competências necessárias para o ENADE. Este esforço conjunto não só visa garantir o bom desempenho dos estudantes no exame, mas também promover uma cultura de excelência acadêmica e comprometimento com a qualidade do ensino superior.

Além disso, é importante ressaltar que todas essas ações envolvem não apenas os alunos, mas toda a comunidade acadêmica. A participação e a apropriação dos resultados das avaliações fortalecem ainda mais o compromisso de todos com o aprimoramento contínuo da instituição.

Destaca-se também que a avaliação institucional, coordenada pela CPA, ocorre semestralmente em todos os cursos da instituição de ensino superior (IES), e progressivamente os índices de desempenho são aprimorados. Esse processo reflexivo e contínuo é essencial para garantir uma educação de qualidade e alinhar as práticas acadêmicas com as necessidades e demandas do mercado e da sociedade em geral.

3.12.5 Participação dos Discentes no Acompanhamento e na Avaliação do PPC

No processo de acompanhamento e avaliação do PPC, em âmbito institucional, a prática de ações permanentes é referendada em decisões compartilhadas pela comunidade

acadêmica como condição imprescindível à construção de um projeto que se concebe democrático e aberto.

Nesse sentido, o Curso de Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa possibilita a participação dos estudantes em todas as instâncias e níveis de decisão, constituindo instrumento essencial para o aprimoramento da capacidade institucional de enfrentar desafios e construir o novo.

Está prevista a participação de representantes discentes nas reuniões de colegiado e reestruturações de PPC e a qualquer momento, por iniciativa dos estudantes, é possível incluir nas pautas das reuniões, itens relativos ao processo de avaliação do curso.

Neste sentido, os professores integrantes do processo formativo encontram-se comprometidos na mobilização dos discentes para a participação em processos de discussão e avaliação.

3.13 Atividades de Tutoria

As atividades de tutoria tratam do aspecto logístico de suporte ao aluno, atendendo às demandas didático-pedagógicas das disciplinas em EaD. O mesmo é composto por dois papéis:

a) **Professor-tutor:** tem a função de atender às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular. O tutor compreende o processo de mediação pedagógica junto aos discentes. Do mesmo modo, acompanha os encontros presenciais (quando ocorrem) bem como realiza a interação com os alunos através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), atuando como facilitador e orientador do processo pedagógico. Além dos encontros presenciais pré-definidos, o professor-tutor encontra-se disponível para o atendimento ao aluno, semanalmente, das 18h00 às 22h00, no setor de EaD da universidade. Para tanto, o professor-tutor possui o domínio do conteúdo, recursos e mídias a serem trabalhados. A devolutiva aos alunos ocorre no prazo máximo de 24hs (em dias úteis), por meio das ferramentas de comunicação do AVA.

b) **Técnico:** esse profissional, que atua como técnico administrativo de nível superior, tem como função participar do acompanhamento docente e discente, oferecendo o suporte técnico necessário na EaD. Sendo assim, acompanha o andamento das atividades dos acadêmicos, auxilia também na promoção das avaliações institucionais internas dos docentes e discentes, além de participar de reuniões semanais entre professores-tutores, *designer* instrucional e apoio pedagógico. O suporte técnico está disponível para atendimento aos alunos semanalmente das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 22h00, no setor de EaD da universidade.

A equipe pedagógica da EaD e o *designer* instrucional realizam acompanhamento semanal com os tutores, recebendo e repassando feedbacks, analisando o desempenho dos alunos e da disciplina em relação às ferramentas didáticas utilizadas, bem como ao orientar a

realização de melhorias no acompanhamento e atendimento ao aluno, gerando ações retificadoras, quando necessário, e planejando atividades futuras. Além disso, os discentes, participam, semestralmente, do processo de Avaliação Institucional Interna, promovido pela CPA, com resultados encaminhados aos devidos setores para ações de melhoria.

3.14 Conhecimentos, Habilidades e Atitudes Necessárias às Atividades de Tutoria

A equipe de tutoria é composta por profissionais com formação superior, capacitados para atuar com as tecnologias disponíveis na Instituição, entre eles o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) – Moodle. Possuem conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para atuar como professor-tutor, alinhados com o PPC. Esta equipe participa semanalmente de reuniões avaliativas com profissionais com formação pedagógica com o objetivo de aperfeiçoamento, além de receberem capacitação sempre que são levantadas demandas. Normalmente, essas demandas são oriundas dos instrumentos de avaliação ou das próprias reuniões estratégicas do setor.

3.15 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem

A Uniplac propõe um modelo denominado “Uniplac em Rede”, para suas disciplinas na modalidade a distância, o mesmo é composto de quatro elementos chaves que buscam garantir a qualidade da oferta de cursos na modalidade EaD. São eles:

- (a) Sistema Didático;
- (b) Sistema de Comunicação;
- (c) Sistema Tutorial e
- (d) Sistema de Avaliação.



No que tange às disciplinas na modalidade à distância, o sistema de comunicação permite a execução do projeto pedagógico do curso e das disciplinas. O sistema de comunicação é composto por todas as ferramentas tecnológicas que garantem a acessibilidade e promovem a interação entre professor-tutor e aluno, aluno e aluno, aluno e tutor técnico, tutor técnico e professor tutor. Tal processo ocorre através de: (a) Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); (b) presencialmente; (c) via e-mail e (d) por telefone. A plataforma utilizada pela Uniplac é o Moodle, um sistema de gerenciamento de aprendizagem, gratuito e de código aberto. Esse ambiente possibilita a interação, colaboração e integração da comunidade envolvida através do uso de seus recursos, disponibilizados por meio de ferramentas síncronas e assíncronas.

A universidade disponibiliza, ainda, no setor de EaD, laboratórios e espaços de estudos aos alunos com computadores que promovem a acessibilidade digital, tal como sintetizador de voz, utilizando também os recursos de acessibilidade, nativos do Moodle. Além do Moodle, buscando qualificar a comunicação e o trabalho de sua comunidade interna, a Uniplac fez a parceria com o Google para o projeto de implantação do *Google for Education*, desde 2017. Esse projeto disponibiliza todas as ferramentas que o Google oferece, mas sob a gestão da Uniplac. Essa iniciativa possibilita o acesso ao e-mail, *Drive*, *Classroom* e outras ferramentas de forma flexível e armazenamento de dados ilimitado. O principal objetivo é prover um ambiente seguro para que o aluno e o professor possam interagir de forma a fomentar a colaboração entre todos através da plataforma Google for Education, compartilhando documentos com todos e interagindo em uma sala de aula virtual, integrados ao Moodle, sempre que necessário.

3.16 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

No que tange às disciplinas na modalidade à distância, o sistema de comunicação permite a execução do projeto pedagógico do curso e das disciplinas. O sistema de comunicação é composto por todas as ferramentas tecnológicas que garantem a acessibilidade e promovem a interação entre professor-tutor e aluno, aluno e aluno, aluno e tutor técnico, tutor técnico e professor tutor. Tal processo ocorre através de: (a) Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); (b) presencialmente; (c) via e-mail e (d) por telefone. A plataforma utilizada pela Uniplac é o Moodle, um sistema de gerenciamento de aprendizagem, gratuito e de código aberto. Esse ambiente possibilita a interação, colaboração e integração da comunidade envolvida através do uso de seus recursos, disponibilizados por meio de ferramentas síncronas e assíncronas.

3.17 Material Didático

Na Universidade é priorizada uma aprendizagem contextualizada, pois vai além do material didático e busca o desenvolvimento do processo global de ensino e aprendizagem do aluno. Esse sistema é apresentado para o apoio pedagógico e orientação ao estudo do aluno, sendo composto pelo manual de orientação do aluno, caderno de estudos (caso necessário), objetos de aprendizagem, atividades *on-line* e presenciais (quando programadas), bem como todo conteúdo didático previsto no Projeto do Curso. A produção desses materiais deve primar pela linguagem dialógica, isto é, todas as partes do texto a serem apresentadas aos alunos precisam ser articuladas. Para que o material seja desenvolvido pelo professor-autor, são realizadas reuniões com foco em orientação para a elaboração de material didático e cumprimento de prazos.

As disciplinas institucionais da Universidade, oferecidas na modalidade à distância, passam pelo processo de planejamento e criação com o acompanhamento de uma equipe de *Design Instrucional* (DI). Entende-se material instrucional como tudo o que se refere às ferramentas que dão suporte pedagógico para a EaD, tais como: cadernos de estudos digitais, e-books, videoaulas, infográficos, vídeos, hiperlinks, áudios, manuais de orientação do aluno, atividades *on-line* e presenciais (quando necessário), plano de ensino, recursos de acessibilidade, dentre outros recursos didáticos previstos no projeto do curso. O sistema didático também prevê a oferta de iniciação do discente a esta modalidade, através de uma capacitação do uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), além do ensino de boas práticas para o aproveitamento de um curso à distância. Além disso, o material instrucional é a mídia-base para o desenvolvimento do conhecimento na área abordada e será elaborado a

partir de orientações repassadas pela equipe de *Design* Instrucional (DI), o qual serve de guia para o professor-autor.

A equipe de DI é composta por um grupo multidisciplinar formado por professores e técnicos e tem como responsabilidade principal dar os encaminhamentos necessários e acompanhar a elaboração dos materiais instrucionais. Na relação de atribuição da equipe consta:

- fazer contato com os professores autores;
- orientar os professores autores em relação à estrutura padrão dos materiais;
- definir prazos de entrega dos materiais e atuar como facilitador para que esses prazos sejam cumpridos;
- acompanhar o desenvolvimento dos materiais, dando as orientações e o suporte necessários aos professores autores;
- fazer as revisões do material ou encaminhar a revisores externos, se necessário;
- acompanhar as revisões e as ampliações dos materiais;
- solicitar ao gestor do setor de EaD o encaminhamento do contrato de prestação de serviço dos professores-autores à Fundação Uniplac;
- garantir o rigor científico e a escrita dentro das normas cultas da língua portuguesa;
- assegurar que não seja cometido nenhum tipo de apropriação indevida de conteúdos (plágios);
- mediar a interação do professor-tutor com o material instrucional.

O professor autor é o responsável pelo desenvolvimento do material instrucional do curso e será contratado mediante demanda de trabalho. Esse profissional deve conhecer as possibilidades e ferramentas do ambiente, pois deverá interagir com a equipe de DI para entender a potencialidade dos recursos a serem utilizados e elaborar o desenho da disciplina de forma a contemplar todas as potencialidades. Portanto, é de sua responsabilidade:

- produzir os conteúdos e atuar na estruturação dos objetos de aprendizagem;

- elaborar os mapas de atividade e o plano de ensino, baseados nas ementas das disciplinas;
- propor as atividades avaliativas *on-line* e oferecer diretrizes para as correções das mesmas através de rubrica de avaliação.

Esse modelo de design instrucional é cíclico, pois, após a instrução ter sido testada e avaliada, ela será utilizada para a retroalimentação do modelo, de forma a permitir a sua evolução contínua (Filatro, 2008).

O material didático é produzido e/ou organizado pelos próprios docentes da Uniplac, podendo abranger os mais variados tipos de objetos de aprendizagem, como, por exemplo, textos instrucionais, artigos, vídeos aula, apostilas virtuais, indicação de documentários, etc. A forma de distribuição desses materiais didáticos ocorre de modo digital, no Ambiente Virtual de Aprendizagem de cada uma das disciplinas oferecidas.

3.18 Encontros Presenciais

As disciplinas institucionais na modalidade EaD são desenvolvidas com 01 (um) encontro presencial, que será a avaliação presencial, com direito a recuperação. Neste intervalo de tempo, entre o início da disciplina e a avaliação, as atividades serão desenvolvidas online, no AVA. Caso o aluno não consiga sanar suas dúvidas, através das mídias, poderá comparecer presencialmente ao setor de EaD, pois os tutores estão disponíveis para atendimento presencial, de segunda a sexta das 18h às 22h.

No início de cada semestre, os calouros recebem uma capacitação, na qual são apresentadas as disciplinas que serão disponibilizadas na modalidade EaD. Nesta capacitação, os acadêmicos são instruídos e treinados para efetuarem seus acessos, através de senha particular, capacitados a desenvolverem todas as atividades apresentadas no AVA. Cada pessoa possui seu tempo próprio, para assimilar os novos conhecimentos e recursos disponibilizados, caso o acadêmico não tenha suas dúvidas esclarecidas nestas capacitações, ou não possa comparecer, o setor de EaD possui tutores técnicos e pedagógicos que auxiliam nas dificuldades. O setor de EaD possui seu expediente de segunda a sexta das 08h às 12h e das 13h30min às 22h.

3.19 Procedimentos de Acompanhamento e de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem

O processo de avaliação da aprendizagem está normatizado no Regimento Geral da Universidade, aprovado em setembro de 2012, artigo 122, como um “processo contínuo e cumulativo do desempenho do estudante, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos” e também de acordo com a Resolução Consuni n. 207, de 20 de janeiro de 2016 que estabeleceu uma nova metodologia de avaliação, e segundo o artigo 5º, *"deve ser entendida como um conjunto de conceitos e práticas que incluam a verificação da apropriação de conhecimentos, do desenvolvimento de habilidades e atitudes, que são compreendidos como: I – Conhecimentos: são saberes acumulados dentro e fora de processos de ensino-aprendizagem; II – Habilidades: são capacidades de utilizar os conhecimentos produtivamente e III – Atitudes: são vontades concretizadas em atos, de transformar qualitativamente a realidade com base em sentimentos e valores"*.

No curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa a avaliação visa o desenvolvimento de um processo de aperfeiçoamento contínuo e de crescimento qualitativo, caracterizados pela coerência das atividades quanto à concepção e aos objetivos do projeto pedagógico e quanto ao perfil do profissional formado pelo curso de Letras. Especificamente quanto aos procedimentos de avaliação, tem-se que, além dos exigidos institucionalmente, são diversos, dependendo da disciplina ministrada, atendendo os objetivos propostos no plano de ensino. Dentre os instrumentos de avaliação comumente empregados, destacam-se os seguintes: avaliações escritas, avaliações orais, simulados com questões operatórias, exercícios práticos, trabalhos em grupo, trabalhos individuais, resolução de problemas, elaboração de planos de aula, simulação de microaulas, debates em sala de aula, júri simulados, estudos de texto, ensaios, estudos dirigidos, uso de ambiente virtual, apresentação de seminários, entre outras ações.

Em relação à avaliação integrativa estas são elaboradas no formato do Seminário Interdisciplinar do curso, com a proposição de questões práticas criadas de acordo com as informações do perfil do egresso do curso de Letras. Essa modalidade de avaliação propicia a elaboração de projetos em grupo para a resolução de problemas apresentados. Para tanto, é necessário integrar os conhecimentos, competências e habilidades trabalhados nas disciplinas do semestre em curso. As atividades são acompanhadas por um professor-orientador e, posteriormente, defendidas pelos grupos perante uma banca composta pelos professores do curso, contando com a participação de todas as turmas do curso.

A atribuição de conceitos se dará por números em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez), e ao final do semestre será considerado aprovado quem obtiver no somatório das avaliações, nota mínima igual a 7,0 (sete vírgula zero) e frequência igual ou superior a 75% da carga

horária.

Ao longo das práticas avaliativas, a frequência e o desempenho dos Acadêmicos devem ser levados em consideração na perspectiva processual, sendo que a avaliação final será resultante da nota atribuída pelo professor da disciplina. Será considerado aprovado o aluno que obtiver conceito numérico igual ou superior a 7,0 pontos, bem como frequência igual ou superior a 75%.

Exige-se, conforme regulamentação da Universidade que cada professor realize no mínimo duas avaliações, com duas avaliações de recuperação. Como também, obrigatoriamente, a cada semestre os estudantes submetem-se a uma “Avaliação Integrativa”, oportunidade em que se exercita a avaliação a partir da integração de conteúdos de disciplinas nas quais o estudante esteja matriculado, oportunidade em que poderá expressar sua autonomia diante de sua concepção de realidade.

No curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa os procedimentos de avaliação são considerados como etapa importante no processo ensino-aprendizagem entendendo que o ensino, não é mera transmissão de informações, mas a transformação do cidadão, e a aprendizagem, a construção e reconstrução do conhecimento e dos valores, permitindo ao aluno total autonomia na busca pelo conhecimento. Cada professor responsável pela unidade curricular define, no início do semestre, o tipo de avaliação que será aplicado no decorrer das atividades, sejam elas teóricas ou práticas, bem como os instrumentos (provas, seminários, exercícios, relatórios, projetos ou outros) a serem utilizados para tal fim, respeitando as especificações de cada área e a avaliação de aprendizagem deve seguir as determinações da Resolução n. 207, de 20 de janeiro de 2016.

Quanto à avaliação interna, a gestão do curso de Letras utiliza-se dos dados da avaliação institucional e das avaliações externas como insumo para o aprimoramento contínuo do planejamento do curso e do plano de ação do coordenador. Nesse processo, evidencia-se a apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e a existência de um processo de autoavaliação periódica do curso.

3.20 Número de Vagas

A Uniplac localiza-se em Lages, município com maior extensão territorial de Santa Catarina. É reconhecida como uma instituição de ensino superior de excelência na região serrana do estado, com o oferecimento de uma ampla variedade de cursos, com destaque para os cursos de licenciatura, sendo que especificamente o Curso de Letras – Língua Portuguesa e

Língua Inglesa foi estabelecido desde o ano de 1970. Assim, evidencia-se como um dos mais antigos cursos de Letras do estado e o único da região que vem formando desde então, na modalidade presencial, profissionais comprometidos e competentes para atuarem na educação, sendo que grande parte dos atuais docentes são egressos do próprio curso.

Lages conta atualmente com 33 unidades escolares do ensino fundamental na rede pública municipal e 24 escolas na rede estadual, conforme dados da Secretaria Municipal de Educação de Lages (SMEL) e da Coordenadoria Regional de Educação de Lages (CRE). Além disso, desempenha um protagonismo de grande influência para os municípios circundantes da região da serra catarinense. Mais especificamente, como polo regional da Amures (Associação dos Municípios da Região Serrana), entidade composta por 18 municípios, a Uniplac desempenha um papel fundamental na formação de professores para atuar nas 54 escolas estaduais da área.

Dessa forma, os egressos do curso de Letras da Uniplac contribuem para o desenvolvimento regional, especialmente na formação de alunos proficientes na leitura e na escrita, na formação continuada de professores e na atuação em outras áreas atreladas aos meios de comunicação, assessorias em empresas e escolas de idiomas, por exemplo.

Nesse contexto, concebe-se o Curso de Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa da Uniplac de modo a atender as necessidades da Educação Básica no momento atual, tendo em vista as alterações recentes na política curricular nacional a partir de documentos como a Base Nacional Comum Curricular e o Currículo Base do Território Catarinense.

Considerando que componentes curriculares de Língua Portuguesa e Língua Inglesa são essenciais para as turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e em todas as séries do Ensino Médio, torna-se evidente a importância da formação contínua para os professores que lecionam nessas etapas pelo curso de Letras da Uniplac.

Além dessa demanda proveniente da educação pública municipal e estadual, também há diversas possibilidades de atuação para os profissionais com formação na área de Letras em escolas da rede privada da cidade de Lages e de toda a região. Da mesma forma, há muitas escolas de idiomas que necessitam de profissionais para trabalharem com a língua inglesa, sendo este também um importante espaço para a atuação dos egressos do curso.

Nessa perspectiva, o Curso de Licenciatura em Letras da Uniplac oferece 40 vagas disponibilizadas aos interessados. A alta demanda por este curso reflete sua reputação de qualidade no ensino oferecido. O corpo docente, altamente dedicado e participativo, desempenha um papel fundamental no aprimoramento contínuo do curso, tanto no aspecto do ensino-aprendizagem quanto na melhoria da infraestrutura disponível.

Cabe ressaltar que esse número de vagas é suficiente para atender a demanda atual pelo curso e é condizente com a estrutura das salas de aula, laboratórios, acervo de livros da biblioteca e número de docentes disponibilizados pela instituição.

3.21 Integração com as Redes Públicas de Ensino

São várias as formas por meio das quais a Uniplac promove a sua integração com as escolas de educação básica públicas municipais e estaduais situadas na sua região de abrangência. Diversas ações são realizadas, dentre elas, destacamos o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), o Programa Residência Pedagógica (PRP), o Programa de Desenvolvimento Regional (Proesde Licenciatura), as atividades de estágio e práticas extensionistas, além da parceria na realização de eventos. Tudo isso é possível por meio dos convênios celebrados pela Uniplac com a Secretaria de Estado da Educação (SED), especialmente por meio da Coordenadoria Regional de Educação de Lages e da Coordenadoria Regional de Educação de São Joaquim, e com a Secretaria Municipal da Educação de Lages (SMEL). Esses termos de convênio possibilitam a cooperação técnica para a realização de Estágios Curriculares Obrigatórios em unidades de Ensino da Secretaria de Estado da Educação e também com a Secretaria Municipal de Educação.

3.21.1 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid)

As maiores virtudes e, ao mesmo tempo, os maiores desafios da Uniplac estão na forma como se coloca para o seu entorno e no Brasil:

- comunitária, porque inserida em contexto histórico marcado pelo coronelismo e o clientelismo, em que é urgente a inserção política e social das camadas menos favorecidas da população;
- desenvolvimentista, porque inadiável a superação dos piores IDHs de Santa Catarina e a promoção do crescimento econômico com justiça social e sustentabilidade.
- este compromisso está expresso no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024/2028, por meio da sua Missão que é “Ser uma universidade de referência para a transformação dos padrões socioeconômicos e culturais da região”.

Até finais da década de sessenta do século XX, a Uniplac era a única IES na região, portanto, é neste contexto que os seus cursos de formação docente passam a trabalhar na perspectiva de contribuir para a superação dos indicadores regionais do IDH. Com o PIBID, a Uniplac objetiva inserir os alunos bolsistas no cotidiano das escolas da rede pública municipal e estadual; contribuir para a construção da sua identidade profissional; ampliar a qualificação das ações acadêmicas voltadas para a formação docente; promover a articulação entre a Instituição de Educação Superior e a Educação Básica; superar o excesso de teorização da formação e ainda contribuir para a transformação social pela educação.

Nesta perspectiva, a Uniplac, visa fortalecer as escolas de Educação Básica como espaços efetivos de formação docente, com vistas a qualificar o processo de ensino e em consequência, oportunizar uma aprendizagem significativa e contextualizada, tanto para os alunos dos cursos de licenciatura, quanto os da Educação Básica, atendendo ao disposto no “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação” (Decreto 6.094/2007), quando se refere ao “foco na aprendizagem”, na perspectiva de melhorar os índices da Educação Básica brasileira, como o Ideb.

Destaca-se que este compromisso com a formação de professores e a Educação Básica reforça a articulação com as propostas governamentais para e pela a Educação, a missão da Uniplac, assim como os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura desta Instituição, no que tange a relação da formação com a atuação dos seus alunos num processo interdisciplinar, com vistas a promoção e a formação social e cultural, ancorados na pesquisa e na extensão como possibilidades de formação.

Nesse sentido a opção de inserir os alunos bolsistas em escolas com diferentes índices do Ideb, também está amparado na possibilidade das diferentes e desafiadoras vivências, possibilitando diferentes análises que devem ser discutidos coletivamente com vistas a compreensão dos limites e das possibilidades para o rompimento dos padrões estereotipados em relação a Educação Pública. Esta participação deverá ter caráter dinâmico e articulado no contexto interno das Unidades Escolares, pois, considera-se como processo de inserção destes alunos na realidade escolar toda a efetiva participação no planejamento escolar, na avaliação, em reuniões pedagógicas da comunidade educacional, quanto nas reuniões de pais.

O processo reflexivo externo é proposto por encontros de estudos sistematizados envolvendo Coordenador institucional, coordenadores de área, supervisor, bem como os alunos com objetivo de analisar, refletir e promover constantemente as condições necessárias para a articulação entre os envolvidos que possibilite a qualificação do processo de ensino aprendizagem. Sendo assim, este projeto se constitui numa proposta que se fundamenta na práxis, cujos envolvidos devem dispensar a ampla atitude investigativa e interativa, preconizadas pelo Plano de Metas Compromissos Todos pela Educação, Pibid e a missão da Uniplac.

No último edital vigente do Pibid a Uniplac contou com a concessão de oito bolsas para acadêmicos que participar do Projeto Interdisciplinar, composto também por acadêmicos dos cursos de Matemática e Pedagogia, com atuação em uma escola pública municipal de Lages pelo período de 24 meses.

3.21.2 Residência Pedagógica (PRP)

Esse programa procura desencadear ações que possibilitem aos acadêmicos o conhecimento e a análise da realidade escolar, entrelaçando o espaço da prática educativa com o espaço de formação. A iniciação à docência, por meio do PRP, viabiliza a condição de vivenciar as situações da profissão, com todo um suporte formador/problematizador, que assegura a aprendizagem de situações da prática docente, que seriam vivenciadas somente no momento do estágio curricular obrigatório inserido na estrutura curricular dos cursos de licenciaturas.

A relação entre o processo de formação e as práticas alfabetizadoras vivenciadas no cotidiano das salas de aulas nas escolas subsidia articular, o processo de formação e o processo de alfabetização, buscando a superação da formação dos acadêmicos no modelo tradicional, normativo, prescritivo, mas uma formação capaz de refletir sobre sua experiência para compreender e melhorar o ensino. Os resultados apontam que a formação durante o processo é um elemento essencial à própria constituição da área de alfabetização enquanto campo pedagógico. O convívio oportunizado, ao longo do desenvolvimento do trabalho, viabilizará a troca de conhecimentos e experiências, levando-nos a refletir não apenas acerca dos comportamentos sociais, dos sujeitos envolvidos no projeto, como também do nosso, enquanto profissional da educação.

Daí a necessidade de repensar a formação de professores a partir do contexto de seu trabalho, que integra a formação acadêmica e a vivência como docente em sala de aula. A interseção entre o espaço de formação e de formação no espaço, da sala de aula intensifica as possibilidades de um processo formativo nos contextos concretos da prática educacional superando um conhecimento ingênuo da realidade.

Nesse sentido como um espaço privilegiado para a formação dos acadêmicos dos cursos de licenciaturas superando o modelo da racionalidade técnica possibilitando uma base reflexiva na sua formação insere-se o Programa de Residência Pedagógica, que tem como objetivos, entre outros, a formação de professores para a educação básica, contribuindo para a elevação da qualidade da escola pública; a valorização do magistério; a inserção dos acadêmicos dos cursos de licenciaturas no cotidiano de escolas da rede pública de educação, promovendo a integração entre educação superior e educação básica.

O programa concede bolsas de iniciação à docência não só aos acadêmicos e professores da universidade, mas, também aos professores de escolas públicas (supervisores), que acompanham as atividades dos bolsistas no espaço escolar, contribuindo com o seu

processo de formação em articulação com o formador da universidade, constituindo-se dessa forma uma possibilidade para superar o desafio do distanciamento entre os espaços de formação e a realidade da escola e do exercício da profissão.

O PRP traduz-se numa proposta de superar algumas visões ingênuas, acerca da escola, do conhecimento, e da própria profissão de ser professor. Durante o processo de inserção nas escolas os acadêmicos observam e vivenciam diferentes situações do cotidiano escolar, percebem os limites e as possibilidades da ação docente, participam constantemente dos desafios encontrados pelos professores regentes das turmas, percebem os diferentes encaminhamentos metodológicos organizados, para contribuir no processo ensino aprendizagem do estudante, que por algum motivo não acompanha o ritmo da turma.

Os acadêmicos participantes do PRP vivenciam intensamente seu processo de formação nos anos finais do Ensino Fundamental. O curso de licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa da Uniplac insere-se nesse programa com projetos na área da Língua Portuguesa e desenvolverá suas atividades atuando em escolas da rede pública do município de Lages/SC, que podem ser localizadas no centro da cidade e ou localizada em bairro. Por serem escolas que podem ser localizadas em diferentes contextos, a relevância de atuar e conhecê-las tornar-se-á significativa.

A partir do momento, que compartilhamos signos, linguagens e culturas convivemos e aprendemos diferentes situações nas dimensões sociais, política, econômica e cultural, que estão presentes no contexto escolar. Esse movimento possibilitará compreender as práticas sociais e culturais, e não as julgar, e permitirá ainda, entender o ato educacional como um ato eminentemente político e formativo. Os bolsistas vão se constituindo no seu fazer diário, por meio de conhecimentos, que vão adquirindo, produzindo, na relação com as crianças e nos desafios que aparecem.

A iniciação à docência por meio do PRP viabiliza a condição de vivenciar as situações da profissão, com todo um suporte formador/problematizador, que assegura a aprendizagem de situações da prática docente, que seriam vivenciadas somente no momento do estágio curricular obrigatório inserido na estrutura curricular dos cursos de licenciaturas.

A vivência no programa oferecerá aos bolsistas, a condição de uma aprendizagem sobre a docência, sendo favorecida significativamente pelas horas dedicadas ao acompanhamento das crianças nas escolas pelos registros das situações e acontecimentos da sala de aula, pelo tempo destinado ao estudo do referencial teórico, o diálogo permanente e a discussão nos seminários dos livros/referenciais estudados.

Também é de fundamental importância a compreensão de uma prática educativa

pautada pela ética, pelo respeito entre professor e estudantes com os quais se estabelece relação nas escolas e pelo compromisso com a própria formação docente.

A escola é um espaço de ensino, aprendizagem, vivência de valores. É um espaço privilegiado para a formação inicial dos bolsistas, A escola é, então, o espaço de socialização onde o professor aprende os modos de ser e agir na profissão.

A noção de fazer da escola um espaço de troca de saberes, parte do reconhecimento de que a escola não é neutra, mas representa um tipo de educação. A escola ao mesmo tempo produz e reproduz saberes, que legitimam ou não as desigualdades, portanto também é um fazer político. O interesse pela emancipação, pelo crescimento intelectual e pessoal dos bolsistas acontecerá nestes espaços de diferenciação, o que se refere também as relações de poder imbricadas na educação.

Nesse sentido, o projeto procura desencadear ações que possibilitem aos bolsistas do curso de Letras o conhecimento e a análise da realidade escolar, entrelaçando o espaço da prática educativa com o espaço de formação.

3.21.3 Programa de Desenvolvimento Regional – Proesde/Licenciatura

É de conhecimento geral que a Educação é um assunto importante na sociedade e na formação dos sujeitos. Sabendo disso, torna-se de suma importância estudo sobre as perspectivas da comunidade escolar a respeito da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento norteador publicado em 2017, cujo principal objetivo é relacionar os principais conteúdos/objetos de conhecimento para a Educação Básica.

Conforme documentos como a Constituição Brasileira (1988), a educação é um direito de todos e dever do Estado e da Família. Neste sentido, também se torna um objetivo a oferta da educação de qualidade, para isso dispõe-se de políticas públicas e leis para o auxílio e garantia destes direitos.

As disposições da BNCC são tema atual e muito discutido no âmbito escolar, mas para algumas instituições e alguns docentes, este documento está sendo um grande desafio, uma vez que, observa-se que sua função e objetivo não estejam esclarecidos totalmente.

Devido à proposta de implementação da Base Nacional Comum Curricular, em que tem como objetivo subsidiar a base do ensino nas escolas de todo o território nacional, para um ensino inovador e contextualizado com a vivência dos estudantes dentro e fora dos muros escolares.

O programa de educação superior para desenvolvimento regional PROESDE/Licenciaturas teve como objetivo mobilizar os acadêmicos dos cursos de graduação de diferentes licenciaturas para estudar e analisar os cadernos da Proposta Curricular de Santa Catarina do ano de 1991 à 2014, a Base Comum Curricular do Território de Santa Catarina e por fim, elaboração de planos de aula dentro das temáticas apresentadas.

O estudo destas propostas nos levou a grandes reflexões sobre a aplicabilidade dos conteúdos estabelecidos em metodologias diferenciadas para maiores aprendizados dos estudantes da Educação Básica (Educação Infantil e Ensino Fundamental, anos inicial e anos finais), conforme estabelece a Base Curricular Catarinense.

O PROESDE Licenciatura, como parte do Programa UNIEDU, tem como objetivo promover a qualificação dos estudantes das licenciaturas para intervir e contribuir na qualidade da educação básica, mediante a articulação entre os cursos de licenciatura, e atividades desenvolvidas nas unidades escolares (UEs) públicas de educação básica. O foco central do curso foi a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Infantil e Ensino Fundamental, a Proposta Curricular de SC (PCSC) e o Currículo.

A BNCC se expressa como um suporte para a estruturação curricular das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e Unidades Escolares. O estudo e a pesquisa tiveram como objetivo analisar a percepção dos docentes sobre a BNCC, identificar e caracterizar o conhecimento prévio dos professores em relação à Base, coletarem sugestões para sua aplicabilidade, identificar os desafios que proporcionam à escola e sua relação com PCSC, e prospectar estratégias de ação para a formação continuada dos professores visando uma educação de qualidade.

Além da produção realizada, destaca-se a dinâmica dos seminários regionais do PROESDE Licenciatura, que também proporcionaram debates com diversos atores da área educacional, sobre a temática em todas as regiões do estado, culminando com seminário estadual.

3.21.4 Convênio entre Secretaria de Estado da Educação e Universidade

O Termo de Cooperação n. 2021TN0745, de 04/08/2021 entre a Secretaria de Estado da Educação e a Uniplac tem como objetivo a regulamentação das condições de realização de estágio supervisionado e prática de ensino dos cursos da Uniplac. Para fins deste convênio, entendem-se como Estágio Supervisionado e Prática de Ensino as atividades assistidas

proporcionadas ao estudante para a sua formação profissional docente em situações reais de vida e de trabalho ligadas à área de formação.

Os estágios objeto do convênio têm caráter curricular e obrigatório e se constituem elemento essencial à diplomação do acadêmico.

Estágios curriculares obrigatórios e prática de ensino terão duração e carga horária fixadas de acordo com o previsto nos regulamentos internos dos cursos.

O prazo da realização do estágio e da prática de ensino poderá ser ajustado de acordo com o calendário acadêmico em andamento, mediante ciência e anuência da instituição concedente.

3.21.5 Convênio entre a Secretaria Municipal de Educação e Universidade

O Convênio n. 1155/2024 A-1 assinado em 08/02/2024, entre a Prefeitura Municipal de Lages, através da Secretaria Municipal de Educação e a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, mantenedora da Uniplac, tem como objetivo a regulamentação das condições de realização de estágio supervisionado e prática de ensino dos cursos da Uniplac. Para fins deste convênio, entendem-se como Estágio Supervisionado e Prática de Ensino as atividades assistidas proporcionadas ao estudante para a sua formação profissional docente em situações reais de vida e de trabalho ligadas à área de formação.

Os estágios objeto do convênio têm caráter curricular e obrigatório e se constituem elemento essencial à diplomação do acadêmico.

Estágios curriculares obrigatórios e prática de ensino terão duração e carga horária fixadas de acordo com o previsto nos regulamentos internos dos cursos.

O prazo da realização do estágio e da prática de ensino poderá ser ajustado de acordo com o calendário acadêmico em andamento, mediante ciência e anuência da instituição concedente.

3.22 Atividades práticas de ensino para licenciaturas

Por meio do Projeto Pibid e do Residência Pedagógica, a Uniplac insere alunos bolsistas no cotidiano das escolas. O objetivo principal é possibilitar aos alunos dos cursos de licenciatura a integração com o cotidiano das escolas, contribuindo assim, para a construção de sua identidade profissional.

Do mesmo modo, a aproximação dos acadêmicos do curso de Letras com as atividades práticas em escolas públicas se dá por meio da realização de projetos e ações pelos alunos bolsistas do UNIEDU, iniciativa do Governo de Santa Catarina, especialmente o

Proesde/Licenciatura.

Além disso, também são realizadas práticas extensionistas, por meio da intervenção de alunos em projetos de acompanhamento pedagógico e reforço escolar em escolas parceiras, conforme demanda apresentada pelas próprias unidades escolares.

Especificamente sobre as atividades de Estágio Curricular Obrigatório, a partir do 5º semestre, os acadêmicos do Curso de Letras, Língua Portuguesa e Língua Inglesa realizam suas atividades práticas nas escolas públicas e privadas da educação básica, localizadas na região da Serra Catarinense.

3.22.1 Prática como Componente Curricular

A Prática como Componente Curricular (PCC) nos Cursos de Licenciaturas foi introduzida nos currículos de licenciatura (CNE 1/2002 e CNE 2/2002) que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores para a Educação Básica. Segundo as diretrizes, a PCC deve ser integralizada em 400 horas, com atividades que aproximem os estudantes das licenciaturas da realidade escolar, ainda no início do Curso. No entanto, destaca-se que tais atividades não devem ser confundidas com as atividades do Estágio Curricular Obrigatório.

Nesse sentido, no Curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa a prática como componente curricular (PCC) faz parte de todo o currículo. As disciplinas de 4 créditos possuem 14h de PCC cada, enquanto as disciplinas de 2 créditos têm 7h de PCC, com exceção das disciplinas institucionais, estágios e práticas extensionistas. Assim, busca-se, por meio dessas atividades, articular ações de ensino, pesquisa e extensão, desenvolver práticas pedagógicas que articulem todos os componentes curriculares, na perspectiva de analisar e propor ações no âmbito da formação e de atuação do licenciado no cotidiano escolar.

O curso de Letras entende como possibilidades de PCC as seguintes atividades: debates, júris simulados, seminários, projetos de leitura, análise e produções de materiais didáticos, projetos interdisciplinares, participação na organização de eventos conforme perfil do curso, microaulas, entre outras ações.

4 CORPO DOCENTE E TUTORIAL

4.1 Núcleo Docente Estruturante – NDE

Os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) foram institucionalizados na Uniplac através da Resolução n. 088, de 24 de setembro de 2010. Conforme Portaria n. 147, de 02 de fevereiro de 2007 e instrumentos de avaliação de cursos aprovados pelo Parecer 380/2009/CEE/SC do Conselho Estadual de Educação, a Uniplac atende este requisito obrigatório.

Com a composição do colegiado, previsto no artigo 95 do Regimento Geral da Universidade, será feita a indicação do Núcleo Docente Estruturante do Curso, o qual terá atuação direta nas tomadas de decisões do curso.

A indicação dos representantes docentes do Núcleo Docente Estruturante (NDE) é feita por maioria simples, conforme Regimento Geral da Universidade, a partir de reunião com registro em ata, seguido de ofício encaminhado à Pró-Reitoria de Ensino, para conhecimento, e desta para o Reitor, que os nomeará.

É um órgão constituído de professores com titulação, preferencialmente, em nível *stricto sensu*, sendo responsável pela formulação, implementação e desenvolvimento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação (PPCs) da Uniplac.

No curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa o NDE foi constituído através da Portaria nº 058, de 04/04/2011 e reconstituído pela Portaria nº 022, de 26 de maio de 2020.

Atualmente o NDE do curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa é constituído pelos seguintes docentes, conforme o quadro abaixo:

Professor	Titulação	Portaria de Indicação
Carlos Eduardo Canani – Presidente	Mestre	Portaria nº 022, de 26/05/2020
Altamir Guilherme Wagner	Mestre	Portaria nº 028, de 03/04/2018
Kátia Marlowa Bianchi Ferreira Pessoa	Mestre	Portaria nº 169, de 06/09/2016
Maria Cândia Melo Pereira	Mestre	Portaria nº 062, de 12/05/2015
Rodrigo Coelho Ogliari	Mestre	Portaria nº 162, de 21/11/2018

Sendo assim, o NDE do Curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa é composto por professores com titulação de mestres e dispõem de carga horária compatível com a função, além de ter o coordenador como presidente do núcleo. É importante salientar

que o NDE hoje composto, sofreu poucas alterações recentes e vem atuando assiduamente desde sua constituição.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa constitui-se por meio de um grupo de docentes, com caráter consultivo, para acompanhamento do curso. Assim, atua no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso (PPC), visando a promoção de sua qualidade. São atribuições do NDE: elaborar, acompanhar a execução, propor alterações no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e/ou estrutura curricular; avaliar a adequação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades acadêmicas; zelar pelo cumprimento das diretrizes curriculares nacionais para o curso; propor os ajustes no curso a partir dos resultados obtidos na autoavaliação e na avaliação externa; levantar dificuldades na atuação do corpo docente do curso, que interfiram na formação do perfil profissional do egresso; indicar formas de articulação entre o ensino de Graduação, a extensão, a pesquisa e a Pós-Graduação.

O NDE reúne-se, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Presidente, no início de cada semestre letivo e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros. As decisões do NDE são tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes e, após cada reunião, é redigida uma ata com as deliberações. Os casos omissos são resolvidos pelo próprio NDE ou pelo Colegiado de Curso, de acordo com a competência dos mesmos.

4.2 Equipe Multidisciplinar

O setor de EaD da UNIPLAC conta com uma equipe multidisciplinar que compõem sua equipe de Design Instrucional (DI) responsável por todas as etapas de produção, revisão e disponibilização dos materiais didáticos.

Esta equipe é formada pelos seguintes profissionais: Revisor, Pedagogo, Designer Instrucional, Técnico Audiovisual, Técnico em Tecnologias, Tutor Técnico, Professores-Tutores, Professores-responsáveis por disciplinas.

O setor de DI, possui planejamento e controle de desenvolvimento de materiais, um plano de ação documentado e implementado através de diferentes ferramentas de gestão.

4.3 Atuação do Coordenador do Curso

De acordo com legislação e seguindo orientação dos instrumentos de avaliação de

curso do INEP, o coordenador do curso deverá ser da área profissionalizante de conhecimento do curso de Letras. Deverá, ainda, possuir experiência profissional na área do conhecimento e no magistério superior e ser capacitado para a gestão acadêmica. Essas características são observadas no perfil do atual coordenador.

A atuação do coordenador atende à demanda existente e está de acordo com o PPC e o PDI, considerando a gestão do curso e a relação com os docentes e discentes. Para tanto, é regida pelos Artigos 43, 44, 45 e 46 do Regimento Geral da Uniplac. Regimentalmente a coordenação do curso de Graduação é o órgão administrativo para assuntos didáticos, pedagógicos, disciplinares de cada curso, articulado à Coordenação de Graduação.

A atuação do coordenador de curso atende à demanda de alunos matriculados no curso, considerando os serviços de gestão, atendimento a docentes e discentes, sendo pautado em um plano de ação.

Exerce a supervisão das atividades de ensino, cumpre as decisões e normas emanadas dos órgãos superiores, supervisiona o cumprimento da integralização curricular e execução dos conteúdos programáticos e de carga horária das disciplinas buscando conjuntamente com o colegiado de curso favorecendo a integração e a melhoria contínua.

O trabalho do coordenador é avaliado semestralmente, quando os alunos e corpo docente avaliam por meio da avaliação institucional, disponíveis na página da Uniplac. A coordenação de curso também administra a integração multidisciplinar existente, administrando conflitos e adequando as necessidades encontradas, proporcionando e almejando a melhoria contínua.

4.3.1 Regime de trabalho do Coordenador

O regime de trabalho do coordenador atende as demandas, com 10 horas dedicadas à coordenação do curso, considerando o número de alunos matriculados, essas horas são adequadas para a gestão do curso. O planejamento de trabalho é pautado no plano de gestão e plano de ação do coordenador. Esses documentos são elaborados e atualizados constantemente a partir das necessidades do curso, focando em sua melhoria e aprimoramento constante. Muitas das ações são registradas nos próprios planos e também em Atas de reuniões de colegiado e do Núcleo Docente Estruturante. Além disso, a gestão do curso é continuamente avaliada pelo processo de avaliação institucional permanente, com os indicadores disponíveis para consulta, análises e ações para o aprimoramento das ações do coordenador.

4.4 Corpo Docente: Titulação

O colegiado e NDE priorizam o conhecimento do perfil profissiográfico do Curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa, bem como, em reuniões realizam análise sistêmica dos conteúdos. Atuam na constante adequação do projeto pedagógico do curso, resultantes em ações para incentivar a busca dos discentes pelo aprendizado e participações em pesquisas e projetos de extensão. Esse processo ocorre por meio das práticas pedagógicas, participações em eventos internos e externos da comunidade acadêmica.

O corpo docente do Curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa da Uniplac atualmente é constituído por profissionais altamente qualificados, composta por professores com formação *lato sensu*, mestres e doutores. Além disso, o Curso tem a preocupação com a qualidade pretendida, bem como a garantia maior de qualificação do egresso.

O colegiado do curso é responsável por analisar as demandas das disciplinas quanto ao seu conteúdo, bem como fomentar as discussões e trazer temas atualizados para a temática em sala de aula, proporcionando ao aluno uma atualização e o contato com temas atualizados.

De acordo com a Resolução da Uniplac n. 124, de 04/06/2014, o docente deve ter no mínimo especialização e formação didático-pedagógica (Metodologia do Ensino Superior, Metodologia da Pesquisa e Monografia) para ter seu credenciamento.

Atualmente o corpo docente do curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa por titulação é composto por 23 professores, sendo que as titulações estão representadas pelos percentuais abaixo:

Quadro de docentes por titulação do curso			
Titulação	Total	Percentual (%)	
Doutor	11	47,8%	91,3%
Mestre	10	43,5%	
Especialista	02	8,7%	8,7%
TOTAL	23	100%	

Esse cenário reflete a preocupação dos professores com a qualidade pretendida, bem como permite garantir maior qualificação dos egressos, com análises constantes dos componentes curriculares, por meio de atualização periódica das referências bibliográficas, realizadas em reuniões do NDE e ratificadas nas reuniões do colegiado de curso, estimulando os estudantes a desenvolverem o raciocínio crítico e humanístico aplicado em situações de

aprendizagem e nas atividades extensionistas.

. Os dados apresentados mostram-se favoráveis em relação à qualificação dos professores do Curso de Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa, considerando que 91,3% dos docentes possuem a titulação com pós-graduação em nível *stricto sensu*. Para garantir esse processo de aprendizagem ressalta-se que os professores possuem doutorado em educação e ambiente e saúde e mestrado em educação.

4.5 Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso

O regime de trabalho dos professores é diversificado. Está em fase de reestudos a reelaboração do plano de cargos e salários da Universidade, com proposta de contratação por carga horária em regime parcial e integral, além do regime horista para integralizar as substituições, quando necessário.

O regime de trabalho do corpo docente do curso é representado no quadro abaixo:

Quadro com o regime de trabalho do corpo docente			
Regime de trabalho	Total	Percentual (%)	
Horista	01	4,35%	
Parcial	13	56,52%	95,65%
Integral	09	39,13%	
TOTAL	23	100%	

Observa-se que, os professores com regime integral e parcial, representam mais de 95% do corpo docente, enquanto os professores horistas representam apenas 4,35%. As cargas-horárias variam, porém, garantem o tempo necessário para que haja acompanhamento das atividades pedagógicas, no curso desenvolvidas.

O regime de trabalho do corpo docente permite o atendimento integral da demanda existente, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem. Todas as atividades dos professores são registradas nos diferentes sistemas da IES, de acordo com a modalidade da atividade (ensino, pesquisa e extensão). Ao final de cada atividade são aplicados instrumentos de avaliação para a aferição da qualidade da atividade, bem como evidenciar indicadores para o planejamento e gestão para melhoria contínua do

curso.

4.6 Experiência Profissional do Docente

A maioria dos professores do colegiado possuem experiência profissional nas áreas de atuação das unidades curriculares, o que permite apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em relação ao fazer profissional.

A tabela abaixo evidencia o tempo de experiência profissional do corpo docente:

Quadro com dados sobre a experiência docente		
Tempo de Experiência	Total	Percentual (%)
Acima de 20 anos	10	43,48%
De 10 a 20 anos	12	52,17%
De 02 a 09 anos	01	4,35%
Menos de 02 anos	-	-
TOTAL	23	100%

4.7 Experiência no Exercício da Docência na Educação Básica

Dentre os critérios apresentados para compor o perfil docente dos professores que atuam nos cursos de licenciatura, está a experiência profissional na Educação Básica. Pode-se observar, de acordo com os dados apresentados abaixo, que no Curso de Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa, a maioria dos professores atendem a esse critério:

Quadro com dados sobre a experiência docente na educação básica		
Tempo de Experiência	Total	Percentual (%)
Acima de 20 anos	07	30,43%
De 10 a 20 anos	09	39,13%
De 02 a 09 anos	02	8,70%
Menos de 02 anos	05	21,74
TOTAL	23	100%

Conforme evidencia-se no quadro acima, somente cinco professores que atuam no curso não possuem experiência na Educação Básica. A experiência dos professores, constatada por meio dos números apresentados acima, contribui sobremaneira para a

formação dos nossos futuros professores, no momento em que diminui a dicotomia teoria e prática, estabelecendo os limites e as possibilidades para o trabalho docente.

4.8 Experiência no Exercício da Docência Superior

O corpo docente do Curso de Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa, possui vasta experiência no magistério superior, o que permite identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, e elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de discentes com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas.

A tabela a seguir evidencia o tempo de experiência profissional no Ensino Superior:

Quadro com dados sobre a experiência da docência superior		
Tempo de Experiência	Total	Percentual (%)
Acima de 20 anos	06	26,09%
De 10 a 20 anos	12	52,17%
De 02 a 09 anos	05	21,74%
Menos de 02 anos	-	-
TOTAL	23	100%

Todos os professores possuem uma significativa experiência no magistério superior. Esse fato é relevante para a valorização dos saberes da experiência, dos saberes docentes de um modo geral, seja como uma alternativa no sentido de buscar maior aproximação da formação acadêmica com a realidade escolar, estreitando os vínculos na relação entre teoria e prática.

4.9 Experiência no Exercício da Docência na Educação a Distância

O corpo docente do curso de Letras possui experiência na Educação a Distância, atuando nas disciplinas institucionais, o que permite desenvolver materiais que vão ao encontro da aprendizagem dos estudantes. Além disso, após as avaliações institucionais, realizadas pela CPA, os resultados são discutidos com os professores, com vistas a aprimorar os processos de ensino-aprendizagem mediados por tecnologias. Há representatividade significativa de profissionais especialistas, mestres e doutores que já atuaram e atuam no ensino superior em outros cursos da mesma área do conhecimento e com experiência

profissional. A Uniplac, através de seu PDI, previu no programa de apoio à gestão a formação continuada dos docentes com o objetivo de buscar aprimoramento e qualificação na atuação, o qual acontece anualmente em fevereiro e julho, antes dos períodos letivos regulares. Promovido pela Pró-Reitoria de Ensino, Coordenação de Graduação e Setor de Apoio Pedagógico – Seape.

Além disso, são incentivadas as capacitações conforme necessidade dos colegiados de cursos. Os docentes também recebem capacitação docente para a EaD desde 2013, a qual os capacita para utilização das ferramentas do Moodle, para otimizar o acompanhamento pedagógico do discente.

Nesse sentido, os professores estão preparados e capacitados para atender todo o processo durante o andamento das disciplinas, observando o desempenho dos discentes, sanando dúvidas e criando meios que facilitem o acesso à informação. Para tanto, atua como orientador e facilitador do conteúdo, desenvolvendo e potencializando as habilidades, estimulando a autonomia dos discentes nos estudos, atua como mediador e realiza avaliações constantes da participação e aproveitamento.

O corpo docente que atua nesta modalidade vem exercendo liderança crescente, tendo em vista tratar-se de inovação no âmbito do referido curso, mas já está sendo reconhecido pela sua produção. Nesse processo, tem-se buscado contato direto com as turmas, procurando identificar as fragilidades eventualmente apresentadas na disponibilização da disciplina em EaD, com a finalidade de promover o seu constante aperfeiçoamento.

4.10 Experiência no Exercício da Tutoria na Educação a Distância

Da mesma forma que a formação e capacitação docente é incentivada através do Plano de Gestão da Uniplac, a formação dos tutores também é uma prática recorrente. Estas capacitações acontecem semestralmente através de projetos de extensão, sendo que sua prática se dá desde 2013. Já foram oferecidas 5 turmas de formação de tutores. Estes cursos são oferecidos na modalidade a distância, visando inserir os tutores no cenário de sua prática.

As capacitações têm como objetivo oportunizar aos docentes do Ensino Superior da Uniplac práticas e reflexões sobre as possibilidades teórico-metodológicas de cursos e/ou disciplinas na modalidade de Educação a Distância. Sendo que através desta formação o tutor busca:

- Compreender a construção histórica dos processos de Educação a Distância;
- Dimensionar espaço, tempo e ferramentas do processo ensino e aprendizagem para (re)elaborar o conhecimento historicamente produzido, por meio de uma aprendizagem flexível e independente;
- Praticar uso de diferentes mídias aplicáveis no processo de ensino e de aprendizagem na modalidade de educação presencial e a distância;
- Conhecer os diferentes papéis dos sujeitos envolvidos nessa modalidade de educação e a sua relevância no processo;
- Vivenciar a experiência de construir material didático para a modalidade de EaD;
- Refletir sobre as práticas educacionais na modalidade de Educação a Distância.

4.11 Atuação do Colegiado de Curso

O Curso de Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa possui colegiado próprio, que tem função consultiva e deliberativa nas questões didático-pedagógicas, no âmbito dos cursos, vinculado às Pró-Reitorias e que congrega os docentes que se encontram em atividade no semestre/ano letivo, conforme estabelece o artigo 95 do Regimento Geral da Uniplac.

O colegiado do Curso de Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa, é composto por especialistas, mestres e doutores que contribuem para a excelência do curso pelo seu empenho e dedicação. A frequência nas reuniões que são realizadas de forma ordinária, conforme calendário acadêmico, duas vezes por semestre e extraordinariamente, sempre que solicitado, ajudam na tomada de decisões e união do grupo.

Compõem, ainda, o colegiado de curso os docentes integrantes do Núcleo Docente Estruturante (NDE), os responsáveis por disciplina e que não estão em exercício, no referido

semestre/ano letivo, pelo fato dos mesmos não estarem sendo oferecidas, como também pelo afastamento para exercício de função administrativa na Uniplac.

4.12 Titulação e Formação do Corpo de Tutores do Curso

As disciplinas institucionais, aprovadas pela resolução n. 292, de 27/11/2017, conforme os processos de indicação docentes, são trabalhadas por tutores com graduação superior em áreas afins aos cursos a serem tutorados, possuem formação em pós-graduação *stricto sensu* e com comprovada experiência em educação à distância.

Da mesma forma que a formação e capacitação docente é incentivada através do Plano de Gestão da UNIPLAC, a formação dos tutores também é uma prática recorrente.

Estas capacitações acontecem semestralmente através de projetos de extensão. Estes cursos são oferecidos na modalidade a distância, já visando inserir os tutores no cenário de sua prática.

As capacitações têm como objetivo oportunizar aos docentes do Ensino Superior da UNIPLAC práticas e reflexões sobre as possibilidades teórico-metodológicas de cursos e/ou disciplinas na modalidade de Educação a Distância. Sendo que através desta formação o tutor busca: Compreender a construção histórica dos processos de Educação a Distância; Dimensionar espaço, tempo e ferramentas do processo ensino e aprendizagem para (re)elaborar o conhecimento historicamente produzido, através de uma aprendizagem flexível e independente; Praticar uso de diferentes mídias aplicáveis no processo de ensino e de aprendizagem na modalidade de educação presencial e educação a distância; Conhecer os diferentes papéis dos sujeitos envolvidos nessa modalidade de Educação e a sua relevância no processo; Vivenciar a experiência de construir material didático para a modalidade de EaD; Refletir sobre as práticas educacionais na modalidade de Educação a Distância.

4.13 Experiência do Corpo de Tutores em Educação a Distância

As disciplinas são trabalhadas por tutores que possuem comprovada experiência em educação à distância, o que permite identificar o tempo de resposta de aprendizagem dos discentes de forma rápida. Os tutores e a equipe de DI estão constantemente analisando o que pode ser melhorado na abordagem e apresentação de exemplos que tornem o conteúdo mais prático e atrativo ao aluno, permitindo assim, expor o conteúdo de maneira adequada à turma.

A equipe de tutores está capacitada para atender todo o processo de tutoria durante o andamento das disciplinas, criando meios que facilitem o acesso à informação pelo discente. Os tutores atuam como orientadores e facilitadores do conteúdo, desenvolvendo e potencializando as habilidades dos discentes. Além disso, possuem conhecimento do conteúdo trabalhado, realizam feedbacks constantes aos alunos, estimulam debates realizados em fóruns, desenvolvem a habilidade de cooperação e interação entre os alunos. Outro ponto importante na atuação dos tutores é o conhecimento e a fluência nos recursos pedagógicos para auxiliar os discentes em dificuldades técnico-pedagógicas.

4.14 Interação entre Tutores, Docentes e Coordenador

O setor de EaD, promove reuniões periódicas para o atendimento pedagógico entre equipe multidisciplinar, coordenação de EaD e professores tutores. Além disso, existe a prática de reuniões semanais entre os tutores e a equipe de DI com o objetivo de identificar eventuais problemas e realizar os devidos encaminhamentos. Por meio das reuniões são geradas ações corretivas ou de melhorias e essas ações são registradas no plano de ação do setor de EaD.

4.15 Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica

As produções científica, cultural, artística ou tecnológica dos professores do colegiado do curso podem ser comprovadas no relatório gerado pelo setor de Recursos Humanos.

5 INFRAESTRUTURA

5.1 Espaço de Trabalho para Docentes em Tempo Integral

A Uniplac conta com uma área construída de 35.827,03 m², que corresponde aos blocos de salas de aula, setores administrativos, biblioteca, laboratórios, salas especiais, coordenação dos cursos e de estágios, central de atendimento, centro de convivência, Centro de Ciências da Saúde (CCS), Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET), Centro Especializado em Reabilitação (CER).

Essa infraestrutura contempla espaços de trabalho de excelência para todos os professores em tempo integral, com acesso aos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação. Além destes espaços, em cada bloco, há amplas salas de professores, ventiladas e bem iluminadas, sendo que numa das salas, localizada no bloco I, há 6 computadores com acesso à Internet e com espaços reservados para os professores. Existem também as salas de apoio e coordenações setoriais, equipadas com computadores, telefone, escrivaninhas e outros equipamentos necessários. Outro espaço apropriado aos estudos dos professores é a biblioteca onde há cabines que podem ser usadas pelos professores. Todos esses espaços de trabalho viabilizam o planejamento e a concretização das ações acadêmicas administrativas e didático-pedagógico, atendendo as demandas institucionais. Os espaços para os professores de tempo integral, garantem privacidade para uso dos recursos, atendimento aos alunos e orientações, bem como a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança.

5.2 Espaço de Trabalho para o Coordenador do Curso

O Curso de Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa possui espaço para as atividades administrativas e possui espaço próprio para atendimento individualizado, estruturada com computador e equipamentos de multimídia e comunicação. A coordenação tem à sua disposição toda uma equipe administrativa para assuntos técnicos e pedagógicos que pode ser acionada quando necessário, como Secretaria Acadêmica, Setor de Projetos e Apoio Pedagógico (SEAPE), Protocolo, Recursos Humanos, Coordenação de Graduação, Núcleo de Informática (NIU), Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico (PAAP).

O curso de Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa, da Uniplac tem seus espaços para reuniões com professores, que tanto podem ser em conjunto, quanto em caráter

individual, para atendimento de alunos e/ou de professores. As reuniões mais gerais acontecem nas salas de aula ou nos auditórios.

5.3 Sala Coletiva de Professores

As salas coletivas de professores, estão localizadas em diferentes blocos (prédios), são salas que possuem espaço físico adequado, com ventilação, iluminação, mobiliário e equipamentos para propiciar o trabalho docente. As salas possuem recursos de Tecnologias da Informação e Comunicação apropriados (computadores com acesso à Internet) para o quantitativo de docentes e dispõe de apoio técnico-administrativo próprio e espaço para a guarda de equipamentos e materiais (há em cada bloco, armários individualizados, com chaves, para cada professor guardar seus materiais e objetos pessoais).

5.4 Salas de Aula

As salas de aula da Uniplac foram construídas segundo o padrão definido pela legislação. Estão equipadas com material de acordo com a necessidade de cada curso. As salas para desenvolvimento das disciplinas teóricas estão dentro do padrão estabelecido pela engenharia.

As salas de aula do curso de Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa, dispõem de multimídia instalada, e telas para projeção além de cadeiras estofadas, quadro, mesa e cadeira para o professor. Todas as salas dispõem de iluminação adequada, conforto acústico, com mobiliário adequado em conformidade com a ergonomia.

Os demais espaços pedagógicos utilizados para a realização das aulas apresentam condições favoráveis ao seu desenvolvimento. Além disso, o Curso poderá se utilizar de espaços como Auditório para reuniões científicas e defesas de trabalhos de Curso. Estes espaços dispõem de multimídia instalada, cadeiras estofadas, microfones e som ambiente.

5.5 Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática

A Uniplac conta com significativa infraestrutura em relação aos equipamentos de informática. A rede está conectada à Internet Banda Larga, com Link de internet TPA/Fapesc, configuração das RBS para trabalhar na nova Vlan, Uniplac e MidiLages, com a velocidade de 80Mbps para download e 70Mbps para upload.

O Núcleo de Informática da Uniplac (NIU) tem por missão administrar as demandas na área de tecnologia da Fundação Uniplac e de suas mantidas no que se refere ao controle e desenvolvimento de software, hardware e infraestrutura, sendo o setor responsável pela manutenção preventiva e corretiva dessa infraestrutura com corpo técnico especializado.

A política de atualização tecnológica de equipamentos de tecnologia tem como objetivo garantir à Universidade no âmbito de Ensino, Pesquisa e Extensão infraestrutura de tecnologia adequada para o seu melhor funcionamento.

A atualização de software é realizada conforme dita o licenciamento, porém nossa IES preza pelo uso de software, que são atualizados semestralmente quando é realizada a formatação de todas as máquinas disponibilizadas nos laboratórios.

As atualizações dos equipamentos são periódicas. Todo ano os equipamentos de um laboratório de informática são substituídos. O critério de atualização é definido pelo tempo de uso dos equipamentos regidos pela Política de atualização e de manutenção de equipamentos.

Aquisição de Hardware e Software - este planejamento de expansão e atualização segue o disposto no PDI Institucional, projetos de cursos de graduação, pós-graduação, projetos de pesquisa e extensão, planos de gestão setoriais e planejamentos institucionais anuais. Após aprovação dos respectivos projetos, a necessidade de expansão deve ser encaminhada ao NIU que, por sua vez, definirá as configurações de hardwares e softwares necessárias, bem como o projeto de implantação, e encaminhará para o Setor de Compras.

Manutenção Preventiva e Corretiva - o NIU possui uma equipe de técnicos responsável por manter a infraestrutura de Tecnologia da Informação em condições perfeitas de uso, oferecendo serviços de suporte, manutenção preventiva e manutenção corretiva.

O setor ainda planeja e executa um cronograma de manutenção preventiva anualmente em todos os equipamentos de TI da Instituição.

As manutenções corretivas são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos usuários no canal de suporte do NIU.

Dentro desse processo, existe a verificação diária dos laboratórios de informática, por um técnico, que ao identificar qualquer problema, quer seja de hardware ou de acesso a qualquer aplicativo, imediatamente, abre chamado ao NIU, que procede com o ajuste.

Através do relato fica evidente o compromisso da IES em prover e manter o acesso aos alunos quanto aos recursos de TI, tendo todo o aporte do NIU, responsável por manter e

gerenciar todo o patrimônio e atualizações periódicas dos recursos de informática (escalabilidade, segurança, hardware, software), adotando práticas de gestão da TI para preservar a qualidade dos recursos de forma a atender as demandas da comunidade acadêmica.

5.6 Biblioteca

O acervo físico da biblioteca está tombado e informatizado, sendo utilizado o sistema Pergamum, que é utilizado amplamente pela maioria das universidades brasileiras e por mais de 8.000 bibliotecas em todo o país. O Sistema contempla as principais funções de uma Biblioteca (por exemplo, reserva, empréstimo, consulta, relatórios, dados de aquisição, levantamento bibliográfico, dentre outras), funcionando de forma integrada, com o objetivo de facilitar a gestão dos centros de informação, melhorando a rotina diária com os seus usuários.

O acervo virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES, com assinatura para acesso a base de dados de E-books Minha Biblioteca. Ela é um consórcio formado pelas quatro principais editoras de livros acadêmicos do Brasil - Grupo A, Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva - que oferece às instituições de ensino superior uma plataforma prática e inovadora para acesso a um conteúdo técnico e científico de qualidade pela internet.

Através da plataforma Minha Biblioteca, estudantes têm acesso rápido e fácil a mais de 6.500 títulos acadêmicos entre as principais publicações de diversas áreas de especialização: direito, ciências sociais aplicadas, saúde, entre outras.

Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

Conforme relatório referendado as bibliografias complementares do curso por UC, o NDE do curso se responsabiliza pela adequação e atualização do acervo da bibliografia complementar em relação às UC e aos conteúdos descritos no PPC do curso, levando em consideração o número de vagas autorizadas e a quantidade de exemplares por título e/ou assinatura de acesso disponível no acervo.

Além dos serviços de aquisição, catalogação, pesquisa, organização do acervo, estatísticas dos materiais pesquisados, restauração e encadernação de materiais danificados, empréstimo local e domiciliar, entre outros serviços, a Biblioteca também disponibiliza acesso

a informação eletrônica através de cursos, oficinas e aulas expositivas, demonstrando como utilizar os diversos recursos de bases de dados disponíveis na Biblioteca ou na internet. Também está a disposição, através de bibliotecários, para orientar nas pesquisas, auxiliando na busca de informações independente do formato. Recursos eletrônicos disponíveis:

- O Catálogo Coletivo da Rede de Bibliotecas ACAFE (Associação Catarinense das Fundações Educacionais), tem como objetivo integrar o acervo das bibliotecas participantes do Sistema ACAFE oferecendo serviço de consulta simultânea aos acervos de todas as bibliotecas participantes do projeto e empréstimo entre as bibliotecas.

- COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica) – É um serviço do IBICT -Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia - que atende a mais de 2.600 bibliotecas brasileiras. Permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais. Entre os documentos acessíveis, encontram-se periódicos, teses, anais de congressos, relatórios técnicos e partes de documentos. O COMUT sempre é utilizado quando o pesquisador não encontra o texto completo do documento que está pesquisando.

Além disso, o acervo possui exemplares e assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC. O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço, sendo utilizados os seguintes:

- Portal de Periódicos da Capes - O Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta com um acervo de mais de 36 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, 12 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

- Nove bases de dados contemplando todas as áreas do conhecimento. As primeiras bases que a instituição teve acesso via Portal da Capes, em 2007, foram a Scopus (Base referencial que abrange todas as áreas do conhecimento) e a ScienceDirect (Base com texto completo também contemplando todas as áreas do conhecimento). Em 2012, foram liberadas pelas Capes para Uniplac, mais sete bases de dados. São elas: BioOne (área de

Ciências Biológicas); Derwent Innovations Index (nas áreas de Química, Elétrica e Eletrônica, Engenharias); Ecological Society of America – ESA – (Ciência da Ecologia, Meio Ambiente, Mudança Climática); JCR – Journal Citation Reports (Dados sobre mais de 8.000 revistas em Ciência e Tecnologia e mais de 2.600 em Ciências Sociais); Mary Ann Liebert (Ciências Biológicas, Biomedicina, Biotecnologia, Medicina clínica); SAGE Publications (Comunicação, Ciências Políticas, Psicologia e Sociologia, Urbanismo); Web of Science (Ciência, Ciências Sociais, Artes e Humanidades).

5.6.1 Instalações

A Biblioteca Central da Uniplac, como órgão suplementar da Universidade, tem por finalidade efetuar a seleção, guarda, organização e controle do acervo para a comunidade acadêmica e regional, proporcionando o acesso à informação técnica, científica e cultural nos seus diversos formatos. Possui uma área de 930 m², com espaço para acesso ao acervo digital, acervo físico, salas de estudo individualizadas e espaço de estudo abertos.

A biblioteca conta também com um Espaço Cultural da que recebe exposições. O espaço estimula a produção e a difusão das artes, possibilitando o intercâmbio de conhecimentos entre a Universidade e a comunidade. Valoriza os talentos artísticos da região com mostras, exposições e apresentações musicais.

5.6.2 Informatização

O processo de informatização do acervo da Biblioteca Central da Uniplac inicia em 1994 com o sistema chamado *CadBib*, desenvolvido em linguagem de programação *Clipper*, usando banco de dados *dBase III* e sistema operacional *MS/DOS*. Este sistema foi desenvolvido na própria universidade e permitia apenas consulta ao acervo de livros.

Em 1997 foi estruturado um sistema para *Windows 95* em *Interbase/Delphi*, com maior capacidade de armazenamento de informações, permitindo assim a informatização de todos os tipos de materiais e o desenvolvimento dos módulos de empréstimo domiciliar, de aquisição, além de diversos relatórios estatísticos utilizados pela biblioteca. Este sistema, chamado Demétrius, foi desenvolvido pelo Núcleo de Informática da Uniplac em parceria com a Biblioteca Central.

Em 2010, a Uniplac adquiriu o sistema *Pergamum*, que é utilizado amplamente pela maioria das universidades brasileiras e por mais de 8.000 bibliotecas em todo o país. Este sistema, desenvolvido pela PUC/PR por um grupo de bibliotecários e analistas de sistemas, foi implementado na arquitetura cliente/servidor, com interface gráfica - programação em *Delphi*, *PHP* e *Java*, utilizando banco de dados relacional *SQL* (*Oracle*, *SQLServer* ou *Sybase*). O Sistema contempla as principais funções de uma Biblioteca, funcionando de forma integrada, com o objetivo de facilitar a gestão dos centros de informação, melhorando a rotina diária com os seus usuários.

O sistema atual permite que seja realizada de forma online a reserva, renovação, requisição de obras. Bem como a indexação para pesquisa do acervo.

5.6.3 Política de Expansão

A Biblioteca da Uniplac é orientada por uma política de formação e desenvolvimento do acervo documental da Biblioteca, instituída através da Resolução n. 133, de 13 de junho de 1997. Esta política foi atualizada e reformulada com o objetivo de atualizar as informações, adequando às novas necessidades do setor. Foi encaminhada no mês de fevereiro de 2015 para ser aprovada pelo Conselho Universitário da Uniplac.

Esta resolução, entre outras providências, instituiu a comissão de seleção da biblioteca. É importante ressaltar que as aquisições de títulos, assim como a determinação das quantidades de exemplares, seguem orientação da legislação definida pelo Inep/MEC. Além disso, obedecem às proporções indicadas no instrumento de avaliação atualmente em uso.

A Biblioteca da Universidade, através de suas políticas de formação e desenvolvimento de acervos, tem procurado garantir a atualização constante de seus livros e periódicos, mantendo atualizadas as bibliografias Básicas e Complementares conforme a solicitação dos colegiados dos cursos indicadas nos projetos pedagógicos dos cursos.

A Biblioteca da Universidade, através de suas políticas de formação e desenvolvimento de acervos, tem procurado garantir a atualização constante de seus livros e periódicos, mantendo atualizadas as bibliografias Básicas e Complementares indicadas nos projetos pedagógicos dos cursos.

Em 2007, através de um convênio com a Capes, foi disponibilizado para a Biblioteca Central o acesso aos periódicos do Portal da Capes, que permitem o uso por docentes e aluno do mais completo portal de periódicos disponível no Brasil, atualmente.

5.6.4 Periódicos Especializados

Alguns periódicos que recebíamos, tem acesso livre no site do Scielo com edições atuais:

- Cadernos Cedes (<https://www.scielo.br/j/ccedes/>)
- Educação & Realidade (<https://www.scielo.br/j/edreal/>)
- Educação e Sociedade (<https://www.scielo.br/j/es/>)
- Revista Brasileira de Educação (<https://www.scielo.br/j/rbedu/>)
- Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (<https://www.scielo.br/j/rbeped/>)

Em 2007, através de um convênio com a Capes, foi disponibilizado para a Biblioteca Central o acesso aos periódicos do Portal da Capes, inicialmente com duas bases de dados, *Scopus e Science Direct*, ambas abrangem todas as áreas do conhecimento. A *Scopus* é uma base referencial e a *Science Direct* uma base que permite o acesso ao texto completo, que permitem o uso por docentes e aluno do mais completo portal de periódicos disponível no Brasil, atualmente.

Em 2012 foi disponibilizado pela Capes mais bases de dados, ampliando assim o acesso ao material científico e proporcionando um aumento nas pesquisas de estudantes e professores. São as novas bases de dados:

- **BioOne**: Ciências biológicas;
- **Ecological Society of America (ESA)**: Ciência da Ecologia, meio ambiente, mudança climática;
- **JCR – Journal Citation Reports**: Dados sobre mais de 8.000 revistas em Ciência e Tecnologia e mais de 2.600 em Ciências Sociais;
- **Mary Ann Liebert**: Ciências Biológicas, Biomedicina, Biotecnologia, Medicina clínica;
- **Web of Science**: Ciência, Ciências Sociais, Artes e Humanidades.

5.7 Bibliografia Básica

O acervo físico da biblioteca está tombado e informatizado, sendo utilizado o sistema Pergamum, que é utilizado amplamente pela maioria das universidades brasileiras e por mais de 8.000 bibliotecas em todo o país. O Sistema contempla as principais funções de uma

Biblioteca (por exemplo, reserva, empréstimo, consulta, relatórios, dados de aquisição, levantamento bibliográfico, dentre outras), funcionando de forma integrada, com o objetivo de facilitar a gestão dos centros de informação, melhorando a rotina diária com os seus usuários.

O acervo virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES, com assinatura para acesso a base de dados de E-books Minha Biblioteca. Ela é um consórcio formado pelas quatro principais editoras de livros acadêmicos do Brasil - Grupo A, Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva - que oferece às instituições de ensino superior uma plataforma prática e inovadora para acesso a um conteúdo técnico e científico de qualidade pela internet.

Através da plataforma Minha Biblioteca, estudantes têm acesso rápido e fácil a mais de 6.500 títulos acadêmicos entre as principais publicações de diversas áreas de especialização: direito, ciências sociais aplicadas, saúde, entre outras.

Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

Conforme relatório referendado as bibliografias básicas do curso por UC, o NDE do curso se responsabiliza pela adequação e atualização do acervo da bibliografia básica em relação às UC e aos conteúdos descritos no PPC do curso, levando em consideração o número de vagas autorizadas e a quantidade de exemplares por título e/ou assinatura de acesso disponível no acervo.

Além dos serviços de aquisição, catalogação, pesquisa, organização do acervo, estatísticas dos materiais pesquisados, restauração e encadernação de materiais danificados, empréstimo local e domiciliar, entre outros serviços, a Biblioteca também disponibiliza acesso à informação eletrônica através de cursos, oficinas e aulas expositivas, demonstrando como utilizar os diversos recursos de bases de dados disponíveis na Biblioteca ou na internet. Também está à disposição, através de bibliotecários, para orientar nas pesquisas, auxiliando na busca de informações independente do formato. Recursos eletrônicos disponíveis:

- O Catálogo Coletivo da Rede de Bibliotecas ACADE (Associação Catarinense das Fundações Educacionais), tem como objetivo integrar o acervo das bibliotecas participantes do Sistema ACADE oferecendo serviço de consulta simultânea aos acervos de todas as bibliotecas participantes do projeto e empréstimo entre as bibliotecas.

- COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica) – É um serviço do IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia - que atende a mais de 2.600 bibliotecas

brasileiras. Permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais. Entre os documentos acessíveis, encontram-se periódicos, teses, anais de congressos, relatórios técnicos e partes de documentos. O COMUT sempre é utilizado quando o pesquisador não encontra o texto completo do documento que está pesquisando.

Além disso, o acervo possui exemplares e assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC. O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço, sendo utilizados os seguintes:

- Portal de Periódicos da Capes - O Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta com um acervo de mais de 36 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, 12 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

- Nove bases de dados contemplando todas as áreas do conhecimento. As primeiras bases que a instituição teve acesso via Portal da Capes, em 2007, foram a Scopus (Base referencial que abrange todas as áreas do conhecimento) e a ScienceDirect (Base com texto completo também contemplando todas as áreas do conhecimento). Em 2012, foram liberadas pelas Capes para Uniplac, mais sete bases de dados. São elas: BioOne (área de Ciências Biológicas); Derwent Innovations Index (nas áreas de Química, Elétrica e Eletrônica, Engenharias); Ecological Society of America – ESA – (Ciência da Ecologia, Meio Ambiente, Mudança Climática); JCR – Journal Citation Reports (Dados sobre mais de 8.000 revistas em Ciência e Tecnologia e mais de 2.600 em Ciências Sociais); Mary Ann Liebert (Ciências Biológicas, Biomedicina, Biotecnologia, Medicina clínica); SAGE Publications (Comunicação, Ciências Políticas, Psicologia e Sociologia, Urbanismo); Web of Science (Ciência, Ciências Sociais, Artes e Humanidades).

5.8 Bibliografia Complementar

O acervo físico da biblioteca está tombado e informatizado, sendo utilizado o sistema Pergamum, que é utilizado amplamente pela maioria das universidades brasileiras e por mais de 8.000 bibliotecas em todo o país. O Sistema contempla as principais funções de uma Biblioteca (por exemplo, reserva, empréstimo, consulta, relatórios, dados de aquisição,

levantamento bibliográfico, dentre outras), funcionando de forma integrada, com o objetivo de facilitar a gestão dos centros de informação, melhorando a rotina diária com os seus usuários.

O acervo virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES, com assinatura para acesso a base de dados de E-books Minha Biblioteca. Ela é um consórcio formado pelas quatro principais editoras de livros acadêmicos do Brasil - Grupo A, Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva - que oferece às instituições de ensino superior uma plataforma prática e inovadora para acesso a um conteúdo técnico e científico de qualidade pela internet.

Através da plataforma Minha Biblioteca, estudantes têm acesso rápido e fácil a mais de 6.500 títulos acadêmicos entre as principais publicações de diversas áreas de especialização: direito, ciências sociais aplicadas, saúde, entre outras.

Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

Conforme relatório referendado as bibliografias complementares do curso por UC, o NDE do curso se responsabiliza pela adequação e atualização do acervo da bibliografia complementar em relação às UC e aos conteúdos descritos no PPC do curso, levando em consideração o número de vagas autorizadas e a quantidade de exemplares por título e/ou assinatura de acesso disponível no acervo.

Além dos serviços de aquisição, catalogação, pesquisa, organização do acervo, estatísticas dos materiais pesquisados, restauração e encadernação de materiais danificados, empréstimo local e domiciliar, entre outros serviços, a Biblioteca também disponibiliza acesso à informação eletrônica através de cursos, oficinas e aulas expositivas, demonstrando como utilizar os diversos recursos de bases de dados disponíveis na Biblioteca ou na internet. Também está à disposição, através de bibliotecários, para orientar nas pesquisas, auxiliando na busca de informações independente do formato. Recursos eletrônicos disponíveis:

- O Catálogo Coletivo da Rede de Bibliotecas ACAFE (Associação Catarinense das Fundações Educacionais), tem como objetivo integrar o acervo das bibliotecas participantes do Sistema ACAFE oferecendo serviço de consulta simultânea aos acervos de todas as bibliotecas participantes do projeto e empréstimo entre as bibliotecas.

- COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica) – É um serviço do IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia - que atende a mais de 2.600 bibliotecas brasileiras. Permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos

acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais. Entre os documentos acessíveis, encontram-se periódicos, teses, anais de congressos, relatórios técnicos e partes de documentos. O COMUT sempre é utilizado quando o pesquisador não encontra o texto completo do documento que está pesquisando.

Além disso, o acervo possui exemplares e assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC. O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço, sendo utilizados os seguintes:

- Portal de Periódicos da Capes - O Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta com um acervo de mais de 36 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, 12 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

- Nove bases de dados contemplando todas as áreas do conhecimento. As primeiras bases que a instituição teve acesso via Portal da Capes, em 2007, foram a Scopus (Base referencial que abrange todas as áreas do conhecimento) e a ScienceDirect (Base com texto completo também contemplando todas as áreas do conhecimento). Em 2012, foram liberadas pelas Capes para Uniplac, mais sete bases de dados. São elas: BioOne (área de Ciências Biológicas); Derwent Innovations Index (nas áreas de Química, Elétrica e Eletrônica, Engenharias); Ecological Society of America – ESA – (Ciência da Ecologia, Meio Ambiente, Mudança Climática); JCR – Journal Citation Reports (Dados sobre mais de 8.000 revistas em Ciência e Tecnologia e mais de 2.600 em Ciências Sociais); Mary Ann Liebert (Ciências Biológicas, Biomedicina, Biotecnologia, Medicina clínica); SAGE Publications (Comunicação, Ciências Políticas, Psicologia e Sociologia, Urbanismo); Web of Science (Ciência, Ciências Sociais, Artes e Humanidades).

5.9 Laboratórios Didáticos de Formação Básica

A Uniplac conta atualmente com significativa infraestrutura em relação aos equipamentos de informática. Os Laboratórios de Informática estão localizados no bloco 01 no primeiro e segundo pisos, permitindo excelente acesso aos seus usuários. Estão à disposição dos alunos seis laboratórios de informática com acesso à *internet*, contendo de 15 a

20 terminais cada um deles e ainda a sala de multimídia localizada na biblioteca, contendo 15 microcomputadores conectados à internet, o que representa boas condições de utilização pelos alunos. Também dispõe do laboratório móvel e o laboratório do EAD.

A Universidade também possui acesso à rede sem fio (*wireless*). O sinal está disponível nos Blocos, Biblioteca, Auditório CCJ, Centro de Convivência e Escritório Modelo, permitindo dessa forma aos alunos condições suficientes de acesso às tecnologias.

Tais laboratórios se revestem de conforto, além de se sujeitarem a manutenção periódica, serviços de apoio técnico e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas.

Para tanto, possuem quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas, havendo, ainda, avaliação periódica quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade dos laboratórios, de forma que os resultados de tais avaliações são utilizados pela gestão acadêmica para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas.

5.10 Laboratórios Didáticos de Formação Específica

Os laboratórios didáticos de formação básica atendem às necessidades do curso, de acordo com o PPC. Outros espaços disponíveis no campus também são eventualmente utilizados em atividades específicas do curso (eventos acadêmicos, seminários e apresentações), tais como os auditórios (CCJ, CCET, MidiLages) e espaços de circulação destinados à comunidade acadêmica (Centro de Convivência e Biblioteca). Possuem quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas, havendo, ainda, avaliação periódica quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade dos laboratórios, sendo os resultados utilizados pela gestão acadêmica para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas.

5.11 Comitê de Ética em Pesquisa

O Comitê de Ética em Pesquisa na UNIPLAC foi criado por meio da Resolução n. 010, de 17 de abril de 2002.

A Plataforma BRASIL é o sistema oficial de lançamento de pesquisas para análise e monitoramento do Sistema CEP/CONEP. No ano de 2014 o CEP-UNIPLAC, por

determinação do CONEP/CNS, passou a receber e analisar os Projetos de Pesquisa envolvendo seres humanos através da Plataforma Brasil. Desde então, todos os documentos necessários à apreciação ética dos Projetos de Pesquisa são incluídos na base de dados da Plataforma.

A norma assim o estabelece e no caso da UNIPLAC também acontece que os protocolos de pesquisa são entregues à Comissão de Ética na Pesquisa para análise e parecer justificado e orientado por princípios de impessoalidade, transparência, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, particularmente em aspectos que envolvam:

Pesquisa com seres humanos; Genética humana; Reprodução humana; Equipamentos e dispositivos terapêuticos novos ou não registrados no País; Novos procedimentos terapêuticos invasivos; Estudos com populações indígenas; Projetos de pesquisa que envolvam organismos geneticamente modificados (OGM), células-tronco embrionárias e organismos que representem alto risco coletivo, incluindo organismos relacionados a eles, nos âmbitos de: experimentação, construção, cultivo, manipulação, transporte, transferência, importação, exportação, armazenamento, liberação no meio ambiente e descarte; Protocolos de constituição e funcionamento de biobancos para fins de pesquisa; Pesquisas com coordenação e ou patrocínio originados fora do Brasil, excetuadas aquelas com copatrocínio do Governo Brasileiro; e Projetos que, a critério do CEP e devidamente justificados, sejam julgados merecedores de análise pela CONEP.

Os projetos são encaminhados a um Relator por área de conhecimento, discutido em plenária, sendo após emitido um parecer consubstanciado.

O atual Conselho de Ética na Pesquisa – CEP da UNIPLAC foi reconstituído mediante Portaria n. 091, de 19 de agosto de 2015 e alterado pela Portaria nº 118, de 03 de dezembro de 2015.

No que tange à sua constituição o perfil é multidisciplinar. O serviço prestado ao CEP é voluntário e não remunerado.

O Comitê reúne-se uma vez por mês, todas as terceiras quartas-feiras, às 17h30min, tendo como pauta a discussão dos projetos em avaliação.

Conforme determina a norma específica, o CEP-UNIPLAC dispõe de ambiente exclusivo de trabalho, privativo para os componentes, dotado dos equipamentos necessários e de funcionária de apoio em regime de 10 horas semanais.

Operacionalmente falando, o CEP-UNIPLAC revisa todos os protocolos (projetos) de pesquisa envolvendo seres humanos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a

integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas. Tem também papel consultivo e educativo, fomentando a reflexão em torno da ética na ciência, bem como a atribuição de receber denúncias e requerer a sua apuração.

6 REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

O projeto pedagógico do Curso de Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa prevê e preconiza o estrito cumprimento dos marcos regulatórios abaixo relacionados:

Dispositivo legal ou normativo	Explicitação de como o PPC prevê a situação normatizada
Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Letras.	– Resolução CNE/CES n. 18, de 13/03/2002.
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).	Resolução CNE/CP n. 2, de 20/12/2019.
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana.	– Resolução CNE/CP n. 1 de 17 de junho de 2004. – Lei 9.394/1996 e Lei 10.639/2003. – Resolução Consuni n. 114, de 1º/11/2013, que determina a inclusão desses conteúdos em todos os Cursos de Graduação da Uniplac. – O curso incluiu a temática na disciplina Políticas Públicas da Educação Básica do 2º semestre, com 40 horas – 2 créditos e na disciplina Cultura, Diferença e Cidadania do 2º semestre, com 80 horas - 4 créditos.
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental	– Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. – Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002. – Resolução CNE/CP n. 1 de 17 de junho de 2004. – Resolução Uniplac n. 115, de 1º/11/2013. – O curso incluiu a temática na disciplina Políticas Públicas da Educação Básica do 2º semestre, com 40 horas – 2 créditos e na disciplina Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do 5º semestre, com 80 horas - 4 créditos.
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação em Direitos Humanos	– Parecer CNE/CP n. 8 de 06 de março de 2012. – Resolução Uniplac n. 127, 12 de junho de 2014, que determina a inclusão da Educação para Direitos Humanos na graduação. – O curso incluiu a temática na disciplina Políticas Públicas da Educação Básica do 2º semestre, com 40 horas – 2 créditos e na disciplina Cultura, Diferença e Cidadania do 2º semestre, com 80 horas - 4 créditos.
Titulação do corpo docente.	– Lei 9.394/96, art. 66.O Curso de Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa apresenta um corpo docente em sua ampla maioria pós-graduado em nível de <i>lato e stricto sensu</i> .

Regulamenta internamente os critérios para o credenciamento de docentes nos cursos de Graduação da Uniplac.	– Consuni n. 124, de 04/06/2014.
Núcleo Docente Estruturante (NDE).	– Resolução CONAES n. 1, de 17/06/2010. – Resolução n. 088, de 24/09/2010. – Portaria n. 058, de 04/04/2011 - Constituição do NDE do Curso de Letras. – Portaria n. 064, de 05/07/12 - Substituição de membro. – Portaria n. 089, de 03/09/13 - Substituição de membro. – Portaria n. 062, de 12/05/15 - Reconstituição do NDE. – Portaria n. 028, de 03/04/18 - Reconstituição do NDE. – Portaria n. 162, de 21/11/18 - Substituição de membro. – Portaria n. 022, de 26/05/20 - Reconstituição do NDE.
Carga horária mínima em horas.	– O PPC prevê uma carga horária total de 3.200 horas, de acordo com o previsto na Resolução CNE/CP n. 2/2007.
Tempo de integralização.	– Resolução CNE/CES n. 02, de 18/06/2007, conforme inciso IV art. 2: “a integralização distinta das desenhadas nos cenários apresentados nesta Resolução poderá ser praticada desde que o Projeto Pedagógico justifique sua adequação”. – Resolução n. 172 de 25/05/2015 do Consuni.
Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.	– Decreto n. 5.296/2004. – Portaria n. 099, de 22/10/2012. Criação da Comissão Institucional de Acessibilidade (CIA). – Lei n. 12.764, de 27/12/2012 – Decreto n. 8.368, de 02/12/2014
LIBRAS	– Decreto n. 5.626/2005 - Inserção da disciplina de Libras no PPC. – Resolução n. 086, de 21/012/09 Uniplac. – Disciplina de Libras faz parte da Estrutura Curricular do Curso: Libras I no 6º Semestre, com 40 horas – 2 créditos e Libras II no 7º Semestre, com 40 horas – 2 créditos.
Política de inclusão e acessibilidade da Fundação Uniplac e da Universidade do Planalto Catarinense.	– Resolução Consuni n. 235, de 11/08/2016.
Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista Regulamenta a Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012 Resolução CONSUNI n. 235, de 11/08/2016.	– Lei n. 12.764, de 27/12/2012; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. – Decreto n. 8.368, de 02/12/2014. – Trata da política de inclusão e acessibilidade da Fundação Uniplac e da Universidade do Planalto Catarinense.
Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Aluno (PAAP).	– Resolução n. 213, de 07/04/2016. – Resolução n. 219, de 08 de junho de 2016.
Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Aluno – PAAP, vinculado ao Setor de Apoio Pedagógico (SEAPE) da Pró-Reitoria de Ensino (PROENS).	– Portaria Uniplac n. 023, de 20/03/2017.
Política de Inclusão e	– Resolução Consuni n. 235, de 11/08/2016.

Acessibilidade vigente. Dirigida às pessoas com deficiências ou mobilidade	
Informações acadêmicas	– Normativa n. 40, de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC n. 23, de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010. – Todos os registros acadêmicos de todos os cursos da Uniplac são disponibilizados em cópias físicas ou <i>on-line</i>.
Regime de Migração das Instituições de Educação Superior Privadas para o Sistema Federal de Ensino.	– Edital n.4, de 1º/07/2014 e Portaria Normativa n. 40, de 12/12/2007, do MEC. – Resolução Consuni n. 134, de 25/07/2014. – Concessão da Autonomia Universitária - SEI 23000.002418/2018-94 – e-mail de 07/06/19 – CGGIREs/DPR/SERES/MEC.
Regulamento da Biblioteca Universitária e das Bibliotecas Setoriais da Uniplac. Política de Desenvolvimento do Acervo das Bibliotecas da Uniplac.	– Resolução Consuni n. 237, de 13/09/2016. – Resolução Consuni n. 238, de 13/09/2016.
Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Obrigatórios dos Cursos de Graduação da Uniplac.	– Resolução Consuni n. 232, de 08/08/2016.
Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Não Obrigatórios dos Cursos de Graduação da Uniplac.	– Resolução n. 432 de 27 de setembro de 2013. (D.O.U n. 217 Seção I de 07/11/2013). – Resolução Consuni n. 231, de 08/08/2016. – Colegiado de Curso – 04/04/2017.
Regulamento do Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa.	– Resolução Consuni n. 232, de 08/08/16. – Parecer Consuni n. 025, de 14/06/17. – Resolução Consuni n. 277, de 04/07/17.
Aprova as Atividades Complementares do Curso de Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa.	– Resolução CNE/CES n. 04, de 19/02/2002 – Parecer Consuni n. 090/2011, de 15/12/2011.
Regulamento da Monografia.	– Resolução CNE/CES n. 04, de 19/02/2002 – Parecer Consuni n. 095/11, de 15/12/2011.
Avaliação do Ensino Aprendizagem.	– Resolução Consuni n. 207, de 20/01/2016.
Comitê de Ética em Pesquisa.	– Portaria de Criação do CEP, n. 010, de 17/04/2002. – Portaria n.118, de 03/12/2015.
Prevalência de avaliação presencial para Modalidade a Distância.	– Decreto n. 5.622/2005 art. 4, inciso II, § 2º. Os resultados dos exames presenciais prevalecem sobre os demais resultados obtidos em quaisquer outras formas de avaliação à distância. O PPC insere esta obrigatoriedade.
Disciplinas na Modalidade a Distância	– Portaria MEC n. 1.134, de 10/10/2016. – Resolução Consuni n. 291, de 21/11/2017; – Resolução Consuni n. 292, de 27/11/2017; – Resolução Consuni n. 342, de 20/03/2018; – Resolução Consuni n. 347, de 30/04/2018; – Resolução Consuni n. 355, de 19/06/2018.

7 REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9.131**, de 24/11/1995. Altera dispositivos da Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9.394**, de 20/12/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9.795**, de 27/04/1999. Dispõe sobre a educação ambiental.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 10.048**, de 08/11/2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências. Decreto n. 5.296/04.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 10.098**, de 19/12/2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto n. 4.281**, de 25/06/2002. Regulamenta a Lei n. 9.795, de 27/04/1999, que cria a Política Nacional de Educação Ambiental.

BRASIL. Governo Federal. **Resolução CNE/CES n. 18**, de 13/03/2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 10.639**, de 09/01/2003. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 3.284**, de 07/11/2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

BRASIL. Congresso Nacional, **Lei n. 10.861**, de 14/04/2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP n. 1**, de 17/06/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto n. 5.296**, de 02/12/2004. Regulamenta a Lei n. 10.048, de 8 de novembro de 2000.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto n. 5.625**, de 22/12/2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24/04/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19/12/2000.

BRASIL. Governo Federal. **Lei n. 11.788**, de 25/06/2008. Dispõe sobre estágio de estudantes.

BRASIL. Governo Federal. **Lei n. 12.764**, [de 27/11/2012](#). Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do Art. 98 da Lei n. 8.112, de 11/12/1990.

CONEP. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 196/96**. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira **Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE)**.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2014.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 134**, de 15/06/1999. Credenciamento da Universidade do Planalto Catarinense – Uniplac.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 031**, de 15/06/1999. Credenciamento da Universidade do Planalto Catarinense.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Decreto n. 312**, de 23/06/1999. Credenciamento da Universidade do Planalto Catarinense.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 334**, de 09/11/2004. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 058**, de 09/11/2004. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Decreto n. 2.717**, de 10/12/2004. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 243**, de 23/11/2010. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 070**, de 23/11/2010. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Decreto n. 038**, de 10/02/2011. Recredenciamento da Universidade.

UNIPLAC. CONSUNI. **Resolução n. 051**, de 18/12/2006. Normatiza a Avaliação Institucional.

UNIPLAC. CONSUNI. **Parecer n. 086**, de 21/12/2009. Língua Brasileira de Sinais - Libras.

UNIPLAC. Conselho Universitário e de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Parecer n. 503**, de 09/10/2007. Criação do Núcleo de Pesquisa Negro e Educação (NEAB).

UNIPLAC. Reitoria. **Resolução n. 088**, de 24/09/2010. Institucionaliza os Núcleos Docentes Estruturantes.

UNIPLAC. Diálogos Integradores. **Avaliação das linhas de Pesquisa da UNIPLAC**. 08/10/2011.

UNIPLAC. CONSUNI. **Parecer n. 080**, de 15/12/2011. Revisão e adequação das linhas de Pesquisa da UNIPLAC.

UNIPLAC. **Regimento Geral da Universidade**. 12 de agosto de 2012.

UNIPLAC. CONSUNI. **Portaria n. 099**, de 22/10/2012. Comissão Institucional de Acessibilidade.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 114**, de 01/11/2013. Diretrizes para Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 115**, de 01/11/2013. Diretrizes para a Educação Ambiental.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 127**, de 12/06/2014. Diretrizes para Educação em Direitos Humanos.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Parecer n. 050**, de 26/08/2014. Institui requisitos legais sobre: Educação Ambiental, Educação para Relações Étnico-raciais e Educação em Direitos Humanos.

UNIPLAC. Reitoria. **Resolução n. 207**, de 20/01/2016. Define nova metodologia para a Avaliação da Aprendizagem no âmbito da UNIPLAC e regulamenta o artigo 123, parágrafo único do Regimento Geral.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 172**, de 25/05/2015. Estabelece o tempo máximo de integralização dos cursos de graduação da UNIPLAC.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 231**, de 08/08/2016. Aprova o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Não-Obrigatórios da UNIPLAC.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 232**, de 08/08/2016. Aprova o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Obrigatórios da UNIPLAC.

UNIPLAC. Reitoria. **Resolução n. CONSUNI n. 207**, de 20/01/2016. Define nova metodologia para a Avaliação da Aprendizagem no âmbito da UNIPLAC e regulamenta o artigo 123, parágrafo único do Regimento Geral.

UNIPLAC. CONSUNI. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024/2028.